SOUZA, T.C.S.

Paridades: os cortiços de São Paulo (Brasil) e as ilhas do Porto (Portugal)

São Paulo, 2018

Universidade de São Paulo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós Graduação

Paridades:
os cortiços de São Paulo (Brasil) e as ilhas do Porto (Portugal)

Thais Cristina Silva de Souza

2018

Universidade de São Paulo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

THAIS CRISTINA SILVA DE SOUZA

**Paridades: os cortiços de São Paulo (Brasil)
e as ilhas do Porto (Portugal)**

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Arquitetura e
Urbanismo, área Habitat, para obtenção
do título de Doutora, sob orientação
da Profa. Dra. Suzana Pasternak

Exemplar revisado e alterado em relação
à versão original, sob responsabilidade
da autora e anuência da orientadora.
São Paulo, 08 de junho de 2018.

SÃO PAULO
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Souza, Thais Cristina Silva de Paridades: os cortiços de São Paulo (Brasil) e as ilhas do Porto (Portugal)/ Thais Cristina Silva de Souza; orientador Suzana Pasternak. - São Paulo, 2018. 199 p.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Habitat

1. Habitação. 2. Cortiços. 3. Moradias Coletivas. 4. Ilhas do Porto. 5. Precariedade. 6. São Paulo. 7. Portugal. I. Pasternak, Suzana, orient. II. Título.

Folha de aprovação ou avaliação

Nome: SOUZA, Thais Cristina Silva de.

Título: Paridades: os cortiços de São Paulo (Brasil) e as ilhas do Porto (Portugal)

Tese apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
de São Paulo para obtenção do título de
Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

*Aos que habitam
Cortiços e favelas
e mesmo que acordados
pelas sirenes das fábricas
não deixam de sonhar
de ter esperanças
pois o futuro
vos pertence
Pois o futuro vos pertence! (coro)
Pois o futuro vos pertence! (coro)
...
Camponeses e operários
tombam homens fuzilados
Mas por mais rosas que os poderosos matem
nunca conseguirão deter
a Primavera!*

Música: “Aos Fuzilados Da C.S.N.”
Garotos Podres

Esta elasticidade da similaridade entre o fora e o dentro nas ilhas da cidade do Porto, activa todos os sentidos do estranho que ali entra, tornando-o hesitante nos movimentos e consciente de estar num espaço que é comum, sem ser público nem privado, num espaço em que pode entrar sem qualquer senha, assim como pode ser posto fora só pelo facto de ter entrado. A soleira das ilhas, na sua diversidade, é, assim, um não-lugar, que se sente como uma quebra.

Paulo Castro Seixas, antropólogo, UFP-FCT (Universidade Fernando Pessoa/ Faculdade Ciência e Tecnologia)

in: Livreto da peça “Ilhas”, PANMIXIA, 2004.

Ao meu avô José e à minha avó Josefa

(ambos *in memoriam*)

Dedicatória

A elaboração de uma tese sempre é compartilhada por milhares de dúvidas, idas e vindas sobre o tema e reflexões.

Início meus agradecimentos às primeiras pessoas com quem compartilhei os meus pensamentos sobre cortiços: os amigos Luiz Kohara, Maria Ruth Amaral Sampaio e Mauro Villa d'Alva.

À minha orientadora, Profa. Dra. Suzana Pasternak, pela dedicação e orientação nessa caminhada.

Aos moradores dos cortiços da cidade de São Paulo (Brasil) e da cidade do Porto (Portugal), meus sinceros agradecimentos. Agradeço-lhes pelos cafés tomados, pelos sorrisos e pelas risadas compartilhadas e pelas reflexões sobre a vida, o trabalho e os sonhos.

Agradeço à Maria dos Anjos (Gaspar Garcia Direitos Humanos) e à sua irmã Conceição, pelo café e bolachas quando falamos sobre moradia, trabalho, feijão, festas e família.

Aos amigos que fiz na cidade do Porto, em Portugal, em especial ao arquiteto Nuno Grande, ao antropólogo Fernando Matos Rodrigues e à professora Fátima Loureiro de Matos do departamento de geografia da Faculdade Letras do Porto (FLUP), pela dedicação, pelos livros indicados, pela bibliografia fornecida e pelo acompanhamento nas ilhas do Porto.

Às minhas amigas arquitetas da Universidade Nove de Julho

(Uninove), que compartilharam comigo os momentos anteriores ao desenvolvimento da tese e a elaboração dela, os arquivos divididos, os momentos anteriores à minha qualificação, os livros indicados e os tempos vividos.

Aos amigos Ariane Rosa Camargo, Márcio Henrique L. Alencar, Claudia Muniz, Izamara Macedo e Lúcia A. Furlan, por terem me ajudado com as entrevistas, com o tratamento das imagens, com a diagramação e com os mapas elaborados para expor toda a lógica do mundo da habitação social e coletiva.

Agradecimentos aos funcionários do Departamento Patrimônio Histórico de São Paulo (DPH) e do Departamento Histórico – FUNDASANTOS, pela paciência, pela dedicação e pelo apoio na busca de documentos, fotos e plantas.

Aos amigos da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), pelo apoio e pelas conversas sobre habitação e o Programa de Atuação em Cortiços (PAC).

Aos meus pais, minhas irmãs, meus amigos e demais familiares, em especial, ao meu tio Joélio e à Catarina, pela descrição da vida e pela memória compartilhada quanto à infância e à juventude nos cortiços da cidade de São Paulo.

Ao Instituto Federal São Paulo, pelo incentivo aos docentes no tocante à pesquisa e à qualificação.

Agradecimentos

Abstract

This thesis aims to demonstrate the parities between the tenements of São Paulo, Brazil, and the islands in the city of Porto, Portugal. Through the similarities, within the typologies and the way of living, demonstrate the importance of an improved survey, to know these dwellings and to propose more participative intervention projects.

Keywords

housing; houses for rent; tenements; rooms.

Resumo

Esta tese tem o objetivo de demonstrar as paridades entre os cortiços de São Paulo (Brasil) e as ilhas da cidade do Porto (Portugal). Por meio das semelhanças no que concerne às tipologias e ao modo de morar, pretendemos demonstrar a importância de um levantamento aprimorado para conhecer essas habitações e propor projetos de intervenção mais participativos.

Palavras-chave

habitação; moradias de aluguel; cortiços; ilhas.

Lista de ilustrações

Imagem 01	
Charge feita por Heinrich Zille entre 1870 e 1880, Berlim _____	29
Imagem 02	
Foto de um cortijo em Andalucía, Espanha (2010) _____	31
Imagem 03	
Cortiço no Rio de Janeiro, Brasil _____	31
Imagem 04	
Foto de um cortijo em Andalucía, Espanha (2010) _____	31
Imagem 05	
Cortiço no Rio de Janeiro, Brasil _____	31
Imagem 06	
Foto de um cortiço em São Paulo (2011) _____	34
Imagem 07	
Ilha na cidade do Porto (2017) _____	34
Imagem 08	
Foto da Rua Oscar Freire, São Paulo – Brasil (B.J. Duarte) ____	47
Imagem 09	
Ilhas do Porto, 2017 _____	47
Imagem 10	
Ilhas do Porto, 2017 _____	48
Imagem 11	
Ilhas do Porto, 2017 _____	48
Imagem 12	
Foto aérea das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso e Sé, cidade do Porto junho, 2017 _____	50
Imagem 13	
Perímetro de intervenção da CDHU-PAC _____	51
Imagem 14	
Recorte de jornal O Correio Paulistano, São Paulo, 25/04/1893	53
Imagem 15	
Planta Cadastral da cidade de São Paulo – Santa Efigênia, 1892	54
Imagem 16	
Anúncio de classificados do jornal O Correio Paulistano – São Paulo, 14/04/1893 _____	56

Imagem 17	
Projeto para uma Vila Operária, 1913 _____	57
Imagem 18	
Planta Geral da Capital de São Paulo, organizada por Gomes Cardim, intendente de obras, 1897 _____	58
Imagem 19	
Relatório dos Cortiços do Distrito do Sub Sé (1892) _____	60
Imagem 20	
Relatório dos Cortiços do Distrito do Sub Sé (1892) _____	60
Imagem 21	
Relatório dos Cortiços da Rua Carneiro Leão- Brás (1892) _____	61
Imagem 22	
Relatório dos Cortiços da Rua Carneiro Leão - Brás (1892) _____	62
Imagem 23	
Relatório dos Cortiços da Rua Carneiro Leão - Brás (1892) _____	62
Imagem 24	
Relatório dos Cortiços da Freguesia da Consolação (1892) _____	63
Imagem 25	
Relatório dos Cortiços da Freguesia da Consolação (1892) _____	64
Imagem 26	
Relatório dos Cortiços da Freguesia da Consolação (1892) _____	64
Imagem 27	
Panorama Brás / Mooca (s/ data) _____	65
Imagem 28	
Projeto de Casas a construir nas ruas São Caetano e Cantareira – Sociedade Economizadora _____	66
Imagem 29	
Foto das Tipologias A e B – Sociedade Economizadora Paulista _____	67
Imagem 30	
Foto de casa na rua São Caetano – Sociedade Economizadora Paulista _____	68
Imagem 31	
Projeto para Villa Operária - Família Matarazzo _____	69

Imagem 32

Foto da Rua Oscar Freire, s/n. (B.J. Duarte) _____ 70

Imagem 33

Foto da Rua Oscar Freire, s/n. (B.J. Duarte) _____ 70

Imagem 34

Vista geral e planta do complexo de cortiços formado por “Navio Parado”, “Vaticano”, “Geladeira” e “Pombal” _____ 71

Imagem 35

Fotografia da rua Jacareí (em obras) e da rua Japurá, mostrando um trecho do Vale do Bexiga e parte da Vila Barros. (B.J. Duarte) _____ 72

Imagem 36

Fotografia tomada do corredor do número 127 da rua Japurá, mostrando ao lado e embaixo o cortiço “Navio Parado” em sua extremidade para a rua Jacareí. (B.J. Duarte) _____ 72

Imagem 37

Rua Japurá, s/n. Cortiço “Navio Parado”. (B.J. Duarte) _____ 72

Imagem 38

Ilhas na cidade do Porto, Portugal (s/data) _____ 78

Imagem 39

Vista aérea de uma ilha em Portugal, 2017 _____ 78

Imagem 40

Ilhas na cidade do Porto, Portugal (s/data) _____ 79

Imagem 41

Ilhas na cidade do Porto, Portugal (s/data) _____ 79

Imagem 42

Ilhas na cidade do Porto, Portugal (s/data) _____ 79

Imagem 43

Recorte do jornal JN (1975) _____ 82

Imagem 44

Anúncio de classificados do jornal O Correio Paulistano – São Paulo 09/03/1893 _____ 87

Imagem 45

Anúncio de classificados do jornal O Correio Paulistano – São Paulo 09/03/1893 _____ 88

Imagem 46

Foto da lista de empregados do Matadouro Municipal de São Paulo (1892) _____ 89

Imagem 47

Anúncio de classificados do jornal O Correio Paulistano – São Paulo 19/04/1893 _____ 91

Imagem 48

Foto do comércio na cidade do Porto, Café e Hospedaria águia D'Ouro, em 1905 _____ 99

Imagem 49

Foto das unidades industriais na cidade do Porto, bairro Fontainhas (1890) _____ 100

Imagem 50

Foto das unidades comerciais na cidade do Porto, bairro Fontainhas (1896) _____ 101

Imagem 51

Foto aérea do traçado urbano atual do bairro Fontainhas, na cidade do Porto, (2017) _____ 102

Imagem 52

Mapa da cidade de São Paulo (1905) e a relação trabalho e moradia da época _____ 103

Imagem 53

Mapa da cidade de São Paulo (2017) e a relação trabalho e moradia atual _____ 105

Imagem 54

Gráfico ocupação/ atividade (Porto – Portugal) _____ 108

Imagem 55

Tabela comparativa sócio econômica dos moradores de cortiços e ilhas _____ 108

Imagens 56 a 60

Desenhos feitos por crianças moradoras dos conjuntos habitacionais do Programa de Atuação dos Cortiços (PAC - CDHU) _____ 114

Imagem 61

Foto da fachada de uma ilha na cidade do Porto _____ 118

Imagem 62

Foto da fachada de um cortiço na cidade de São Paulo _____ 118

Imagem 63 e 64

Fotos das fachadas de cortiços na cidade de São Paulo _____ 118

Imagem 65

Foto da fachada de uma ilha na cidade do Porto _____ 118

Imagem 66

Foto da fachada de um cortiço na cidade de São Paulo _____ 118

Imagem 67

Foto da fachada de uma ilha na cidade do Porto _____ 119

Imagem 68

Foto da fachada de um cortiço na cidade de São Paulo _____ 119

Imagem 69

Foto da fachada de uma ilha na cidade do Porto _____ 119

Imagem 70

Foto da fachada de um cortiço na cidade de São Paulo _____ 119

Imagem 71

Foto da fachada de uma ilha na cidade do Porto _____ 120

Imagem 72

Foto da fachada de um cortiço na cidade de São Paulo _____ 120

Imagem 73

Foto de um portão de entrada, cortiço na região do Brás, cidade de São Paulo _____ 120

Imagem 74

Planta de um cortiço na cidade de São Paulo (1896) _____ 122

Imagens 75 e 76

Planta de cortiço na cidade de São Paulo (1896) _____ 122

Imagem 77

Planta de um cortiço na cidade de São Paulo (1893) _____ 123

Imagem 78

Desenhos feitos *in loco* das ilhas no Porto, Portugal (2017) _____ 124

Imagem 79

Desenhos feitos *in loco* dos cortiços em São Paulo, Brasil (2017) _____ 125

Imagem 80

Desenhos de vistoria nas ilhas da cidade do Porto, Portugal (2017) _____ 126

Imagem 81

Desenhos de vistoria nos cortiços em São Paulo, Brasil (2011) _____ 126

Imagem 82

Foto de um cortiço no bairro do Brás, em São Paulo _____ 127

Imagem 83

Foto de um cortiço no bairro de Santa Cecília, em São Paulo ____ 127

Imagens 84, 85 e 86

Fotos dos tanques nas ilhas visitadas no Porto, Portugal (2017) _ 128

Imagens 87 a 90

Fotos dos cortiços em São Paulo, Brasil (2016 e 2017) _____ 129

Imagens 91, 92 e 93

Sanitas nas ilhas visitadas no Porto, Portugal (2017) _____ 130

Imagens 94 a 97

Fotos dos cortiços em São Paulo, Brasil (2016 e 2017) _____ 131

Imagens 98, 99, 100 e 101

Fotos dos espaços para secadouros nas ilhas visitadas no Porto, Portugal (2017) _____ 132

Imagem 102

Foto do cortiço no bairro do Ipiranga, em São Paulo, Brasil (2016) _____ 133

Imagens 103, 104 e 105

Foto do cortiço no bairro do Brás, em São Paulo, Brasil (2017) _ 133

Imagem 106

Desenho 3D de um cômodo de um cortiço em São Paulo _____ 135

Imagem 107

Desenho 3D de um cômodo de uma ilha do Porto _____ 135

Imagens 108 e 109

Fotos casa na ilha na cidade do Porto _____ 136

Imagens 110 e 111

Fotos cortiço em São Paulo _____ 136

Imagens 112 e 113

Fotos cortiço em São Paulo _____ 137

Imagem 114

Foto casa na ilha da cidade do Porto _____ 137

Imagens 115 e 116

Conjuntos Habitacionais PAC- CDHU Bela Vista E e G _____ 159

Imagem 117

Relatório Geral do Programa de Atuação em Cortiços – CDHU/ PAC (2012) _____ 161

Imagens 118, 119 e 120

Empreendimento CDHU Bela Vista A _____ 162

Imagens 121 e 122

Fotos Empreendimento CDHU Santa Cecília/Pirineus _____ 163

Imagens 123 a 125

Fotos Empreendimento CDHU Bom Retiro C _____ 164

Imagens 126 e 127

Fotos Empreendimento CDHU Bom Retiro D _____ 165

Imagens 128 e 129

Fotos Empreendimento CDHU Mooca A _____ 165

Imagens 130 a 133

Fotos Empreendimento CDHU Brás G1 _____ 166

Imagem 134

Foto do Cortiço na rua Canindé, Pari, São Paulo _____ 168

Imagem 135

Foto do Cortiço na rua Canindé, Pari, São Paulo _____ 168

Imagem 136

Foto do Cortiço na rua Uruguaiana, São Paulo _____ 168

Imagem 137

Foto do estacionamento na área do antigo cortiço da rua Canindé _____ 169

Imagem 138

Foto do vazio urbano na área do antigo cortiço da rua Canindé _____ 169

Imagem 139

Foto do vazio urbano na área do antigo cortiço da rua Uruguaiana _____ 169

Imagens 140, 141 e 142

Fotos do cortiço na rua Djalma Dutra, 240 _____ 171

Imagem 143

Foto do playground do conjunto habitacional Bom Retiro D _____ 171

Imagem 144

Reportagem “Câmara vai demolir ilhas degradadas” _____ 173

Imagens 145 e 146

Fotos da Ilha da Bela Vista, Porto _____ 176

Imagens 147, 148 e 149

Cortes para estudos de insolação nas tipologias propostas _____ 179

Imagens 150 e 151

Detalhes de persianas e bancos em corte _____ 179

Imagens 152 a 156

Fotos da Ilha Bela Vista durante a fase de obras _____ 180

Imagens 157 a 162

Fotos da Ilha Bela Vista áreas externas e fachadas _____ 181

Imagens 163 a 168

Fotos ambientes internos: cozinha, banheiro, circulação vertical e janelas _____ 182

Imagens 169 a 174

Elementos construtivos _____ 183

Imagem 175

Foto do cortiço no bairro da Bela Vista, em São Paulo _____ 193

Lista de quadros

Quadro 01

Corrente imigratória Portugal- Brasil _____ 76

Quadro 02

As zonas de proveniência e os países de destino _____ 77

Quadro 03

Recenseamento dos bairros de Santa Catarina, Santo Ovídio e Cedofeita, 1892 _____ 92

Quadro 04

Panorama histórico, político, econômico, social e habitacional ____ 142

APESP	Arquivo Público do Estado de São Paulo
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CDHU	Companhia Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CMPorto	Câmara Municipal do Porto
COHAB	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
DPH	Departamento Patrimônio Histórico de São Paulo
FAU	Faculdade Arquitetura e Urbanismo
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FLUP	Faculdade de Letras da Universidade do Porto
FUNDASANTOS	Fundação Arquivo e Memória de Santos
HIS	Habitação de Interesse Social
IAPI	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
	Habitação de Interesse Social
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PAC/CDHU	Programa de Atuação em Cortiços
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMSP	Prefeitura Municipal de São Paulo
SACOP	Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEMPA	Secretaria Municipal Planejamento
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura da Cidade de São Paulo
SAAL	Serviço Ambulatório de Apoio Local
USP	Universidade de São Paulo

Sumário

A decorative graphic consisting of a thick yellow crosshair that spans most of the page. At each of the four corners, there is a registration mark (a small circle with a crosshair inside) and a pair of short, perpendicular black lines.

Introdução	26
1. O passado e o presente	44
1.1. História dos cortiços em São Paulo	52
1.2. As ilhas do Porto	76
2. O trabalho e a moradia	86
2.1. A especulação imobiliária nos cortiços e nas ilhas	95
2.2. A relação trabalho e moradia	99
3. A precariedade nas habitações de hoje: São Paulo e Porto	112
3.1. Invisibilidade	117
3.2. Tipologias	121
4. Conjuntos habitacionais: São Paulo e Porto	140
4.1. CDHU - PAC	152
4.2. Ilha da Bela Vista hoje: projeto participado	172
Considerações finais	186
Referências bibliográficas	194

Anexos:

Anexo A: relatos e memórias

Anexo B: curta-metragem

Anexo C: Questionários aplicados - 1 e 2

Anexo D: Relatório dos Cortiços do Distrito do Sub Sé (1892)

Anexo E: Relatório dos Cortiços da Rua Carneiro Leão - Brás (1892)

Anexo F: Relatório dos Cortiços da Freguesia da Consolação (1892)

Anexo G: lista de cargos dos funcionários do Matadouro Municipal e seus respectivos salários (1892)

Anexo H: Mapa da cidade de São Paulo (1905)

Anexo I: Desenhos feitos por crianças que são ex-moradoras de cortiços (2015 e 2016)

Anexo J: Mapa da cidade de São Paulo (2017) e a relação trabalho e moradia

Introdução

É importante analisar as raízes das habitações coletivas para entender sua natureza e função. Nesse sentido, o método histórico apresenta-se para averiguar acontecimentos e processos, bem como para verificar a sua influência na sociedade de hoje.

A imersão ao tema habitação de interesse social – HIS – iniciou durante o processo da graduação em arquitetura e urbanismo, entre os anos de 2001-2003, estagiando na Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU, na área de aprovação de projetos.

Em 2002, houve uma manifestação em frente a CDHU, os movimentos sociais se manifestavam e exigiam moradia, bloquearam o acesso de entrada na Av. 9 de julho, em São Paulo, neste momento entendemos os conflitos sociais, políticos e econômicos que estavam envolvidos. Nos colocamos para refletirmos sobre qual o papel do arquiteto urbanista? Quem eram aquelas pessoas? Quais suas rendas e profissões? A situação da precariedade do livro *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo, ainda estavam presentes no século XXI? Todas essas respostas não vieram de imediato, e após a graduação, realizamos uma observação mais aproximada no mestrado, com orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Ruth Amaral Sampaio, na FAUUSP.

No mestrado na área de habitat (2008-2011), observamos de perto trinta cortiços¹ na cidade de São Paulo, e a situação de

¹ Os cortiços, desde o século XIX, fazem parte da paisagem urbana da capital do Estado de São Paulo. Nos séculos XIX e XX, em sua grande maioria, eram retratados nas seguintes configurações: “Ocupavam o interior de um quarteirão, possuindo um portão lateral, e entrada por um estreito e comprido corredor, que levava a um pátio com 3 ou 4 metros de largura – os cômodos enfileirados se abriam para este pátio. [...] Cortiço-armazém ou uma venda no cômodo que tinha frente para a rua. [...] O cortiço do tipo “casinha”, também comum no período, era quase sempre um prédio independente, com frente para a via pública, sem as mínimas condições de higiene. O assoalho era assentado diretamente sobre o solo; não havia ventilação no forro; os cômodos eram pequenos e subdivididos por espécies de biombos; as paredes eram sujas e em grande parte sem reboco. [...] O hotel-cortiço era uma espécie de hotel-restaurante; e as estalagens, locais nos quais se alugavam quartos de aproximadamente 6 m², os quais eram ocupados por operários sem família” (CORDEIRO, 2010, p. 98 -101). Desde 1950 até os dias de hoje, muitas construções assobradadas e ex-casarões no centro da cidade de São Paulo têm sido transformados em cortiços, com seus antigos aposentos divididos, subdivididos e alugados como habitações. São habitações coletivas e insalubres (por falta de ventilação e de iluminação), cujos banheiros e tanques são de uso coletivo. O valor do aluguel, pago ao proprietário ou intermediário, é desproporcional à renda do morador. Os cortiços são encontrados na cidade até os dias atuais.

habitabilidade dos mesmos.

A prática e o contato com os moradores, os intermediários, os docentes e pesquisadores, foi aumentando ao longo do tempo. Em apoio voluntário ao Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, fazíamos visitas aos moradores de cortiços e acompanhávamos os processos de ações de despejo junto aos moradores. Essa aproximação foi enriquecedora, entendemos os diversos fatores e agentes que mantêm este tipo de habitação coletiva até os dias de hoje na cidade de São Paulo.

Depois de concluirmos nossa dissertação de mestrado, verificamos que alguns aspectos ainda precisavam ser averiguados, sobretudo a relação entre os portugueses e os cortiços. A partir do livro *Os cortiços de Santa Efigênia: sanitarismo e urbanização 1893* (CORDEIRO, 2010), o qual se refere ao relatório sobre os cortiços do bairro da Santa Efigênia, em São Paulo, identificamos muitos proprietários e/ou intermediários portugueses, entre eles, estavam Jacintho Gonçalves, José de Barros e Manoel Alves da Cunha, todos da cidade de Lisboa, Portugal. Também havia alguns proprietários e/ou intermediários (de ambos os sexos) de diversas nacionalidades: franceses, alemães e italianos. Entre eles, estava o italiano Carlos Girardi, que era morador e encarregado de cuidar da administração, por ordem do proprietário, de uma série de cortiços no bairro. Em troca da administração desses cortiços, o italiano não pagava aluguel.

De acordo com o relatório, havia, nos cortiços, moradores/inquilinos de diversas partes do mundo: dois franceses, um belga, um dinamarquês, dois austríacos, quatro suecos, nove poloneses, vinte e quatro brasileiros, vinte e nove alemães, trinta e sete espanhóis, oitenta italianos e oitenta e dois portugueses; ou seja, entre tantas nacionalidades, os portugueses estavam presentes em maioria nos cortiços da Santa Efigênia mencionados no relatório de que trata o livro supracitado.

A relação entre os portugueses e os cortiços também é abordada no livro *O Cortiço* (1890), escrito por Aluísio de Azevedo. Por meio dessa obra, é possível notar a influência dos portugueses no cotidiano dos cortiços no Brasil.

Muitos autores atribuem a origem das habitações

Figure 5.2: Zille's depiction of a typical gathering of working class women at a tenement entrance

Imagem 01

Charge feita por Heinrich Zille entre 1870 e 1880, Berlim.

Descrição: Representação de uma reunião típica de mulheres da classe trabalhadora em uma entrada de um cortiço.

In: HUCHZERMEYER, Marie. *Tenement cities: from 19th century Berlin to 21 st century Nairobi*. Copyright, 2011. (pág. 101).

coletivas ao processo de industrialização nos grandes centros urbanos. No entanto, consideramos que outros fatos também tenham contribuído para a disseminação de tais habitações: a falta de uma política habitacional adequada; a especulação imobiliária, através dos altos preços dos aluguéis; a presença do subaluga ou intermediário; e, por fim, os baixos salários ou rendimentos da população que ali vive.

Os cortiços e ilhas² fazem parte deste universo chamado habitações coletivas. Inicialmente, para tratarmos das habitações coletivas e precárias dos grandes centros urbanos, discorreremos acerca do período da revolução industrial, entre 1760 e 1840.

² Segundo o *Dicionário Português e Latino* de 1713, a ilha era definida como “huma, ou muytas casas juntas, que, em huma cidade, tem ruas ao redor de si por todas as partes” (Blueau, 1713, p.128 in VAZQUEZ e CONCEIÇÃO, 2015, org.). *Ilhas do Porto: levantamento e caracterização*. Instituto da Construção da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Tendo em vista a data em que a palavra “ilha”, com a acepção de “moradia”, já fazia parte do dicionário referido, acreditamos que as ilhas já existissem antes do século XIX. Contudo, a maioria das ilhas registradas como moradias coletivas na cidade do Porto foram construídas a partir de 1860. São habitáculos com, aproximadamente, 16m², com tanques, sanitas (sanitários) e salas de banho (chuveiros) de uso coletivo. Também apresentam o subaluga (intermediário), ao qual também é pago um valor de aluguel exorbitante pela moradia. As ilhas são encontradas na cidade até o presente momento.

Engels (1975) discorre, em seu livro *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*, aspectos da vida dos proletários ingleses, ressaltando a precariedade de suas habitações. O processo de mecanização dos teares, as novas indústrias e a possibilidade de os proletários terem uma renda maior deram início a um processo de migração da população rural para as regiões centrais das cidades. Naquela época, a situação era de enriquecimento da classe média industrial e de miséria dos trabalhadores. O período também foi marcado por muita concorrência, por uma crise em 1842, pelo desemprego, pelas greves etc. Segundo Engels (1975, p.47), havia bairros miseráveis, distribuídos por quase toda a Inglaterra e constituídos pelas piores casas, as quais “eram edifícios de dois andares, ou mesmo térreos, em tijolos, alinhados em longas filas, se possível com caves habitadas e quase sempre irregularmente construídos”.

No que concerne às habitações em Londres, Liverpool, Bristol, Nottingham, Manchester e Dublin, naquele período, havia pátios e vielas. Nesses espaços, detritos e água suja eram lançados diante das portas, e, além disso, as classes proprietárias exploravam os trabalhadores, que viviam em situação de miséria. Muitas moradias consistiam em habitáculos que só recebiam luz do dia pela porta, eram adensadas e insalubres, e muitas não possuíam banheiros nem esgotos integrados às habitações. Naquelas que possuíam sanitários, eles eram de uso comum. Engels afirma que, naquela época, apenas 1% da população conseguia enriquecer, enquanto 99% fracassavam.

Quando investigamos a origem dos cortiços, identificamos habitações coletivas também em Berlim, a partir do século XIX, e, em Nairóbi, nos séculos XX e XXI. Esse tipo de moradia surgiu em decorrência do processo industrial. No livro *Tenement Cities from 19th century Berlin to 21st century Nairobi*, Marie Huchzermeyer (2011) descreve essas moradias como espaços apertados e com condições internas difíceis.

As origens dos cortiços brasileiros também remetem aos holandeses, que, entre 1630 e 1654, dominaram o Brasil. Segundo Freyre (2004, p. 273), nas habitações, havia “[...] gente respirando mal, mexendo-se com dificuldade. Às

Imagem 02

Foto de um *cortijo* em Andalucia, Espanha. Fonte: *Cortijos, Haciendas y Lagares: Arquitectura de las grandes explotaciones agrarias en Andalucia*. Junta de Andalucia. Consejería de Obras Públicas y Vivienda. Sevilla, 2010.

Imagem 03

Cortiço no Rio de Janeiro, Brasil. Imagem retirada do livro *O Cortiço* de Aluísio de Azevedo. Descrição: Semelhanças entre os telhados e a tipologia dos pátios.

Imagem 04

Foto de um Cortijo em Andalucia, Espanha. Fonte: *Cortijos, Haciendas y Lagares: Arquitectura de las grandes explotaciones agrarias en Andalucia*. Junta de Andalucia. Consejería de Obras Públicas y Vivienda. Sevilla, 2010.

Imagem 05

Cortiço no Rio de Janeiro, Brasil, retirado do Livro *O Cortiço* de Aluísio de Azevedo. Descrição: Semelhanças entre o pórtico / portão frontal de entrada.

vezes, oito pessoas dormindo no mesmo quarto. Verdadeiros cortiços. Os primeiros cortiços do Brasil”. Freyre (2006, p. 299) também explica que, “com a maior urbanização do país, viriam os cortiços, preferidos aos mucambos pelo proletariado de estilos de vida mais europeus”. Ainda quanto à descrição das habitações precárias no Brasil, o autor relata sobre os sobrados degradados em cortiços que apareceram na paisagem brasileira e multiplicaram-se na cidade do Rio de Janeiro. Conhecidas como “cabeça de porco” e construídas nos anos 1870, essas moradias eram habitações imundas, cortiços onde as condições de vida chegavam a ser subumanas.

A origem da palavra *cortiço* está relacionada à peça feita de cortiça ou de qualquer outra casca de árvore para alojar colônias de abelhas (colmeia). A tipologia de casa que serve de habitação coletiva para a população pobre também é chamada de casa de cômodos e cabeça de porco.

Durante o processo de pesquisa, descobrimos uma palavra utilizada na Espanha e, mais precisamente, na região de Andaluzia, a qual é muito semelhante à palavra *cortiço*: “*cortijo*”³. Essa palavra espanhola é empregada para designar casas rurais que se parecem muito com os cortiços brasileiros. O *cortijo* surgiu devido à necessidade de alojamento dos trabalhadores estáveis ou trabalhadores que ganhavam por dia (“*jornaleros*”). Ademais, também era um local para moradia do “*senhoril*” e um local para acomodar o gado ou para armazenar produtos agrícolas. Esse tipo de alojamento era organizado em torno de um ou mais pátios de distribuição.

A história do “*cortijo*” faz parte da agricultura andaluza: de acordo com as necessidades, ele variava e podia consistir em uma simples casa para uma única família, ou em um núcleo de edificações em torno de um ou mais pátios. As funções desses

³ A palavra “*cortijo*” pode ter se originado do baixo latim *cohorticulum*, diminutivo de *cohors*, que significa “pátio”, “curral”. Pequeno núcleo de moradias rurais rodeado de campo e de cultivo. Tradução, feita pela autora da presente tese, do texto *Cortijos, Haciendas y Lagares: Arquitectura de las grandes explotaciones agrarias en Andalucía*. Junta de Andalucía. Consejería de Obras Públicas y Vivienda. Sevilla, 2010.

núcleos podiam ser variadas: armazéns, celeiros, moinhos, estábulos, adegas e habitações. A palavra “*cortijo*” tem sido utilizada, até hoje, para designar um edifício camponês. A sobrevivência dos “*cortijos*” andaluzes depende das estruturas econômicas: poucos sobreviveram ao tempo. Atualmente, muitos estão abandonados; outros tornaram-se ruínas; poucos estão habitados como luxuosas hospedarias rurais ou como locais de eventos. A importância do “*cortijo*” está relacionada à preservação da memória andaluza, e ele é considerado um lugar de encontro dos “*jornaleros*”, o qual favorece o intercâmbio de hábitos e tradições.

Para investigarmos a origem da palavra cortiço e buscarmos semelhanças arquitetônicas entre esse e outros tipos de moradia, estudamos muitas regiões. Ao realizarmos tal estudo, percebemos que a quantidade de imigrantes portugueses, ao longo da história, desde a colonização do Brasil, foi, quase sempre, maior do que a quantidade de imigrantes de outras nacionalidades. Apenas de 1886 a 1934, houve, em primeiro lugar, mais imigrantes italianos, e, em segundo, estavam os portugueses. A imigração dos portugueses da cidade do Porto foi a maior entre os anos de 1855 e 1863: aproximadamente 56.387 pessoas desembarcaram no Brasil.

Outro fator importante que nos levou a escolher nosso tema de estudo foi a similaridade do desenho arquitetônico dos cortiços e das ilhas (habitações coletivas ou grupo de casas cercadas de ruas ou pátio na cidade do Porto).

É claro que a influência dos portugueses no Brasil começou nos tempos da nossa colonização e pode ser verificada em vários aspectos: na gastronomia, na música, na dança, nas festas e nas comemorações. Entretanto, pensando em tal influência, surgem-nos algumas questões: haveria, ainda hoje, tamanha familiaridade entre portugueses e brasileiros no modo de moradia das classes trabalhadoras? Os cortiços e as ilhas apresentam determinadas características pelas mesmas motivações (a industrialização, os processos de migração e imigração, a falta de uma política habitacional, a especulação imobiliária e os baixos salários)?

Imagem 06

Foto de um cortiço em São Paulo. CDHU, 2011.

Imagem 07

Ilha na cidade do Porto. Thais Souza, 2017.

Fontes e acervos

As primeiras fontes e documentos para iniciar esta investigação foram as plantas arquivadas no DPH – Departamento Patrimônio Histórico de São Paulo, setor manuscrito e obras particulares, do Arquivo Washington Luís. As plantas que buscávamos foram identificadas a partir dos endereços do Relatório de Cortiços da Santa Efigênia (1893). Foi-nos possível encontrar muitas delas, porém, naquela época, não havia a obrigatoriedade de aprovação das plantas das habitações já construídas. Isso era obrigatório apenas para novas construções ou para pedidos de reforma e alinhamentos.

Para entender a dinâmica dos cortiços e os imigrantes que aqui chegavam, também consultamos outros acervos. Tivemos acesso, por exemplo, ao arquivo da cidade de Santos – FUNDASANTOS – que conta com uma equipe técnica que se dispôs a nos mostrar plantas, relatórios e um acervo iconográfico.

Foram realizadas, também, pesquisas em sites. Entre os sites consultados, podem-se mencionar: o do Museu do Imigrante, o do Arquivo do Estado de São Paulo, o dos Amigos do Arquivo Histórico de São Paulo, entre tantos outros.

As pesquisas *in loco*, na cidade de São Paulo e na cidade do Porto, foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa, pois nos permitiram realizar a coleta de fotografias e imagens do cotidiano e conversas com os moradores. Possibilitaram-nos, ademais, o acesso a mapas e jornais antigos, o que, a nosso ver, era essencial para que pudéssemos compreender a história das habitações dessas duas cidades e entender o presente.

A experiência na cidade do Porto foi muito importante para a nossa pesquisa, pois, ao visitarmos as ilhas, pudemos observar, pessoalmente, as descrições contidas em livros que fazem parte das referências bibliográficas desta tese.

Método, problema e hipótese

No que concerne à metodologia, podemos dizer que o presente trabalho consiste em um experimento qualitativo. A proposta deste trabalho foge de uma tese acadêmica clássica: trata-se de tentar transmitir, por palavras, imagens e filme, as sensações asfixiantes e claustrofóbicas do morador encortiçado, sensação esta compartilhada tanto nas ilhas portuguesas como nos cortiços brasileiros.

Na pesquisa acadêmica, a hipótese é, indubitavelmente, importante, pois é ela que coordena os fatos a serem pesquisados, analisados e apresentados. A questão que norteou o presente trabalho foi a de procurar, através do discurso e do acervo imagético, semelhanças e diferenças entre os cortiços da cidade de São Paulo e as ilhas da cidade do Porto. E tentar verificar se os modos de vida e os aspectos formais das ilhas do Porto de alguma forma influenciaram a organização espacial dos cortiços da cidade de São Paulo.

Nesta pesquisa buscamos jornais de diferentes épocas,

plantas arquivadas em departamentos históricos, ouvimos histórias de antigos moradores de cortiços, realizamos entrevistas com moradores atuais, aplicamos questionários aos moradores e realizamos atividades com as crianças nos conjuntos habitacionais PAC/CDHU.

No Porto, visitamos as ilhas em áreas diferentes da cidade, com profissionais atuantes sobre essa realidade habitacional. Com o arquiteto Nuno Grande, visitamos 3 (três) ilhas entre os bairros Cedofeita e Boa Vista; com a professora Fátima Loureiro de Matos do departamento de geografia da Faculdade Letras do Porto (FLUP) conhecemos 5 (cinco) ilhas da Rua São Vitor em Fontainhas. E com o antropólogo Fernando Matos Rodrigues, visitamos 6 (seis) ilhas entre os bairros Bonfim e Santo Ildefonso, além do projeto da Ilha Bela Vista. As visitas realizadas durante o mês de junho de 2017, nas ilhas da cidade do Porto, com profissionais de diferentes áreas contribuíram para que refletisse os diversos aspectos das moradias coletivas: arquitetônico, o da antropologia urbana e o da geografia social.

Através das visitas nas ilhas, foi possível conversarmos com alguns moradores, conseguir filmagens, fotografar e realizar medições nos ambientes internos e externos.

Contudo, para análise sócio econômica dos moradores das ilhas, utilizamos o levantamento realizado pelo Instituto da Construção da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP) realizado em 2015.

O objetivo de todos esses procedimentos foi o de entender diferentes visões e percepções sobre os ambientes das moradias coletivas.

Na cidade de São Paulo, entre os anos de 2015 e 2017, aplicamos o primeiro questionário aos moradores de cortiços (questionário 1 em anexo) do qual resultou os dados sobre a escolaridade, a renda familiar, o acesso ao trabalho e ao hospital, a região de nascimento e os tipos de lazer.

Os bairros selecionados fazem parte do perímetro de intervenção do PAC/CDHU, subprefeituras: Lapa, Sé e Mooca.

Obtivemos resposta de 41 moradores de cortiços das seguintes regiões: 3 (três) cortiços da Barra Funda/Santa Cecília,

3 (três) Brás/ Bresser, 2 (dois) na Luz, 2 (dois) na região da Bela Vista e 4 (quatro) no Cambuci/Ipiranga.

Entrevistamos 7 (sete) intermediários, em conversas informais, das quais nos permitiram a entrada nos cômodos e nas habitações, a realização das filmagens, além de saber sobre os valores e as mudanças dos preços cobrados, e como isso influencia o mercado informal.

O segundo questionário (questionário 2 em anexo), perguntamos aos moradores dos conjuntos habitacionais PAC/CDHU, aspectos da vida cotidiana, ou seja, qual sua moradia anterior, aspectos bons e ruins do conjunto, qual o lazer preferido, quais as mudanças a partir da “casa nova”.

Coletamos 15 entrevistas nos empreendimentos PAC/CDHU, dos quais nos permitiram a entrada. O objetivo inicial era conseguir coletar os dados de todos, porém não foi possível.

Visitamos 5 conjuntos habitacionais e verificamos aspectos do pós ocupação, ou seja, procuramos entender e verificar as novas modificações e intervenções executadas pelos moradores: cobertura e áreas de estacionamentos, salão de jogos, churrasqueira, mini quadras entre outras alterações. O objetivo deste questionário, foi investigar o processo de pós ocupação, para além das mudanças físicas e arquitetônicas, foi descobrir as contribuições e desamparo na vida dos moradores.

Outra ação desenvolvida ao longo da pesquisa e entregue como parte dos trabalhos programados, foi o contato com as crianças que hoje residem nos conjuntos habitacionais PAC-CDHU. O objetivo desta aproximação, foi descobrir um aspecto diferente no que tange sobre as mudanças na vida das pessoas das quais, moravam nos cortiços e hoje residem nos empreendimentos. A visão obtida através dos desenhos das crianças e sem interferência da fala, ou até mesmo na presença de adultos traduz o olhar da criança. O resultado dos desenhos (em anexo) relata a quantidade de quartos da antiga moradia, o antes e o depois, sobre os aspectos de relação com amigos e vizinhos, aspectos arquitetônicos no comparativo entre as duas habitações entre outros.

A metodologia criada para a coleta desses desenhos foi a seguinte: nos empreendimentos que havia crianças brincando

nas áreas de lazer nós obtivemos o contato com as crianças, explicamos sobre a pesquisa, e elas aceitaram em participar. Após este processo, foi feita uma conversa com os pais e solicitamos a autorização para que as crianças elaborassem os desenhos na área de lazer; a dinâmica foi realizada em apenas 1 (um) empreendimento na região da Luz, pois foi o único na cidade de São Paulo, que nos permitiu a entrada e a realização desta atividade. Realizamos esta mesma atividade nos 2 (dois) empreendimentos PAC-CDHU na cidade de Santos, pois no início da pesquisa abrangeríamos o PAC-CDHU nas duas cidades, e após o recorte do objeto de pesquisa, determinamos a análise apenas na cidade de São Paulo.

Nesta pesquisa propusermos não identificar os endereços dos cortiços, dos conjuntos habitacionais e os nomes das pessoas, para a preservação da identidade dos seus moradores e todas as pessoas envolvidas.

Problema de Pesquisa:

Existem paridades formais entre os cortiços paulistanos e as ilhas do Porto?

Quais as variáveis que condicionariam estas semelhanças?

Hipótese:

As semelhanças na estrutura formal e nos modos de vida dos cortiços e ilhas, verificadas por discursos de seus moradores e por imagens, são mais devidas a condições socioeconômicas que a quaisquer outros parâmetros. Ou seja, as condições formais se replicam apesar das diferenças culturais e locais. A pobreza e a falta de moradias adequadas condicionam formas de morar semelhantes, independentemente dos seus moradores estarem no Porto ou em São Paulo.

A estrutura da tese

Tendo em vista as possibilidades e limitações nas quais uma tese se desenvolve, procuraremos explicar, através do

material bibliográfico, iconográfico, histórico e do discurso dos alguns moradores a estrutura deste trabalho.

O primeiro capítulo inicia-se com uma explanação da história das habitações coletivas na cidade de São Paulo e na cidade do Porto a partir do século XIX. Nas seções do referido capítulo, procuramos explicar a situação de cada localidade, salientando suas diferenças e semelhanças.

O segundo capítulo busca ilustrar a situação dos trabalhadores e suas formas de renda. Para isso, evidenciamos o valor dos aluguéis, a especulação imobiliária e a situação econômica dos moradores dos cortiços e das ilhas.

No terceiro capítulo, por meio dos desenhos e das plantas dos habitáculos, tratamos da precariedade dessas moradias, apontando aspectos da invisibilidade e das tipologias de tais habitações.

No quarto capítulo, procuramos fazer uma síntese da história das habitações nas duas cidades. No mesmo capítulo, apresentamos um panorama geral dos programas habitacionais que atenderam os moradores de cortiços (PAC/CDHU) e de ilhas e discorremos sobre o projeto da Ilha da Bela Vista, na cidade do Porto, o qual pode ser considerado, na atualidade, um projeto mais participativo.

Nas considerações finais mostramos que há paridades formais entre as ilhas do Porto e os cortiços paulistanos: um único portão de entrada, a disposição dos quartos quer em fileiras, quer em volta de um pátio, ou em casarões abandonados, a frequente localização de tanques e sanitários na entrada. Entre as semelhanças na forma de organização social, a existência do sublocador, o aluguel relativamente alto em relação aos salários vigentes, o emprego predominante em serviços e o baixo nível educacional.

Por fim, apresentamos alguns questionamentos, reflexões e análises sobre alguns princípios que possibilitassem a reabilitação deste tipo de moradia.

As fotografias que aparecem entre os capítulos são de autoria do fotógrafo **Benedito Junqueira Duarte (Franca-SP, 1910 - São Paulo-SP, 1995)** e fazem parte do Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Duarte foi iniciado no ofício pelo tio, o retratista José Ferreira Guimarães (um dos poucos agraciados com o título de *Photographo* da Casa Imperial), tendo se aperfeiçoado mais tarde no estúdio Reutilinger em Paris (França), em duas ocasiões distintas: 1922 e 1929.

Começou a trabalhar como retratista em São Paulo (SP) em 1929 e passou a chefiar a Seção de Iconografia do recém-criado Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo em 1935, no qual permaneceu até sua aposentadoria em 1965. Documentou as atividades do departamento e organizou o arquivo fotográfico relativo às obras da cidade, produzindo mais de 4.000 fotografias entre 1935 e 1951. Ademais, produziu ainda uma série de filmes sobre a cidade de São Paulo entre os anos de 1938 e 1945.

1. O passado e o presente

Para entender o presente e desenhar um futuro, temos a importante tarefa de estudar o passado. O passado nos traz as memórias, preserva a lembrança e esclarece o presente.

Se nos perguntassem como são as ilhas do Porto, diríamos que são exatamente iguais aos cortiços da cidade de São Paulo. Para aqueles que nunca leram obras de literatura que descrevem o cotidiano nos cortiços e/ou para aqueles que nunca viram uma fotografia dos cortiços na rua Oscar Freire, nos anos 1930, ou até mesmo para aqueles que nunca prestaram atenção aos portões entreabertos e às placas de “alugam-se quartos”, gostaríamos de esclarecer que as duas cidades apresentam este contexto: em ambas, há habitações (os cortiços em São Paulo, e as ilhas no Porto) que consistem em verdadeiras cidades.

Assim como os cortiços, as ilhas são cenários especiais. Ao entrar em uma ilha, temos a mesma sensação de entrar em um cortiço da cidade São Paulo. Há sempre um portão na entrada, geralmente, semicerrado, o que nos causa um sentimento de estar em um espaço público, mas observado, uma sensação de liberdade concisa.

Algumas ilhas, chamadas de *ilhas com varandas*, quanto à disposição dos habitáculos, são como os pátios: as casas são dispostas em forma de U, e uma escada central dá acesso ao andar superior. Em sua maioria, porém, as ilhas apresentam um corredor com as casas dispostas uma ao lado da outra.

As casas das ilhas apresentam uma porta e uma janela, ao longo de um corredor único e lateral. As ilhas também possuem um espaço de recreação, conversas e brigas, bem como os locais dos tanques e das sanitas ao fundo ou na entrada. As sanitas correspondem aos nossos banheiros ou apenas aos sanitários, e as salas de banho são os locais dos chuveiros (quando se fazem presentes). Convém ressaltar que nem todas as ilhas que visitamos possuíam salas de banho.

Na cidade de São Paulo, apesar da precariedade, os banheiros dos cortiços possuem vasos sanitários e chuveiros no mesmo ambiente. Entretanto, possuem, também, um aviso para economia de água e energia afixado na porta. Além disso, os cortiços se apresentam de várias formas. A maioria deles possui:

casas enfileiradas que têm uma porta e uma janela; sobrados unifamiliares subdivididos e porões habitados. Os varais, ou secadouros, como dizem no Porto, são muito próximos uns dos outros e estão sempre com roupas penduradas.

Nas ilhas e nos cortiços, sempre há algumas crianças e idosos que ficam sentados ou brincando em frente às portas de suas habitações ou nas áreas comuns. Nas ilhas, com frequência, observávamos senhoras lavando o pátio, lavando roupas nos tanques, ou, simplesmente, sentadas em frente às portas de suas moradias, pois, dentro de suas habitações, fazia muito calor no mês de junho (mês em que, no ano de 2017, estivemos na cidade do Porto para coletar dados para esta pesquisa).

No mês de junho, todas as ilhas são enfeitadas para a festa de São João: há enfeites por toda parte. Enfeites coloridos fazem parte da decoração dos corredores das ilhas, o que constitui uma tradição.

Digno de nota era o entusiasmo de praticamente todos os moradores, quotizando-se o ano inteiro para que S. João da sua ilha fosse condignamente festejado, com enfeites, balões, luzes e música. Tudo completado, lá para a meia-noite, para dar maior ênfase aos festejos, com uma boa caneca ou malga de café com leite, acompanhado pelo pão quentinho, fornecido pelo padeiro do Bonjardim, que naquela noite, se esmerava no fabrico, fazendo o pão mais cedo e a preceito, para que a manteiga espalhada a correr para apanhar a quentura completasse o pitêu da noite na perfeição. (PACHECO in PANMIXIA, 2004, p. 15).

Imagem 08

Rua Oscar Freire (São Paulo – Brasil) Tombo: DC/0000403/A Fotógrafo: DUARTE, Benedito Junqueira (B.J. Duarte). Data: 1938 Descrição: Esquina mais próxima Rua Galeno de Almeida - 50, nº 2371. O cortiço visto dos fundos. O aproveitamento de espaço é notável. Varais repletos de roupas cruzam-se em todos os sentidos. Acervo: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo. Site: <http://www.acervosdacidade.sp.gov.br/PORTALACERVOS>

Imagem 09

Ilhas do Porto, 2017. Descrição: Secadouros, junho, 2017. Foto: Thais Souza.

Imagens 10 e 11

Ilhas do Porto, 2017. Descrição: Enfeites para o festejo de São João, junho, 2017.
Fotos: Thais Souza.

À semelhança das ilhas, os cortiços, em época de festas juninas, mesmo com pouco espaço, são decorados com algumas bandeirinhas, que são fixadas e espalhadas nos corredores ou em áreas comuns. Contudo, o mesmo entusiasmo que se observa no Porto por ocasião dos festejos de São João também se nota nos cortiços de São Paulo durante a Copa do Mundo. Ademais, durante esse evento esportivo, podemos observar, pelo menos, uma única bandeirinha em cada janela ou na porta dos cortiços.

Tanto os cortiços quanto as ilhas possuem situações de precariedade e a figura do intermediário ou subaluga. No entanto, em ambos, a solidariedade e a entreatura fazem-se presentes.

Escolhemos estudar as ilhas na cidade do Porto pelo mesmo motivo pelo qual optamos por estudar os cortiços: os cortiços e ilhas fazem parte das cidades, ao longo dos séculos, como forma de moradia. Segundo dados estatísticos, há, hoje, aproximadamente, 20.000 pessoas⁴ em um total de 5.000 ilhas na cidade do Porto. No início do PAC/CDHU foram cadastrados, aproximadamente, 2.158 imóveis encortiçados na cidade de São Paulo e 22.811 famílias⁵.

Os bairros investigados nesta tese foram escolhidos a partir da bibliografia e de levantamentos recentes do Instituto da Construção da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP) sobre esse tipo de habitação. De acordo com tais levantamentos, Cedofeita, Bonfim, Santo Ildefonso e Sé são bairros com predominância de ilhas, muitas das quais são centenárias e extremamente adensadas.

⁴ Hoje, 5.000 (cinco mil) ilhas abrigam 20.000 (vinte mil) pessoas na cidade do Porto, em Portugal.

Dado coletado no livro *Ilhas*. Associação Cultural Panmixia. <http://panmixia-teatro.blogspot.com.br/p/panmixia-associacao-cultural.html>.

Acessado em 17/07/2017.

Livro escrito para os espetáculos apresentados: *Ilhas* (2004), texto e encenação José Carretas.

⁵ Dados da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), ações do Programa de Atuação em Cortiços – PAC (2002-2011) e da Prefeitura Municipal de São Paulo, convênio PAC-CDHU, apresentaram 2.158 imóveis cadastrados e 22.811 famílias. Os dados apresentados referem-se ao ano de 2010.

Imagem 12

Nas áreas demarcadas (laranja) foram realizadas as visitas *in loco* para a elaboração da tese, 2017. Descrição: Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso e Sé, junho, 2017. Foto aérea: Google, 2017.

Na cidade de São Paulo, procuramos trabalhar com o mesmo perímetro de intervenção da CDHU-PAC, nesse recorte territorial do município, correspondente a parcela dos distritos da Sé, República, Pari, Mooca, Brás, Belém, Bom Retiro, Barra Funda, Santa Cecília, Liberdade e Cambuci.

Imagem 13

Perímetro de intervenção da CDHU-PAC. Descrição: Nesse recorte territorial do município, correspondente a parcela dos distritos da Sé, República, Pari, Mooca, Brás, Belém, Bom Retiro, Barra Funda, Santa Cecília, Liberdade e Cambuci.

Fonte: CDHU-PAC, julho, 2012.

Dadas as limitações de tempo e espaço para a realização da tese, as vistas in loco, nas cidades de Porto e São Paulo, apresentadas nesta pesquisa, não se trata especificamente de quantificá-los e identificá-los, mas sim, de explicar suas paridades nos aspectos arquitetônicos, sociais e da preservação da memória dos moradores e deste modo de vida. A pesquisa apresenta parte das ilhas e cortiços existentes, contudo, são parte integrante deste conjunto de moradias.

1.1 História dos cortiços em São Paulo

Vamos tratar da história dos cortiços na cidade de São Paulo a partir de 1885, um pouco antes da publicação do *Relatório dos Cortiços do bairro Santa Efigênia* (1893), que dá início à problemática habitacional sob a ótica dos higienistas e detentores da cidade.

Com a construção da ferrovia, a indústria do café, em todo o Estado, trouxe um grande adensamento populacional, não somente no bairro Santa Efigênia, mas em toda a cidade de São Paulo. Assim, esse bairro atraiu inúmeras redes de hotel e moradores da alta sociedade. Foi dessa maneira que começaram os problemas populacionais decorrentes de tal adensamento humano.

Em 1886, foi criado o Código de Posturas do Município de São Paulo, que regulamentava, entre outros aspectos, as áreas mínimas de cada cômodo dos cortiços. A partir de então, foram estabelecidos inúmeros decretos, leis e diretrizes concernentes à habitação e ao saneamento das edificações.

Um ofício, datado de 4 de outubro de 1892, foi encaminhado pelos engenheiros Theodoro Sampaio e Cesário Motta Junior, para que obras de saneamento e abastecimento de água se tornassem soluções urgentes contra riscos de epidemias de febre amarela e tifo. Contudo, o relatório, em grande parte, foi resultante da atuação e das solicitações do engenheiro Theodoro Sampaio. Naquele período, o poder público também pretendia dar um “novo ar” à cidade.

A remodelação urbana, com características europeias para a cidade, buscava apagar as marcas do período colonial.

Segundo Cordeiro (2010, p.11):

(...). Durante a gestão Prado (1889-1911), a título de exemplo das intervenções ocorridas, foram construídos prédios, como o do Palácio do governo, do Quartel, da Escola Normal, da Tesouraria da Fazenda, do Liceu de Artes e Ofícios, da Secretaria

da Justiça, do Teatro Municipal. Ocorreu também a remodelação inglesa do Jardim da Luz, inauguraram-se a iluminação elétrica, a linha de bondes elétricos, a linha de bondes elétricos e reestruturaram-se ruas, praças e outros espaços públicos.

O ano de 1893 caracterizou-se pela alta economia cafeeira, pela chegada de milhares de imigrantes, por ações higienistas e pela explosão demográfica populacional (de 69.934 pessoas em 1890, para 239.820 em 1900, entre italianos, portugueses, alemães e ex-escravos). Os jornais da época apresentavam dados da Hospedaria dos Imigrantes com relação à entrada e à saída dos imigrantes.

primeiro, o imigrado paulista encontrará elementos mais vastos e apropriados à sua actividade e aptidão administrativa; poderá, pois, prestar os mais relevantes serviços à pátria e ao seu Estado natal.

INSTITUTO VACCINOGENICO
Hoje haverá vacinação animal neste instituto, de 1 ás 2 horas, da tarde, á rua Direita n. 25 (directoria de hygiene).

HOSPEDARIA DE IMMIGRANTES
O movimento de imigrantes, hontem foi o seguinte:

Existiam na hospedaria.	2421
Entraram	790
Sahiram.	351
Existem	2860

THESSOURO FEDERAL
Foi nomeado o sr. Luiz de Albuquerque Maranhão, para o lugar de 1º escriptuario da delegacia fiscal do thessouro federal, neste Estado.

ALFANDEGA DE SANTOS
A alfandega daquela cidade depositou no Banco do Commercio e Industria a quantia de 120000000.

Imagem 14

Fonte: *O Correio Paulistano*, São Paulo, 25/04/1893. Arquivo do Estado, ref.: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/jornais_revistas. Acessado em 23/08/2016.

Em 06 de junho de 1893, Theodoro Sampaio enviou um texto ao Secretário de Negócios do Interior, Doutor Cesar Motta, com cópia à Câmara Municipal e ao chefe da polícia. Nesse texto, relatava-se que a cidade de São Paulo estava com uma epidemia de febre amarela a partir do bairro de Santa Efigênia. Diante disso, Sampaio solicitou a formação de uma comissão mista, representada pela polícia, pelos órgãos responsáveis pela fiscalização da higiene e pela municipalidade para desenvolver atividades de vistoria e inspeção na cidade.

No Relatório de Cortiços do bairro Santa Efigênia, iniciado em 1892, foram descritos cortiços em que moravam pessoas de várias nacionalidades: brasileiros, italianos, portugueses, espanhóis, alemães, poloneses, franceses, suecos, dinamarqueses, belgas e australianos. Foram levantadas 65 habitações coletivas insalubres e precárias, pelas quais as pessoas pagavam entre 20\$000 e 60\$000 (entre vinte mil e sessenta mil réis).

O relatório apresenta-nos, também, dados arquitetônicos e físicos descritivos das habitações coletivas: geralmente, ocupavam o interior de um quarteirão, possuindo um portão lateral, e entrada por um estreito e comprido corredor, que levava a um pátio com três ou quatro metros de largura – os cômodos

enfileirados abriam-se para esse pátio. Com portas e janelas muito simples, esses cômodos possuíam, aproximadamente, de três a quatro metros de largura, entre cinco e seis metros de comprimento, e a altura variava entre três metros e três metros e meio. Quase sempre, havia, no cortiço, um armazém ou uma venda no cômodo que tinha frente para a rua. Essas habitações precárias eram, em sua maioria, assoalhadas e forradas apenas nos cômodos de dormir; no cômodo dos fundos, onde ficava o fogão, não havia assoalho, nem forro. Segundo as fichas descritas no “Relatório da comissão de exame e inspeção das habitações”, em cada cômodo, moravam de duas a quatro pessoas.

(...) O cortiço, como vulgarmente se chamam essas construções acanhadas, insalubres, repulsivas algumas, onde as forças vivas do trabalho se ajeitam em desmedida, fustigadas pela dificuldade de viver, mesma quase promiscuidade que a economia lhe impõe, mas que a higiene repele. (Relatório da comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no distrito de Santa Efigênia, apresentado ao cidadão Dr. Cezario Motta Jr., 1893, in: CORDEIRO, 2010).

Imagem 15

Planta Cadastral da cidade de São Paulo – Santa Efigênia, 1892 (na planta, apontam-se, em vermelho, as habitações consideradas moradias coletivas em péssimo estado de habitabilidade). Fonte: CORDEIRO (2010).

Para substituir os cortiços, iniciou-se a construção de “casas ou vilas operárias” com base na Lei n. 315 de 1897, com a qual o Estado incentivava a construção desses empreendimentos.

Naquele período, a cidade de São Paulo já possuía outros bairros e loteamentos, tais como: Mooca, Brás e Água Branca. Nesses bairros, instalaram-se indústrias, tecelagem, cervejarias, casas para operários e cortiços.

Novos costumes e novos locais como cafés, confeitarias, bares e teatros apareceram no cotidiano da classe burguesa paulistana entre o final do século XIX e o início do XX.

Apresentamos, de forma inédita, tal afirmação com imagens do levantamento realizado junto ao Departamento Patrimônio Histórico de São Paulo – Arquivo Washington Luís. Esse levantamento inclui imagens desses relatórios que apresentam os endereços dos cortiços em 1892.

Imagem 16

Fonte: *O Correio Paulistano* – São Paulo, 14/04/1893. Arquivo do Estado, ref.: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/jornais_revistas. Acessado em 23/08/2016.

Imagem 17

Projeto para uma Vila Operária, 1913. Arquivo de Obras Particulares DPH – Departamento Patrimônio Histórico – Caixa: OP 1913.004.517/PR001.

São Paulo, 28 de Maio de 1892

Arquivo em
28-5-92
Pernambuco

Excmo. Sr. Dr. João de Deus
Com o cumprimento de deveres a V. Exa. apresento
uma lista com o nome de todos os
que se encontram no distrito do Sub Sé
na data de 28 de Maio.

Atte. do Sr. Dr. João de Deus

João de Deus
M. de Deus
M. de Deus

Atte. do Sr. Dr. João de Deus
Antônio de Deus

Relatório dos Cortiços do Distrito do Sub Sé

(Rua Joffe)

1. Antônio de Deus	28
2. João de Deus	28
3. João de Deus	28
4. João de Deus	28
5. João de Deus	28
(Rua de Deus)	
6. João de Deus	28
(Rua de Deus)	
7. João de Deus	28
(Rua de Deus)	
8. João de Deus	28
(Rua de Deus)	
9. João de Deus	28
10. João de Deus	28
11. João de Deus	28
(Rua de Deus)	
12. João de Deus	28
(Rua de Deus)	
13. João de Deus	28

São Paulo, 28 de Maio de 1892

Atte. do Sr. Dr. João de Deus

Antônio de Deus

Imagens 19 e 20

Relatório dos Cortiços do Distrito do Sub Sé (1892). Fonte: Arquivo Municipal de São Paulo – Arquivo Washington Luís /DPH- Caixa Fundo de Intendência Municipal Polícia e Hygiene – Caixa 5.

constituir gram puzo e Cidades
causa publica -
3-6-92
Jornal de São Paulo
Ar. 211
1892
Tenho a honra de submeter
ao vosso esclarecido juizo a informação
que para o conhecimento do 3.º distrito
sobre os cortiços existentes a rua Car-
neiro Leão e que fizeram o objecto
do incluso officio do visor da freguesia
do Brás.
Saude e fraternidade.
Ao cidadão Cesario Ramalho da Silva
M. P. Presidente do Conselho de Intendencia
CB
C 21

Imagem 21

Relatório dos Cortiços da Rua Carneiro Leão- Brás (1892). Fonte: Arquivo Municipal de São Paulo – Arquivo Washington Luís /DPH- Caixa Fundo de Intendência Municipal Polícia e Hygiene – Caixa 5.

Proprietarios	N.º	Quantidade	Al.º
João Gomes de Castro	N.º 1	Cartões 4	
Leite, Patentes & Barros	" "	" " 4	
General Martin	" "	" " 4	
~	N.º 2	Cartões 1	
Cesare Barchinelli	N.º 3	Cartões 1	
~	N.º 4	Cartões 1	
Miguel d. O.º Costa	N.º 5	Cartões 1	
~	N.º 6	Cartões 1	
Alves Coutinho & Lda	N.º 7	18	
João Lampson	N.º 8	5	
~	N.º 9	Cartões 2	
Constantino Maia	N.º 10	" " 10	
Dr. Cascaes Barreto	N.º 11	" " 10	
Dr. Emilio B. Barreto	N.º 12	" " 5	
Trans.º de Neg.º Restaurant	N.º 13	Cartões 4	
~	N.º 14	" " 11	
Cap.º Alvaro E. de S.º	N.º 15		
João S.º de S.º	N.º 16		

Relatório dos Cortiços da Rua Carneiro Leão - Brás (1892). Fonte: Arquivo Municipal de São Paulo – Arquivo Washington Luís /DPH - Caixa Fundo de Intendência Municipal Polícia e Hygiene – Caixa 5.

Imagem 24

Relatório dos Cortiços da Freguesia da Consolação (1892). Fonte: Arquivo Municipal de São Paulo – Arquivo Washington Luís /DPH- Caixa Fundo de Intendência Municipal Polícia e Hygiene – Caixa 5.

Enquanto bairros como Higienópolis e a Avenida Paulista consolidavam-se com seus casarões, no ano de 1898, a Lei n. 375 ignorava os cortiços da cidade, embora eles crescessem em número e em dimensões nos bairros do Brás, Bresser, Barra Funda, Liberdade e Belém.

Imagem 27

Panorama Brás / Mooca (s/ data). Fonte: <https://moocasaudosamooca.wordpress.com/historia-da-mooca/antigos-logadouros/>. Acessado em 23/08/2016.

Em 1900, a Lei n. 498, estabeleceu definições e termos específicos para as chamadas “casas operárias”, habitações unifamiliares com: sala, quarto, cozinha, sala de jantar e latrina. Outras leis foram criadas entre 1900 e 1908, visando-se à construção de vilas e de casas operárias com apoio municipal e isenção de impostos, por quinze anos, aos construtores interessados.

Segundo Bonduki (1998, p.54) “considerando-se que, uma vila operária, uma moradia unifamiliar de 35m² - com dois dormitórios, sala, cozinha, tanque e wc individual custava, em 1911, cerca de 60\$000 e que, em 1912, não se alugava um cômodo num cortiço por menos de 20\$000”. Tendo em vista essa afirmação, podemos constatar que a rentabilidade dos cortiços era alta.

A Vila Maria Zélia (1917) e a Vila Economizadora (1908 a 1915) foram construídas com base nessas leis e existem até os dias atuais.

Imagem 28

Projeto de Casas a construir nas ruas São Caetano e Cantareira – Sociedade Economizadora Paulista. Arquivo de Obras Particulares DPH – Departamento Patrimônio Histórico. Caixa: OP 1910.002358 PR001.

Imagem 29

Tipologias A e B – Sociedade Economizadora Paulista. Arquivo de Obras Particulares DPH – Departamento Patrimônio Histórico. Caixa: OP 1910.002358 PR001.

Imagem 30

Casa na rua São Caetano – Sociedade Economizadora Paulista. Arquivo de Obras Particulares DPH – Departamento Patrimônio Histórico. Caixa: OP 1910.002358 PR001.

Ao lado das indústrias e das fábricas, também foram construídas casas de operários, porém eram apenas para os funcionários mais qualificados ou para encarregados e para aqueles que possuíam cargos de chefia. Não havia moradia para todos que trabalhavam nas fábricas.

Imagem 31

Projeto para Villa Operária - Família Matarazzo. Casas na rua Passos. Arquivo de Obras Particulares – DPH – Departamento Patrimônio Histórico. Caixa: OP 1910.003331 PR001.

Em 1914, segundo Piccini (2004), o primeiro plano de melhoramentos foi executado pelo prefeito Duprat. Entre 1911 e 1914, foram promovidas reformas urbanas por meio da demolição de quarteirões do centro da cidade. Foi realizada uma reurbanização com a extinção de lugares de grande concentração de população, como aqueles dos cortiços, das zonas de mercado e de prostituição, o que foi justificado pelo saneamento e embelezamento da cidade.

Em 1914, a lei municipal n. 1.788 estabeleceu o novo perímetro urbano para a cidade e foi classificou-o em: urbano,

suburbano e rural. A mesma lei ainda definiu, também, na área central, o estabelecimento de comércio e serviços. Determinou, ademais, que os casarões e os sobrados transformados em cortiços deveriam, progressivamente, ser demolidos e proibidos na área central.

Após dois anos, a lei n. 2.333 do Novo Código de Padrão Municipal redefiniu o cortiço como forma de “habitação múltipla”, reconhecendo-o como moradia.

Imagem 32

Rua Oscar Freire, s/n. Tombo: DC/0000395/A.DUARTE, Benedito Junqueira (B.J. Duarte). Data: 1938. Fonte: Acervo: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Imagem 33

Rua Oscar Freire, s/n. Tombo: DC/0000406/A.DUARTE, Benedito Junqueira (B.J. Duarte). Data: 1938. Fonte: Acervo: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Entre os anos 1920 e 1930, os cortiços localizados no bairro da Bela Vista e denominados “Navio Parado”, “Vaticano”, “Pombal” e “Geladeira”, que eram propriedades do senhor Francisco Barros, tornaram-se o símbolo desse tipo de assentamento. Cada cortiço apresentava características próprias e possuía um desenho único, com acessos controlados, formando uma grande vila ou cidade dentro da própria cidade: um modo de morar coletivo.

Imagem 34

Vista geral e planta do complexo de cortiços formado por “Navio Parado”, “Vaticano”, “Geladeira” e “Pombal”. (Fonte: BONDUKI, 1998).

O cortiço conhecido como “Navio Parado” é muito parecido com as ilhas e possui varandas. Em sua implantação, havia um conjunto de casas e dois pavimentos. As varandas serviam, simultaneamente, como área de circulação e de socialização e como cozinha.

O conjunto “O Vaticano” era um casarão transformado em cortiço-casa de cômodos. Consistia em uma antiga residência unifamiliar, do século XIX, com três pisos, de alto padrão, e estava localizada em frente à rua Santo Amaro. Seus cômodos eram sublocados, em 1925, por 47\$000.

O “Pombal” e a “Geladeira” formavam um conjunto de casas interligadas por passagens e corredores, que davam acesso ao fundo do “Navio Parado”, criando uma rede de circulação entre eles. O “Pombal” localizava-se em frente à rua Japurá, apresentando um aspecto de sobrado para quem o olhasse da rua.

Os blocos acompanhavam o declive, e o “Navio Parado” ocupava o antigo vale do rio Bexiga. Daí veio o nome desse cortiço. Condenado pelos higienistas, pela burguesia e pela imprensa da época, tal cortiço foi demolido em 1948, dando lugar a um conjunto residencial do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI).

No Código de Obras, revisado em 1934, mais uma vez, o cortiço foi excluído como modo de moradia. Além disso, tal código não permitia a existência de casarões adaptados e cortiços subdivididos. Nos anos seguintes, os cortiços foram “esquecidos” ou continuaram a não ser considerados como forma de moradia. Acreditamos, no entanto, que nunca deixaram de existir, embora o Poder Público não demonstre ter obrigações quanto ao assunto.

Nos anos 1950, as leis estaduais n. 1.561/1951 e 4.615/1955 cancelaram todas as referências aos cortiços, mencionando apenas as casas de pensão (as quais se diferenciam dos cortiços, porque elas oferecem refeições – café da manhã ou jantar) e os tipos de hospedagem com caráter familiar.

Enquanto isso, os cortiços espalharam-se pela cidade, nas regiões mais afastadas do centro (Bela Vista, Brás, Mooca, Belém, Liberdade e Barra Funda), porém mantiveram-se sem nenhuma regulamentação.

Segundo Lagenest (1962) *apud* Piccini (2004, p.55), estimava-se que os moradores dos cortiços, concentrados nos bairros de Consolação, Bom Retiro, Campos Elíseos, Santa Ifigênia, Barra Funda, Brás, Belém, Liberdade, Cambuci, Mooca e Bela Vista, representavam 18% da população total da cidade.

Os cortiços foram ignorados em ações executadas pelo governo até os anos 1970, quando surgiram manifestações,

Página ao lado:

Imagem 35

Fotografia da rua Jacaré (em obras) e da rua Japurá, mostrando um trecho do Vale do Bexiga e parte da Vila Barros. No espigão, em último plano, aparecem os porões e os fundos das casas da rua de Santo Antônio e o telhado do cortiço conhecido por “Vaticano” e “Pombal”. Tombo: DC/0002546/A. DUARTE, Benedito Junqueira (B.J. Duarte). Data: 1942. Fonte: Acervo: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Imagem 36

Fotografia tomada do corredor do número 127 da rua Japurá, mostrando ao lado e embaixo o cortiço “Navio Parado” em sua extremidade para a rua Jacaré. Tombo: DC/0002548/A. DUARTE, Benedito Junqueira (B.J. Duarte). Data: 1942. Fonte: Acervo: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Imagem 37

Rua Japurá, s/n. Cortiço “Navio Parado”. Tombo: DC/0002568/A. DUARTE, Benedito Junqueira (B.J. Duarte). Data: 1942. Fonte: Acervo: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

notícias em jornais da época e passeatas. Em 1975, a lei n. 8.266 do mesmo ano, que introduziu, com o novo Código de Edificações do Município, o conceito de Habitação de Interesse Social (HIS). Nos anos 1980, os cortiços foram, vagarosamente, sendo reconhecidos como problema habitacional. Vale ressaltar que, na gestão municipal de Jânio Quadros (1986-1989), foi desenvolvida a pesquisa “Cortiços em São Paulo, frente e verso” (SEMPA, 1986), cujas recomendações foram inseridas na lei n. 10.676 de 1988, que instituía o Plano Diretor.

Na gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1992), notaram-se os avanços mais significativos em relação aos cortiços e aos seus moradores. Criou-se um programa intitulado “Cortiços – Programa de Habitações Populares da Região Central de São Paulo” (SEHAB- HABI, 1992), o qual possibilitou projetos direcionados a essa população, programas de construção por mutirão, novos instrumentos urbanísticos de intervenção em cortiços. Ademais, em 1991, a Lei Moura foi sancionada.

A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE (1994) - realizou uma pesquisa importante entre 1993 e 1994, na cidade de São Paulo, com os objetivos de estimar o número de cortiços, a quantidade de moradores dessas habitações e traçar um perfil socioeconômico da população. Esta pesquisa resultou um dado importante, o total de moradores de cortiços correspondia a 6,07% da população paulistana.

A partir da promulgação da Lei Moura (lei n. 10.928, de 8 de janeiro de 1991 – lei municipal da cidade de São Paulo)⁶, estabeleceram-se parâmetros mínimos de habitabilidade para as habitações coletivas, tais como: áreas mínimas de iluminação e ventilação, um banheiro para cada vinte pessoas, entre outros.

As gestões municipais seguintes obtiveram projetos com uma maior participação do setor privado no tocante à renovação e a construção da cidade. Nas gestões de Paulo Maluf e Pitta (entre os anos de 1993 e 2000); foi desarticulada a equipe de cortiços pela prefeitura, com a paralisação dos empreendimentos da gestão Luiza Erundina, e realizados projetos como a construção dos conjuntos habitacionais “CINGAPURA”, em atendimento aos moradores de favelas e renovações urbanas na região da

avenida Faria Lima e Água Espraiada. Nas gestões de Marta Suplicy (2001-2004), os empreendimentos iniciados na gestão Erundina, foram retomados e iniciados programas de Locação Social, Bolsa Aluguel e Programa de Cortiços. Programas dos quais apresentavam três eixos integrados de atuação: a capacitação dos moradores para o conhecimento de luta e seus direitos, a fiscalização e aplicação da Lei Moura, e a intervenção nos cortiços.

Nas gestões seguintes de José Serra (2005-2006) e de Kassab (entre 2006 e 2012) inicia em 2005, uma parceria entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e o governo do Estado para desenvolver o Programa de Atuação em Cortiços (PAC). Nessa parceria, foram realizadas as fiscalizações dos imóveis, tomando como parâmetro a Lei Moura. Após a fiscalização e o diálogo com proprietários, intermediários e moradores, em atendimento à lei municipal de adequação às questões de habitabilidade do imóvel, fazia-se um encaminhamento à CDHU quando o proprietário/intermediário não tinha mais o interesse de manter o uso do cortiço como habitação coletiva.

Nas gestões de Haddad (2013-2016) e, atualmente, de Dória (início em 2017), pouco se fez no que concerne ao atendimento, aos programas e às intervenções nos cortiços.

Decorridos mais de vinte e cinco anos da promulgação da Lei Moura, acreditamos que as transformações e mudanças poderiam ocorrer para o melhoramento dessas habitações, possibilitando mais qualidade de vida aos moradores.

⁶ A definição de cortiço adotada atualmente tem origem na Lei Moura (nº. 10.928, de 8 de janeiro de 1991) – lei municipal da cidade de São Paulo, que estabelece parâmetros mínimos para essas habitações. De acordo com essa lei, o cortiço é uma unidade usada como moradia coletiva multifamiliar, apresentando, total ou parcialmente, as seguintes características: a) é constituída por uma ou mais edificações construídas em um lote urbano; b) é subdividida em vários cômodos alugados, subalugados ou cedidos a qualquer título; c) várias funções são exercidas no mesmo cômodo; d) tem acesso e uso comum dos espaços não edificados e das instalações sanitárias; e) a circulação e a infraestrutura, em geral, são precárias; f) há superlotação de pessoas.

1.2. As ilhas do Porto

As invasões francesas (1807-1813) e, mais tarde a guerra civil (1832-1834) tiveram um papel importante na estagnação do Porto, nas primeiras décadas do século. O desenvolvimento do Porto foi tardio e lento. A malha urbana da cidade tinha sido aberta nas zonas Oriental e Ocidental, mas a rede viária continuava fragmentada e esparsamente ocupada.

A cidade do Porto, no século XIX, cresceu com as indústrias têxteis e de bebidas. Com o surgimento dessas indústrias, houve o adensamento promovido pela migração da população rural e imigrantes de outros países.

Aproximadamente um terço da população que trabalhava nas indústrias era originária do setor rural. A necessidade de habitações crescia na cidade.

A partir de 1851, o desenvolvimento do país alcançou um novo impulso, com a construção de estradas de ferro e com as transformações ocorridas depois do surgimento das novas tecnologias e dos equipamentos industriais. Particularmente, a cidade do Porto teve um maior desenvolvimento após a década de 1860.

A cidade do Porto desenvolveu-se a partir das indústrias e, com isso, a cidade tornou-se adensada, apesar do fluxo migratório para o Brasil.

O lento desenvolvimento industrial de Portugal e as dificuldades na economia da agricultura resultaram em um contínuo processo migratório para o Brasil desde o século XVII até a segunda metade do século XIX e início do XX.

Os movimentos migratórios variam de acordo com as rendas familiares, os salários dos trabalhadores e os preços dos

Corrente Imigratória Portugal- Brasil	
1855 a 1865	87,28%
1870 a 1874	Só o Rio de Janeiro (principal porto de entrada) recebe 74,56% do total dos emigrantes saídos de Portugal.

Quadro 01: Corrente imigratória Portugal-Brasil.

Fonte: PEREIRA, Halpern Miriam. Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século XIX.

As zonas de proveniência da emigração e os países de destino (1855-1863)						
QUADRO VI						
Países de destino	Zonas de proveniência					
	Porto	Viana	Funchal	Angra	Horta	Ponta Delgada
Brasil	56 387	1 677	1 369	3 938	4 236	3 371
Estados Unidos			2		3 008	
Demerara			4 629			
Jamaica			357			
Surinam			30			
Saint-Kitto			213			
TOTAL	56 387	1 677	6 600	3 938	7 344	3 371
Rio de Janeiro	43 228	1 671	1 369	3 583	1 163	2 742

Quadro 02: As zonas de proveniência e os países de destino.

Fonte: PEREIRA, Halpern Miriam. Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século XIX.

produtos no país de origem. Variam, também, com base na situação econômica dos países de imigração.

Até 1864, na cidade do Porto, havia 86.761 habitantes. Em 1878, havia um total de 105.838 habitantes, e, em 1900, a cidade contava com, aproximadamente, 167.955 habitantes. Foi assim que se desenvolveram as ilhas.

Entre os anos de 1860 e 1880, o Porto apresentou suas primeiras ilhas. Muitas delas foram construídas em terrenos que pertenciam à igreja e à câmara, e, logo depois, em terrenos que pertenciam aos comerciantes e pessoas da classe média baixa.

As casas eram enfileiradas em duas linhas paralelas. Muitas delas possuíam poucas sanitas e tinham casas de banho em estado precário. As ilhas constituíam uma fonte de renda para aqueles que dispunham de uma gleba ou de um terreno.

A maior parte das ilhas foi construída entre 1864 e 1900, cerca de 10.000 casas de ilhas, o que corresponde a 63% do volume total de construção na cidade nestes 36 anos. [...] Em 1909, o número de ilhas aumenta para 1.200, com 12.000 habitações; e, em 1929, havia 1.301 ilhas que totalizavam 14.676 fogos”. (TEIXEIRA, in PANMIXIA, 2004, p. 17).

Naquela época, inúmeras ilhas foram se configurando entre as ruas Antas, do Príncipe e Pedro Hispano e as áreas industriais da zona do Porto. Também foram construídas ilhas nas ruas da Piedade Breiner e da Torrinha e nas freguesias Santo Ildefonso e Bonfim.

Algumas das ilhas do bairro do Cruzinho, entre as ruas Campo Alegre e do Bom Sucesso, foram construídas atrás das habitações burguesas dos grandes industriais ou nas proximidades das suas fábricas.

Assim como os cortiços da cidade de São Paulo, as ilhas deixavam muito a desejar no que toca a condições de higiene e de habitabilidade, por isso, eram também consideradas um verdadeiro cancro da cidade.

Muitas ilhas foram construídas em terrenos que variavam entre 50 e 100 metros de profundidade. Essas ilhas tinham vinte casas ao longo do corredor, que possuía três metros de largura. Nessas casas, havia luz elétrica, mas não havia água. Em cada ilha, havia uma torneira colocada em ponto estratégico, e os moradores tinham de pegar água nessa torneira para levá-la, conforme a necessidade, em baldes ou regadores às suas habitações.

A maior parte das ilhas não possuía esgotos nem água. Somente 7% das ilhas foram ligadas ao sistema de esgotos. Todas as outras ainda usam, desde 1907, fossas sépticas. As latrinas eram (e muitas ainda são) de uso comum. A média era, para cada cinco casas, uma latrina.

Imagem 38

Ilhas na cidade do Porto, Portugal, s/data. Fonte: Livreto da peça “Ilhas” PANMIXIA, 2004.

Imagem 39

Vista aérea de uma ilha em Portugal, 2017. Thais Souza, 2017.

Imagens 40 e 41

Ilhas na cidade do Porto, Portugal. s/data. Fonte: Livro: Ilhas, PANMIXIA, 2004.

Imagem 42

Ilhas na cidade do Porto, Portugal. s/data. Fonte: ler.lettras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo9321.PDF

Assim como os cortiços em São Paulo, as ilhas foram construídas em áreas que, na maior parte dos casos, devido à implantação das indústrias em suas proximidades, tinham deixado de ser atraentes para a burguesia. Os odores, a fumaça, os ruídos e o vaivém dos trabalhadores constituíram razões suficientes para os mais abastados mudarem-se para outras regiões.

Em decorrência do declínio social, tais bairros tornaram-se atraentes para a construção das ilhas e para a prática da sublocação.

Alguns habitantes dessas antigas áreas burguesas construíram as ilhas nos fundos dos seus terrenos, o que lhes garantiria de uma fonte renda ao longo dos anos, ou seja, essas moradias eram uma forma de investimento dos seus capitais. Muitos desses construtores eram pequenos comerciantes, lojistas, artífices ou pequenos industriais possuidores de capitais modestos.

A peste bubônica, em 1899, aterrorizou os moradores da cidade, e as ilhas passaram a ser, pela primeira vez, um tema debatido no Porto. Essa doença dizimou milhares de pessoas. Naquela época, metade da população vivia nas ilhas, as quais se localizavam nas Fontainhas, em S. Victor, na Fontinha, no Montebelo, nas Antas, no Campo Pequeno e no Carvalhido, locais também das grandes fábricas da cidade.

Ao longo das décadas seguintes, foram elaborados inúmeros planos para demolir as ilhas. Nos anos 1940, em nome da higiene e da erradicação das ilhas, muitas delas foram demolidas pela Câmara Municipal do Porto, presidida por Mendes Correia. Mesmo assim, ainda existiam 1.153 ilhas, o que correspondia a 13.594 “casas” e a uma população de 60.000 pessoas. Muitas dessas ilhas ainda sobrevivem até os dias atuais.

O decreto-lei nº 40.616, de 28 de maio de 1956, instituiu o Plano de Melhoramentos. Assim, as ilhas voltaram a ser um tema discutido e passaram a ser consideradas um problema a ser solucionado na cidade.

Entre 1956 e 1966, foram promovidos, entre outros programas, o Plano de Melhoramentos, o que consistiu na maciça construção de bairros camarários cujos moradores foram

transferidos para conjuntos habitacionais distantes dali.

Em primeiro lugar, as mudanças dos sítios separam pessoas que viveram toda a vida (e as de pais e avós) porta com porta, ajudando-se, divertindo-se ou sofrendo em comum. Em segundo lugar, estas comunidades estilhaçadas foram desterradas para zonas periféricas da cidade, longe dos locais onde trabalhavam e dos instrumentos sociais – comércio, associativismo, religiosidade – que haviam criado e faziam parte do seu cotidiano. Regressaram à pré-história da sociabilidade, à estaca zero, e pessoas houve que nunca chegaram a ultrapassar tal situação. Alguns modernos problemas da cidade dos subúrbios desarrumados e da exclusão social radicam neste verdadeiro genocídio urbano praticado contra milhares de portuenses. Em terceiro lugar, em inúmeros sítios das antigas ilhas e das comunidades destruídas, onde a especulação imobiliária não construiu caixotes de arquitectura abaixo de qualquer classificação, cinquenta anos depois subsiste a terra-de-ninguém: ruínas e degradação ambiental (PACHECO, in PANMIXIA, 2004, p. 14).

Com a Revolução de 25 de abril de 1974, houve um período da história de Portugal, resultante de um movimento social que depôs o regime ditatorial do Estado Novo, vigente desde 1933, e iniciou um processo que viria a terminar com a implantação de um regime democrático e com a entrada em vigor da nova Constituição em 25 de abril de 1976. Essa Constituição tinha uma forte orientação socialista em sua origem.

Foram desenvolvidos projetos pelo Serviço Ambulatório de Apoio Local – SAAL (1974-1976) que contavam com o apoio do “Corpo Técnico Especializado” do Fundo de Fomento da Habitação” e das cooperativas. Cerca de 170 projetos que envolveram mais de 40.000 famílias de Norte a Sul, incluindo os distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro,

Lisboa, Santarém, Setúbal e Porto. Mas a vida curta do SAAL não possibilitou o ciclo almejado.

Entre os anos 1970 e 1980, jornais da época também apresentavam notícias em relação à política habitacional.

Por fim, passados mais de trinta anos, a política vagarosa, com poucos avanços, ainda apresenta uma cidade com ilhas e habitações insalubres para muitos.

Imagem 43

Jornal JN (1975). Foto: Laboratório de Habitação Básica Participada/Basic Housing Laboratory – LAHB.

2. O trabalho e a moradia

“O meu pai era tecelão, trabalhava perto de casa. Minha mãe trazia capas da rua José Paulino, para rematar. Nesta rua, havia muitas oficinas, assim, também outras mulheres faziam trabalhos parecidos. Tinha uma senhora que trabalhava em embalar balas em casa, e as crianças ajudavam na embalagem das balas”. Catarina Harabari Villa d’Alva, ex-moradora de cortiços em São Paulo, nos anos de 1950. (Autorizada publicação do relato).

A grande questão é: com o salário de um trabalhador do Porto ou de São Paulo, das fábricas, ou funcionário da Hospedaria dos Imigrantes na cidade de São Paulo, ou um trabalhador da tipografia no Porto, ou um vendedor de quitutes, ou, até mesmo, um carregador de sacas de café, seria possível obter uma casa unifamiliar popular?

A leitura de um anúncio publicado em um jornal de 1893 permite-nos responder essa questão. O anúncio trata da contratação de uma cozinheira, especificando o valor a ser pago pelo trabalho:

“Precisa-se de uma cozinheira para um casal, à rua Sólón n. 20. Bom Retiro. Pagam-se 50\$000 (cinquenta mil reis)”.

Imagem 44

Fonte: *O Correio Paulistano* – São Paulo, 09/03/1893. Arquivo do Estado, ref. http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/jornais_revistas. Acesso em 10/06/2016.

No mesmo jornal, uma publicidade também nos permite responder tal questão:

“Pensão do Bom Gosto – Hotel e restaurante, largo de S. Bento, 11B, é, sem dúvida, a melhor casa de arte culinária, a mais barata, a mais commoda, para a sua centralidade e pela sua esplendida bella vista. Pensão a 50\$000 por mez, optimo tratamento, chefe de 1ª ordem, serviço inapontavel a todas as horas. Recebem-se encomendas e mandam-se ao domicilio”.

Imagem 45

Fonte: *O Correio Paulistano* – São Paulo 09/03/1893. Arquivo de Estado ref. http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/jornais_revistas. Acesso em 10/06/2016.

Nessa página do jornal *Correio Paulistano*, datado de 09/03/1893, o anúncio refere-se a uma vaga de emprego como cozinheira, a qual receberia cinquenta mil réis mensais. Na mesma página, é mostrada uma publicidade da “Pensão do Bom Gosto”, que, na verdade, era um cortiço “hotel- restaurante”, comum na época: em tal pensão, cobravam-se cinquenta mil réis por mês. Portanto, com base nesses textos jornalísticos, pode-se constatar que a resposta à questão habitacional e renda mensal levantada anteriormente é negativa.

Na época, não havia uma regulamentação de salário mínimo como conhecemos hoje, mas havia um padrão concernente à remuneração de cada profissão/atividade.

[illegible]

Fonte: DPH – Departamento Patrimônio Histórico – Arquivo Washington Luís – Fundo Intendência Municipal. Data: 11/08/1892.

O documento relata:

diretor – 650\$000 réis;
secretário – 300\$000 réis;
veterinário – 250\$000 réis;
chefe de matança – 250\$000 réis;
portaria – 115\$000 réis.

Ainda para exemplificar tal padrão, apresentamos, a seguir, a lista de funcionários da Hospedaria dos Imigrantes da cidade de São Paulo e seus respectivos salários em 1899, conforme acervo do APESP (Arquivo Público do Estado de São Paulo/ Arquivo do Estado). Referência: Fundo SACOP - (Secretaria de Obras Públicas – localização E 00059):

diretor: Antônio Alves Pereira de Almeida – 350\$000 réis;
ajudante de direção: Antônio José Ramos de O. Jr. – 200\$000 réis;
1º escriturário: João Marques Pinheiro – 150\$000 réis;
contínuo: José Luiz Gomes Guimarães – 80\$000 réis;
embarcador de imigrantes: Raphael Lauriano – 100\$000 réis;
1º porteiro: Américo Costa – 80\$000 réis;
2º porteiro: João Vieira Gandu – 50\$000 réis;
fiscal de limpeza: Joaquim Teodoro Xavier – 80\$000 réis;
médico: Dr. Thomaz de Agenino – 200\$000 réis;
enfermeiro: Antônio Martins do Monte: – 100\$000 réis;
ajudante de enfermeiro: João Lazarato – 50\$000 réis;
ajudante de enfermeiro: Antônio Celoti – 50\$000 réis;
intérprete de língua italiana: Floriano Rossi – 80\$000 réis;
guarda noturno: Bertodi Fortunato – 60\$000 réis;
encarregados dos passaportes: João Cesar de Abreu e Silva e João Exel – 100\$000 réis;
intérprete de língua alemã: José Bechtinger – 80\$000 réis;
intérprete de língua alemã: Guilherme Elis Lahman – 80\$000 réis.

Portanto, aqueles que recebiam um salário entre 80\$000 ou 100\$000 réis (encarregados, guarda noturno, ajudante de enfermeiro, intérprete de línguas, porteiro etc.) dificilmente conseguiriam obter uma casa, caso a sua renda viesse apenas da atividade que eles exerciam, ou caso tivessem uma única fonte de renda. Seria possível, em tal situação, pagar um quarto em um cortiço (que, em média custava 40\$000 réis) e pagar um financiamento de um imóvel, além de vestimentas e alimentos?

Imagem 47

Na cidade do Porto, entre 1878 e 1890, período crucial de crescimento da cidade, cerca de 25.000 dos 33.000 novos habitantes da cidade eram imigrantes. Muitos deles foram trabalhar nas indústrias têxteis e de bebidas. Havia duzentas e treze fábricas, cento e setenta e uma das quais fabricavam tecidos de algodão, quarenta produziam seda e duas produziam lã. Os salários desses trabalhadores eram baixos, os turnos eram de 12 a 13 horas por dia na fábrica⁷, e a falta de habitação contribuía para esse círculo vicioso.

Anos	Ilhas	Fogos	Pessoas
1882 (a)	[198]	-	-
1883 (b)	531	6.020	19.460
1899 (c)	1.048	11.129	[35.975]
1910 (d)	1.200	12.000	[38.760]
1929 (e)	1.301	14.676	[47.403]
1939 (f)	1.156	13.510	[45.243]

Quadro 03: Recenseamento dos bairros de Santa Catarina, Santo Ovídio e Cedofeita, 1892.

Fonte: a) A.H.M.P. Recenseamento dos Bairros de Santa Catarina, Santo Ovídio e Cedofeita, 1892. b) Guedes Teixeira, 1885; c) Mata, 1909:83; d) Girão, 1912; e) Antas e Monterroso, 1934; f) Garret, 1939. Valores estimados pelos autores. In PANMIXIA, 2004.

Contudo, a construção das ilhas e dos cortiços no espaço urbano das cidades parece ter dependido de vários fatores:

- Morfológico: pela oferta de lotes e terrenos estreitos e pelo desenvolvimento horizontal das cidades no início do século XIX.
- Influências: em Portugal, na cidade do Porto, houve a presença de uma larga comunidade inglesa na cidade essencialmente ligada ao vinho do Porto. É possível que a origem (ou, pelo

⁷ VAZQUEZ e CONCEIÇÃO, 2015 (orgs.). *Ilhas do Porto: levantamento e caracterização*. Instituto da Construção da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2015.

menos, a multiplicação) das ilhas seja não só longínqua no tempo como também no espaço (back-to-back houses) de Leeds ou Liverpool⁸. No Brasil, por sua vez, houve a influência dos holandeses, dos espanhóis e, principalmente, dos portugueses.

- O aumento demográfico: através das migrações (Porto) e imigrações (São Paulo).
- Falta de habitação adequada e preços dos aluguéis incompatíveis com os salários dos trabalhadores.

Além desses fatores, existe, também, uma parte importante para discutir quando tratamos dos cortiços e das ilhas: a figura do intermediário e/ou subaluga, como se diz na cidade do Porto. Ele é a peça-chave para o incremento de tais habitações.

A entrada era por um estreito corredor, sem luz, que tinha sido construído sob a casa da frente, que dava para a rua. Era nesta casa que vivia a sub-aluga (a minha avó chamava-lhe a sanguessuga), a responsável pela cobrança das rendas das casas da ilha que entregaria ao senhorio, o que lhe dava o privilégio de viver numa boa casa com frente para a rua e saída independente, ainda que tivesse uma porta, ao fundo, que comunicava com o tal corredor.

(SILVA in *Ilhas*, livro adaptado para o teatro de mesmo nome, PANMIXIA, 2004, p. 03)

Em São Paulo e na cidade do Porto, essa figura é a que aluga o imóvel do proprietário, ou seja, geralmente, o intermediário/subaluga é o responsável pelo imóvel. É ele quem executa a subdivisão: é ele quem determina quantos habitáculos terão e quem irá morar, ou não, nas habitações. É ele que

⁸ VAZQUEZ e CONCEIÇÃO, 2015 (orgs.). *Ilhas do Porto: levantamento e caracterização*. Instituto da Construção da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2015.

dita as regras, que cola os cartazes e avisos, e, por fim, é ele que recebe o dinheiro dos aluguéis, cujos valores ele mesmo determina.

Muitos dos intermediários e subalugas não residem nos locais por cujo aluguel eles são responsáveis, mas é frequente a presença deles nesses locais. Estão, frequentemente, conversando com algum inquilino, ou realizando pequenas benfeitorias. Em São Paulo, geralmente, estão arrumando algum portão, ou pintando alguma fachada.

O intermediário/subaluga é aquele que não paga pelo aluguel de seu quarto, e é ele que, em geral, lucra com esse “negócio”. Por exemplo, há um imóvel cujo aluguel custa R\$ 3.000,00 (três mil reais) no centro de São Paulo, e cada morador paga R\$600,00 (seiscentos reais) por moradia. Como há dez habitáculos no imóvel, o lucro do intermediário é de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Tanto nos cortiços quanto nas ilhas, o intermediário/subaluga é aquele que explora, mas facilita os tramites burocráticos referentes ao aluguel dos imóveis nas cidades. Para morar num cortiço em São Paulo, não há necessidade de fiador, nem de três meses de aluguel antecipado. O aluguel é feito informalmente, com base na “confiança” do intermediário na pessoa interessada em alugar um habitáculo. Em Portugal, o subaluga desempenha o mesmo papel que o intermediário tem no Brasil, no entanto, existe um contrato de aluguel, o qual não é registrado oficialmente. Por esse motivo, os cortiços e as ilhas são e continuarão sendo, para muitos, uma forma de habitar.

Diante disso, salientamos a importância da luta por uma moradia digna e por uma habitação coletiva com parâmetros mínimos de habitabilidade, bem como a relevância da discussão sobre o desenvolvimento de programas de acesso à moradia a essas pessoas e sobre projetos participados.

2.1. A especulação imobiliária nos cortiços e nas ilhas

Embora os trabalhadores industriais constituíssem a maior parte dos habitantes das ilhas, eles não eram, de forma alguma, os seus únicos ocupantes. Um vasto sector da população activa do Porto, com empregos mal remunerados, quer na indústria, quer nos serviços, encontrava nas ilhas a única forma de habitação que podia custear. (TEIXEIRA in *Ilhas*, livro baseado para o Teatro do mesmo nome, PANMIXIA, 2004, p. 17)

De acordo com o relatório apresentado pelo Governador Civil do Distrito do Porto e pela Subcomissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriais, em 1881, os melhores salários do Porto eram de 320 a 380 réis para o operário e 550 réis para o mestre⁹.

É possível afirmar que, no Brasil, por exemplo, somando-se o salário de um guarda noturno (que, em 1893, fosse casado com uma cozinheira) ao salário de sua esposa, a renda mensal do casal corresponderia a 110\$000 réis.

Com esses salários, o casal não poderia viver confortavelmente, mesmo que morasse em uma pensão; nesta, o casal tinha uma refeição diária (geralmente, o jantar) por 50\$000 réis mensais.

Um trabalhador solteiro, morador de cortiço, gastaria metade de seu salário com o aluguel de sua habitação, o qual custava, em média, 30\$000 réis por mês. Desse salário, sobraria pouco para alimentação e vestimentas.

Ademais, é evidente que passagens de bondes a 200 contos de réis por trecho percorrido, ao final do mês, também fariam muita diferença no orçamento de cada trabalhador. Por esse motivo, muitas habitações coletivas também estavam localizadas por toda a cidade e, principalmente, na região central e nos bairros das grandes indústrias.

⁹ PINTO, Jorge Ricardo. *O Porto Oriental no final do século XIX: um relato urbano (1875-1900)*. Edições Afrontamento: Porto, 2007.

A situação dos operários e demais trabalhadores era precária: salários baixos, péssimas condições de trabalho e más condições de moradia nos cortiços. Essa situação resultou em greves em todo o país.

Em 1903, segundo jornal da época, o operário de fábrica de tecidos do Rio de Janeiro ganhava, em média, 78\$000 e pagava de aluguel de casa, para família de quatro pessoas, pertencente à fábrica, 60\$000, sendo necessário que a mulher e os dois filhos menores também trabalhassem na empresa para manter a família. A Voz do Trabalhador, órgão da Confederação Operária Brasileira, apresenta cifras mais moderadas e provavelmente mais realistas. De acordo com essa fonte, em 1908, as fábricas de tecidos do Rio de Janeiro estavam alugando casas para famílias operárias por 8\$000, 10\$000 e 30\$000. Nessa oportunidade, o jornal se queixava de que os salários dos tecelões tinham sido reduzidos de 1\$300 a 2\$000 por dia, para o nível de 600 a 1\$000 por dia no ano de 1908. Portanto, o aluguel mais baixo representava 44% do salário mínimo, e o mais alto 50% do salário máximo. Em 1909, o mesmo jornal informa que as fábricas alugavam aos operários terreno para construir barraco por 7\$000 por mês e o direito de uso de água por 3\$000 por mês. (MADUREIRA, 1971).

Greves entre os anos de 1917 e 1920, infindáveis lutas da classe operária e discussões pela melhoria de salários e condições de trabalho fizeram com que o salário mínimo fosse instituído no Brasil, em meados da década de 1930. A instituição do salário mínimo deu-se através da lei n.º 185 de janeiro de 1936, e a regulamentação dele ocorreu por meio do decreto n.º 399 de abril de 1938. Em 1940, foram fixados os valores do salário mínimo, que passaram a vigorar naquele mesmo ano. Naquela época, cada região e sub-região definiram um valor para o salário mínimo,

em um total de catorze valores distintos em todo o país. O valor do salário mínimo era de, em média, 240\$000 réis. O prazo de vigência desse valor foi de três anos e, em julho de 1943, foi feito o primeiro reajuste, seguido de outro em dezembro do mesmo ano. Porém, após esses aumentos, o salário mínimo passou mais de oito anos sem ser reajustado, sofrendo uma queda real de 65%, considerando-se a inflação medida pelo IPC (Índice de Preços ao Consumidor) da FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas). No jornal *O Imparcial*, do Rio de Janeiro, mostra-se que, em 1940, os preços dos alimentos subiram, apesar do esforço em tabelá-los. Isso parece ser um indício de que, na década de 1940, a vida dos trabalhadores, no que concerne ao salário e às despesas, era semelhante à situação deles em 1893.

Segundo Lucio Kowarick (1988), na década de 1970, a renda familiar média era, aproximadamente, de: dois salários mínimos na favela; três e meio no cortiço; e quatro e meio na autoconstrução.

Em Portugal, a situação era a mesma. Para Ricardo Jorge, em 1899, as ilhas eram locais miseráveis em que se encontravam os trabalhadores:

Renques de cubículos, às vezes sobrepostos em caixas de travesso. Este âmbito onde se empilham camadas de gente, é por vir de regra um antro de imundice: e as casinhas eram certas ilhas, dessoalhadas e miseráveis (...). São o acoito das classes operárias e indigentes que mêrce dum aluguer usurário, pagam o seu direito de residência a preço mais subido do que as classes remediadas. Há, no Porto, 1048 ilhas com 11.129 casas, o que dá uma média de 10,6 casas por ilha. São, pois, 11.129 fogos de residência, o que corresponde, aproximadamente, a perto de 50 mil moradores. (Ricardo Jorge, 1899 in VAZQUEZ e CONCEIÇÃO, 2015, p.08).

Segundo o senhor Cardoso, ex-morador de uma ilha e, hoje, morador do bairro Bouças, no Porto, em 1979, o salário mínimo era de, aproximadamente, € 25 euros (vinte e cinco euros). Ele ganhava € 15 euros (quinze euros) e pagava um aluguel na ilha de € 1,5 (um euro e meio), ou seja, 10% da sua renda era despendida com o aluguel. Naquele mesmo período, sua esposa começou a trabalhar para ajudá-lo nas despesas. Em 1999, o salário mínimo era de € 300 euros (trezentos euros). O senhor Cardoso, naquela época, já estava morando no conjunto habitacional no bairro do Bouças.

Ainda hoje, fazem-se presentes a especulação e os altos preços pagos pelos moradores dos cortiços e das ilhas.

A pesquisa realizada junto aos moradores de cortiços, entre 2015 a 2017, apresentou uma média paga nos aluguéis de R\$ 700,00 (setecentos reais) por mês. Enquanto o salário mínimo com data em 1º/01/2017 corresponde a R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), ou seja para aquele que recebe um salário mínimo são 80% despendidos para o aluguel.

O salário mínimo em 2017, em Portugal, é aproximadamente € 530 euros (quinhentos e trinta euros), ou seja R\$ 2.120,00 (dois mil cento e vinte reais).

Conforme constatamos, na cidade do Porto, os aluguéis nas ilhas, variam entre € 170 e 200 (cento e setenta e duzentos euros), ou seja, aproximadamente R\$ 680,00 a R\$ 800,00 (seiscentos e oitenta a oitocentos reais).

Em suma, em São Paulo, a proporção em relação ao valor despendido aos aluguéis é muito maior, entorno de 50% a 80%, e o salário mínimo menor do que em Portugal.

Resumindo, em um mundo “globalizado” e instituído pelo mesmo regime do “capitalismo”, aparentemente os valores entre cortiços e ilhas são os mesmos, mas renda familiar e a proporção do valor pago ao aluguel em relação a renda é diferente. No Brasil, possuímos um salário mínimo menor e pagamos mais caro o valor do aluguel, proporcionalmente, do que em Portugal.

2.2. A relação trabalho e moradia

A relação trabalho e moradia (ou melhor, a relação que envolve a distância entre o local de trabalho e a moradia do trabalhador) mantém-se nas cidades de São Paulo e do Porto desde o século XIX.

Essa relação sempre esteve no discurso dos moradores dos cortiços. Pela pesquisa que realizamos, notamos que, levando em conta as fábricas, as indústrias e o comércio, tal relação se estabelece na cidade de São Paulo desde 1893. As entrevistas com os moradores de cortiços mostraram-nos que essa relação existe até os dias atuais.

Em Portugal, a situação não foi diferente: as ilhas foram construídas de forma que não custassem muito para os proprietários desses imóveis, e essa construção ocorreu em locais onde a procura por moradias era grande, e os recursos eram escassos.

Para entendermos a relação entre moradia e trabalho, buscamos mapas da Freguesia Fontainhas, entre as ruas Ildefonso, e Bonfim, entre os anos 1890 e 1896. Esses mapas mostram estabelecimentos comerciais, as áreas de indústrias têxteis, tabaco, curtume, alimentação e saúde, que eram fontes de trabalho e de renda para os moradores das ilhas.

Imagem 48

Comércio na cidade do Porto, Café e Hospedaria águia D'Ouro, em 1905.

Fonte: PINTO, Jorge Ricardo. *O Porto Oriental no final do século XIX: um relato urbano (1875-1900)*. Edições Afrontamento: Porto, 2007.

Imagem 49
Unidades industriais na cidade do Porto, bairro Fontainhas, em 1890.
Fonte: PINTO, Jorge Ricardo. *O Porto Oriental no final do século XIX: um relato urbano (1875-1900)*. Edições Afrontamento: Porto, 2007.

Imagem 50
Estabelecimentos comerciais na cidade do Porto, bairro Fontainhas, em 1896.
Fonte: PINTO, Jorge Ricardo. *O Porto Oriental no final do século XIX: um relato urbano (1875-1900)*. Edições Afrontamento: Porto, 2007.

Imagem 51

Traçado urbano atual do bairro Fontainhas, na cidade do Porto.

Fonte: Google (2017).

A área em que ainda permanecem as ilhas faz parte da antiga zona de comércio e indústrias desde o século XIX. No traçado urbano, as ilhas, muitas delas centenárias, fazem parte do cotidiano da cidade. Porém as indústrias e as fábricas não fazem mais parte da paisagem urbana do Porto. Muitos moradores das ilhas, hoje, são idosos e recebem uma contribuição do governo.

Não muito diferentes, os mapas da cidade de São Paulo apresentam áreas encortiçadas desde 1905, os quais exibem a relação moradia e trabalho no início dos séculos XX e XXI.

A partir do Relatório de Cortiços (1892 e 1893) dos bairros Santa Efigênia, Consolação e Brás, foi possível verificar as áreas dos cortiços e, a partir da busca no Arquivo Histórico de

Imagem 52

Mapa da cidade de São Paulo (1905) e a relação trabalho e moradia da época. Descrição: As áreas e endereços dos cortiços foram baseados nos Relatórios dos Cortiços dos bairros: Sé, Santa Efigênia, Consolação e Brás (Rua Carneiro Leão) – 1892/1893. Criação: Thais Souza

São Paulo e em sites, apresentamos as conexões entre moradias, indústrias, áreas comerciais, fontes de renda e trabalho.

No início do século XX, o comércio, os mercados, as feiras, as fábricas de cervejas e de refrigerantes, as indústrias têxteis, a hospedaria dos imigrantes, os hospitais e os serviços públicos empregavam boa parte dos moradores da cidade, e muitos cortiços estavam a menos de um quilômetro desses locais.

É evidente que, em ambas as cidades, as indústrias não fazem mais parte do cenário urbano, no entanto, os moradores dos cortiços e das ilhas, segundo os mapas, confirmam essa relação.

Para o desenvolvimento desta tese, realizamos uma pesquisa de campo, na qual aplicamos um questionário para melhor traçar o perfil dos moradores dos cortiços. Esse questionário foi aplicado aos moradores de cortiços visitados (perímetro PAC – CDHU) e respondido por quarenta e uma pessoas. Obviamente, esse número não corresponde ao total de moradores de cortiços de São Paulo; trata-se de uma amostragem da realidade daqueles que permitiram a aplicação do questionário. Conforme dados que coletamos nesta pesquisa de doutorado (2015-2017), a renda familiar média dos moradores de cortiços varia de um a três salários mínimos na cidade de São Paulo. A distância entre o local de trabalho e a moradia dos participantes da pesquisa é de cerca de 5 km. 90% dos entrevistados vai a pé ou de bicicleta ao trabalho. Os chefes de família, em sua maioria, ocupam-se do setor de serviços e são autônomos.

Ainda de acordo com os dados que coletamos, os moradores trabalham perto de onde residem, o que reduz seu tempo de locomoção ao trabalho e as despesas com o deslocamento.

Os dados obtidos nesta pesquisa de amostragem correspondem às mesmas informações e observações sobre a população encortiçada nos anos 1990 (SEMPA, 1990 e SIMÕES, 1991), demonstrando que o perfil dos moradores pouco foi alterado.

Imagem 53

Mapa da cidade de São Paulo (2017) e a relação trabalho e moradia.

Criação: Thais Souza e Claudia Muniz.

Perfil dos moradores dos cortiços na cidade de **São Paulo** (2016)

A nossa pesquisa contou com quarenta e um participantes. Desses, vinte nasceram na região Nordeste do Brasil, dezoito no Sudeste, dois na região Norte, e um nasceu em outro país. Como mencionado, os moradores dos cortiços trabalham, em geral, em locais próximos às suas residências. A presente pesquisa mostrou diversas profissões/atividades, ou melhor, fontes de renda ou de trabalho desses moradores:

- vendedor de frutas;
- vendedor de água nos semáforos da cidade;
- doméstica;
- motorista;
- carregador do mercado municipal;
- vendedor de gás;
- vendedora em loja;
- agente de saúde;
- garçom;
- terceirizados (como serviços de limpeza, varredores de ruas contratados terceirizados pela PMSP), entre outras profissões que, em sua maioria são autônomas.

Os participantes da pesquisa têm uma renda média de um a três salários mínimos. No tocante ao nível de escolarização, a maioria desses participantes tem o ensino fundamental incompleto. Eles pagam entre R\$ 600,00 e R\$ 800,00 reais de aluguel. O tempo de residência deles no cortiço varia entre três meses e dez anos.

Nas ilhas, a partir do levantamento *in loco*, percebemos que a maioria das pessoas entrevistadas e moradores das ilhas visitadas eram pessoas idosas que recebiam um apoio governamental; e muitas delas residiam nessas ilhas desde seu nascimento.

O levantamento e a caracterização realizados nas ilhas do Porto pelo Instituto da Construção, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto confirmou-nos que a maioria dos

moradores das ilhas são idosos e que apenas frequentaram a escola até o 4º ano do ensino fundamental I.

A pesquisa “Ilhas do Porto, levantamento e caracterização”, realizada pela instituição já mencionada, teve como ponto de partida uma lista de núcleos habitacionais fornecida pela Domus Social – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto. A pesquisa foi feita com base em levantamentos realizados entre 2001 e 2011. As fichas de observação desses núcleos habitacionais e a ficha de inquérito socioeconômico, fornecidas pela Domus Social, foram os principais elementos para a identificação das ilhas existentes, da população residente e da situação de habitabilidade dos núcleos.

Dos apontamentos e tabelas deste longo levantamento, mostramos os dados que julgamos mais relevantes:

Perfil dos moradores das ilhas na cidade do **Porto** (2001/2011):

Os moradores entrevistados têm uma renda média entre 485€ e 749,90€. Em primeiro lugar, a maioria da população é de reformados ou pensionistas. Em segundo, vem uma população de desempregados, e, em terceiro, empregados. No tocante ao nível de escolaridade, a maioria dos participantes da pesquisa concluiu apenas o ensino fundamental I (quatro primeiros anos escolares). O valor do pagamento de aluguel/encargo pelos moradores das ilhas é de 100 a 250€. O tempo de residência na ilha, indicado pela maioria dos habitantes, é de trinta a cinquenta anos.

A presente pesquisa apontou, em um total de 357 (trezentos e cinquenta e sete) trabalhadores atuantes, as seguintes qualificações:

Ocupação/atividade (Porto-Portugal)

Imagem 54

Gráfico feito a partir dos dados obtidos por meio do texto “*Ilhas do Porto, levantamento e caracterização*”, escrito pelo Instituto da Construção, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

	São Paulo ¹⁰	Porto ¹¹
Total imóveis (Ilhas e Cortiços)	2.158	957
População residente	22.811	10.370
Rendimento familiar	(1 a 3 salários mínimos) R\$900 a R\$3.000 ¹²	485€ a 749,99€
Valor pago aluguel/encargo	R\$600 a R\$800	100€ a 200€
Faixa etária (maioria)	40-60 anos ¹³	54-65 anos
Escolaridade	Ens. Fund. Incompleto ¹⁴	Básico primário (4 anos)
Ocupação/atividade	Empregado	Reformado/pensionista
Tempo de residência	De 1 a 5 anos ¹⁵	De 30 a 50 anos

Imagem 55

Tabela feita a partir dos dados obtidos por meio do livro “*Ilhas do Porto, levantamento e caracterização*”, produzido pelo Instituto da Construção, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, por meio de dados da CDHU, (2011) e por meio de pesquisa realizada pela autora desta tese.

¹⁰ Dados da Companhia de Desenvolvimento habitacional e Urbano – CDHU (2012).

¹¹ VAZQUEZ e CONCEIÇÃO, 2015 (orgs.). *Ilhas do Porto: levantamento e caracterização*. Instituto da Construção da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2015. Bairros e Freguesias: Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Cedofeita, Miragaia, Santo Ildefonso, São Nicolau, Sé e Vitória, Lordelo do Ouro, Massarelos, Bonfim, Campanha, Paranhos e Ramalde.

¹² Levantamento *in loco* nos cortiços da cidade de São Paulo, pesquisa realizada entre 2015 e 2017, com quarenta e uma pessoas.

¹³ (Idem).

¹⁴ (Idem).

¹⁵ (Idem).

Em suma, percebemos, ao comparar as cidades de São Paulo e Porto, o quanto as moradias coletivas apresentam realidades distintas.

No Brasil, o valor pago pelo aluguel é mais alto e, proporcionalmente, maior em relação à renda obtida. Nos cortiços de São Paulo há uma variação muito grande quanto ao tempo de residência nessas habitações: entre as pessoas entrevistadas, encontravam-se moradores que viviam ali há apenas três meses, mas havia, também, pessoas que moravam há dez anos no mesmo cortiço. Existe uma rotatividade nos cortiços mais precários. Das quarenta e uma pessoas entrevistadas, uma declarou morar em um cortiço há três meses, pois se separou do marido e não tinha condições de morar em um apartamento como antes, ou seja, a ruptura familiar, associada a outros fatores, também contribuiu para essa realidade. 60% dos entrevistados relataram que sempre moraram em cortiços devido à facilidade de locação dos imóveis. Os outros entrevistados afirmaram morar nessas habitações por causa da proximidade entre elas e o seu local de trabalho. Alguns apontaram a infraestrutura como motivo que os levou a residirem nas habitações pesquisadas.

No que concerne a Portugal, a população residente nas ilhas do Porto é predominantemente idosa, constituída, sobretudo, por pensionistas, e vive nessas habitações há muitos anos. Em conversas com alguns habitantes, eles nos disseram que moravam nas ilhas desde que nasceram. Alguns relataram que seus pais, assim que se casaram, mudaram-se para essas habitações.

Quanto ao grau de escolaridade dos moradores de cortiços e ilhas, podemos afirmar que, tanto em São Paulo quanto no Porto, eles têm um baixo nível de instrução formal, pois, nas entrevistas, a maioria declarou ter completado apenas o ensino fundamental I. Por isso, no que tange às profissões/atividades remuneradas, a maioria desses habitantes exerce atividades que não exigem um nível de escolaridade superior a dez anos de estudos.

Contudo, o círculo vicioso faz-se presente também pelos baixos salários.

3. A precariedade nas habitações de hoje: São Paulo e Porto

“Naquele terreno que não era rua e nem praça havia uma fileira de cômodos do lado direito da entrada, no meio um corredor comprido e do lado esquerdo a mesma quantidade de pequenos cômodos com uma porta ao lado de uma pequena janela ao centro. Cada cômodo tinha que dividir com pequenas cortinas, nós não tínhamos nada a não ser uns tijolos para fazer de fogão. No final do corredor, havia um banheiro para quase vinte famílias usarem, sem água e sem luz. Cada família tinha que tomar banho na bacia de alumínio, uns tinham que tomar emprestado do vizinho, e nós éramos um desses, pois não tínhamos quase nada na casa. Aos poucos fomos melhorando de vida, meu pai trabalhando, minha mãe lavava roupas para fora com as águas da lagoa e do rio, e eu engraxando sapatos. O sonho era sair daquele cortiço e mudar para um lugar melhor”. Joélio Araujo Reis, ex morador de cortiço na cidade de São Paulo. (Autorizado a publicação do relato).

A precariedade sempre existiu nos cortiços e nas ilhas, e, para ampliar a nossa visão de mundo no tocante aos cortiços, realizamos uma experiência com as crianças, pedindo-lhes para representar, por meio de desenhos, a vida nessas habitações. A atividade foi realizada nos conjuntos habitacionais da CDHU – PAC com a autorização dos pais (e/ou responsáveis) das crianças que quiseram participar da pesquisa.

O objetivo desta atividade foi tentar entender, por meio do olhar infantil, a vida desses pequenos, que, por um momento de suas vidas, residiram em habitações coletivas.

Os desenhos têm uma representatividade e, ao mesmo tempo, uma inocência no que concerne à demonstração sobre o “morar”. Nesses desenhos, as crianças demonstram a preocupação de expor o “antes e depois”, representando diversos aspectos, tais como: a relação com os amigos; a possibilidade de brincar; o detalhamento do cortiço (através do desenho dos quadradinhos que representam os quartos); o limpar o banheiro; e a proibição de jogar o papel no chão.

Imagens 56 a 60

Desenhos feitos por crianças que são ex-moradoras de cortiços. Trabalho programado realizado entre 2015 e 2016. Organização e criação: Thais Souza.

Nos desenhos das crianças, observamos: a identificação quantitativa dos quartos (habitações) nos cortiços, ou seja, cada moradia; a relação entre vizinhos; a identificação da cozinha e do banheiro de uso comum.

Nas ilhas, não foi possível realizar tal atividade, pois, quando as visitamos, não havia crianças nessas habitações. Mas, em conversas com os idosos que moravam ali, conseguimos obter alguns relatos referentes à infância deles e/ou à presença de crianças nas ilhas:

“Moro nesta ilha deste que nasci. Meus pais se casaram, e eu e meus irmãos nascemos aqui. Depois, meus irmãos foram morrendo, e, hoje, eu moro com meus filhos, que também agora já estão crescidos e trabalhando fora... Daqui, só saio para a sepultura”
(Sr. Manuel, Porto - Portugal).

“Pode entrar! Minha casa é pequenina, mas é limpinha... Meu marido machucou a perna, e eu também estou doente, não posso trabalhar. Não trabalhamos, recebemos uma ajuda do governo. Mas eu cuido da minha neta, que está sempre comigo”...
(Sra. Esperança, Porto - Portugal).

Com essas atividades realizadas nos cortiços e nas ilhas, conseguimos ampliar nossas visões de mundo e nossos conhecimentos em relação à moradia coletiva e à sua marca na vida de seus habitantes.

3.1 Invisibilidade

O significado de invisibilidade corresponde a uma condição, a um atributo do que é invisível, daquilo que não apresenta visibilidade. Os moradores dos cortiços e das ilhas, desde o século XIX até os dias atuais, apresentam a relação trabalho e moradia como modo de subsistência. Para obter melhor qualidade de vida nos grandes centros, muitas pessoas optam por morar perto de seus locais de trabalho e, assim, deparam-se com as habitações coletivas em uma cidade que não é para todos. Dentro desse contexto, os habitantes dos cortiços e das ilhas são mantidos na categoria de invisível, com seus sonhos e possíveis realizações.

Diferentes das favelas, os cortiços e as ilhas são camuflados. Só aquele que se permite olhar, por minutos, um lugar onde entram e saem pessoas como “abelhas de uma colmeia”, ou como uma ilha (pois, de fato, está isolada dentro de si), consegue identificá-los nas cidades.

Os cortiços e as ilhas possuem fachadas de casas “tradicionais”, comuns, como uma casa unifamiliar, geralmente, com um portão frontal ou lateral. Em São Paulo, muitos cortiços caracterizam-se por serem uma antiga casa unifamiliar, a qual foi subdividida e sublocada. Na cidade do Porto, muitas ilhas possuem uma casa unifamiliar à frente.

Na cidade de São Paulo, a maioria dos cortiços é identificada com placas em que está escrito “alugam-se quartos”. Muitos locadores explicitam suas preferências nessas placas: “alugam-se quartos para pessoas com ou sem crianças”, por exemplo. Muitos cortiços, pela grande procura, não carecem de placas.

Este também é um fator importante para a permanência dos cortiços e das ilhas nos centros urbanos durante séculos: habitáculos pouco visíveis enquadram-se no contexto das grandes cidades.

Imagem 61

Fachada de uma ilha na cidade do Porto. Foto: Thais Souza, 2017.

Imagem 62

Fachada de um cortiço na cidade de São Paulo. Foto: Thais Souza, 2017

Imagens 63 e 64

Fachada de um cortiço na cidade de São Paulo. Foto: Thais Souza, 2017.

Imagem 65

Fachada de uma ilha na cidade do Porto. Foto: Thais Souza, 2017.

Imagem 66

Fachada de um cortiço na cidade São Paulo. Foto: Thais Souza, 2017.

Imagem 67

Fachada de uma ilha na cidade do Porto. Foto: Thais Souza, 2017

Imagem 68

Fachada de um cortiço na cidade de São Paulo. Foto: Thais Souza, 2017

Imagem 69

Fachada de uma ilha na cidade do Porto. Foto: Thais Souza, 2017.

Imagem 70

Fachada de um cortiço na cidade de São Paulo. Foto: Thais Souza, 2017

Imagem 71

Fachada de uma ilha na cidade do Porto. Foto: Thais Souza, 2017.

Imagem 72

Fachada de um cortiço na cidade de São Paulo. Foto: Thais Souza, 2017

Imagem 73

Portão de entrada, cortiço, na região do Brás, na cidade de São Paulo. Foto: Thais Souza, 2017.

3.2 *Tipologias*

Para iniciar esta subseção do presente capítulo, apresentamos um relato de uma ex-moradora de um cortiço de São Paulo:

Eu, Catarina Harabari, nasci em 01/03/1942, na cidade de São Paulo no bairro do Bom Retiro.

Morei nove anos na rua General Flores, 234, num cortiço onde moravam dez famílias, cinco de cada lado; havia um muro que separava os quartos; um quarto para cada família com uma porta e uma janela. A cozinha era comunitária, com fogão de tijolo, cada família tinha o seu, e cozinhava-se a carvão. O banheiro também era comunitário.

Os tanques eram cinco, no fundo do quintal. Tinha um corredor de uns 2 (dois) metros de largura, onde as crianças brincavam. Geralmente, as brincadeiras eram feitas na calçada, como amarelinha, pula-corda, roda, passa anel, cantar, pega-pega. Os meninos brincavam de carrinho de rolimã, soltavam pipas e tinha brincadeiras que eles participavam com as meninas. (Catarina Harabari Villa d'Alva, moradora de cortiços em São Paulo, nos anos de 1950. Autorizada a publicação do relato).

No início deste trabalho, realizamos uma pesquisa no Departamento Patrimônio Histórico da cidade de São Paulo – Arquivo Washington Luiz – para buscar as plantas dos endereços apresentados no Relatório dos Cortiços da Santa Efigênia (1893).

Muitas dessas plantas não representam os cortiços, pois as plantas que constam no departamento são aquelas apresentadas ao município. As plantas encontradas são aquelas executadas após a vistoria dos inspetores, ou quando solicitavam alinhamento das ruas, ou, até mesmo, quando havia algum pedido de reforma.

Naquela época, não havia a necessidade de apresentar o projeto da situação atual do imóvel. Era possível apresentar

apenas o projeto ou o pedido de alinhamento.

Em tal contexto, mostramos, a seguir, algumas plantas que têm aspectos arquitetônicos de ilhas e cortiços:

Imagem 74

Planta de um cortiço na cidade de São Paulo (1896). Descrição: Rua Gusmões, n.101, lote com quatro casas. O pedido de reforma apresenta um pátio interno e dois tanques. Foto: DPH – Obras Particulares – Livro OPA 116.

Imagens 75 e 76

Planta de cortiço na cidade de São Paulo (1896). Descrição: Rua Gusmões, n.70. Proprietário: Carlos Gilardi. Foto: DPH – Obras Particulares – Livro OPA 201.

Imagem 77

Planta de um cortiço na cidade de São Paulo (1893). Descrição: Rua Santa Efigênia.
Foto: DPH – Obras Particulares – Livro OPA 06.

O tipo de ilha mais habitual tinha cerca de dez ou doze casas de um só piso. Muitas vezes, as casas eram construídas atrás da casa do próprio promotor da construção. A qualidade dos materiais era e continua sendo ruim.

Os lotes têm, aproximadamente, 5,5 a 6,0 metros de frente e possuem 50 a 100 metros de profundidade. Cada habitação mede de 12 a 16 m² (4 x 2,5 metros ou 3,5 x 2,0 metros). As casas foram construídas uma ao lado da outra, deixando um corredor de acesso de, aproximadamente, 1,00 a 2,00 metros de largura.

A maioria dos cortiços da cidade de São Paulo é constituída por antigas casas unifamiliares, que, atualmente, são subdivididas e possuem, em média, 9,0 a 20m². Cada habitáculo/habitação mede entre 2,5 x 3,0 metros e 3,5 x 3,5 metros.

Para o desenvolvimento desta tese, fizemos alguns desenhos com o escopo de mostrar a situação atual dos cortiços e das ilhas que visitamos entre 2015 e 2017.

Imagem 78
Desenhos feitos *in loco* na cidade do Porto, Portugal. Arq. Thais Souza, 2017.

Imagem 79
 Desenhos feitos *in loco* em São Paulo.
 Arq. Thais Souza,
 2017.

Imagem 80

Desenhos de vistoria nas ilhas da cidade do Porto.

Autoria: Thais Souza, 2017.

Imagem 81

Desenhos de vistoria nos cortiços em São Paulo. Fonte: SOUZA, Thais C..

Cortiços em São Paulo: programa/vistorias/relatos. 2011

Morar em um cortiço, ou em uma ilha, um aspecto importante, é a identidade de casa pessoa, ou de cada moradia, em muitas falas dos moradores, a relação com o endereço da sua casa, traz um grau de importância, para se obter um emprego, uma referência de entregas, ao até mesmo a possibilidade de receber uma carta pelo correio. As caixas de cartas, geralmente na frente do lote, identificadas por cada morada, ou até mesmo uma única para todos os moradores, resgata o valor de identidade do ser humano.

Imagem 82

Cortiço no bairro do Brás, em São Paulo. Foto: Thais Souza, 2017.

Imagem 83

Cortiço no bairro de Santa Cecília, em São Paulo.
Foto: Thais Souza, 2017.

Os tanques, muitas vezes, são utilizados não só para lavar roupas, mas também para escovar os dentes, quando o banheiro está ocupado. Nos cortiços da cidade de São Paulo, é usual que o tanque seja de uso coletivo, ou seja, há apenas um para todas as habitações. Já nas ilhas do Porto, geralmente, existe um tanque para cada duas famílias.

Imagens 84, 85 e 86

Tanques nas ilhas visitadas. Fotos: Thais Souza, 2017.

Imagem 87

Cortiço no bairro do Ipiranga, em São Paulo. Foto: Thais Souza, 2016.

Imagem 88

Cortiço no bairro do Brás, em São Paulo. Foto: Thais Souza, 2017.

Imagem 89

Cortiço no bairro da Luz, em São Paulo. Foto: Thais Souza, 2016.

Imagem 90

Cortiço no bairro da Bela Vista, em São Paulo. Foto: Thais Souza, 2016.

Nos cortiços paulistanos, o vaso sanitário e o chuveiro estão no mesmo ambiente, porém, na maioria dos cortiços, existe um único banheiro para uma quantidade de vinte a trinta pessoas. Muitos dos cortiços possuem revestimentos nas paredes, mas as instalações elétricas e sanitárias são precárias.

Nas ilhas portuguesas, as sanitas são os sanitários e possuem um aspecto interessante, pois elas são separadas dos chuveiros, isto é, criam-se dois ambientes. As sanitas foram construídas em pouca quantidade e são de uso coletivo. Muitas não possuem revestimentos, e o vaso sanitário e as instalações apresentam-se com aparência ruim: alguns estão quebrados e/ou inutilizados.

Imagens 91, 92 e 93
Sanitas nas ilhas visitadas.
Fotos: Thais Souza, 2017.

As “casas de banho” nas ilhas podem estar concentradas num bloco ou dispersas em dois ou três blocos. Geralmente, mal construídas, apresentam apenas o chuveiro. Nem todas as ilhas possuem casas de banho, e os moradores têm de tomar banho utilizando, em suas casas, uma caneca e uma bacia.

Imagem 94

Cortiço no bairro do Brás, em São Paulo. Foto: Thais Souza, 2017.

Imagem 95

Cortiço em São Paulo. Foto: Thais Souza, 2016.

Imagem 96

Cortiço no bairro da Luz, em São Paulo. Foto: Thais Souza, 2016.

Imagem 97

Cortiço no bairro do Brás, em São Paulo. Foto: Thais Souza, 2017.

Nos cortiços de São Paulo, os varais encontram-se, geralmente, nos pequenos corredores e nos pequenos espaços nos pátios. No Porto, os secadouros (varais), na maioria das vezes, localizam-se ao lado das janelas dos habitáculos das ilhas ou dentro deles.

Imagens 98, 99, 100 e 101

Espaços para secadouros nas ilhas visitadas. Fotos: Thais Souza, 2017.

Imagem 102

Cortiço no bairro do Ipiranga, em São Paulo. Foto: Thais Souza, 2016.

Imagens 103, 104 e 105

Cortiço no bairro do Brás, em São Paulo. Foto: Thais Souza, 2017.

Os cortiços e as ilhas têm, exatamente, as mesmas expressões e configurações internas. Por isso, ao descrevermos um cortiço da cidade de São Paulo, nos remetemos às ilhas do Porto e vice-versa.

Junto à panela, a cama pequena e, no quarto era a grande...tão grande que ocupava o quarto todo. Por cima, havia uma espécie de sótão, onde se guardavam malas e coisas velhas. Se havia marido, o casal dormia na cama grande (o quarto era separado da sala por uma cortina de chita), e os filhos dividiam-se entre a cama pequena e o chão... Entre as duas camas, ficava uma bojuda cômoda, que guardava, nas suas gavetas, a roupa de dentro, que a do exterior era pendurada em pregos atrás da porta. No tampo da cômoda, que era de mármore, um suporte com espelho – o único da casa – e uma redonda onde minha avó guardava um lindo crucifixo e os intermináveis santos da sua devoção, em papel ou imagem trabalhada (SILVA in *Ilhas*, livro baseado para o teatro do mesmo nome, PANMIXIA, 2004, p. 05).

Tanto nos cortiços quanto nas ilhas, os quartos são exíguos, há mofo nas paredes, e os lavabos são insuficientes e insalubres. O descaso com tais habitações, por parte dos intermediários e subalugas, é, de fato, igual nas duas cidades.

Segundo o relatório “*Ilhas do Porto, levantamento e caracterização*”, as reformas e intervenções nos habitáculos, em sua maioria, foram executadas pelos inquilinos.

No Brasil, no tocante aos cortiços, a nossa dissertação de mestrado (SOUZA, 2011) apresentou dados quanto às condições de habitabilidade das edificações. Na maioria dos cortiços, os intermediários realizaram pinturas nas fachadas dos imóveis para demonstrar à municipalidade que a habitação estava em bom estado. As melhorias internas, por sua vez, eram concretizadas pelos inquilinos quando havia necessidade.

Imagem 106

Desenho 3D de um cômodo de um cortiço em São Paulo.
Desenho: Arq. Thais Souza e Arq. Arianne Camargo, 2017.

Imagem 107

Desenho 3 D de um cômodo de uma ilha na cidade do Porto.
Desenho: Arq. Thais Souza e Arq. Arianne Camargo, 2017.

Imagens 108 e 109

Casa na ilha na cidade do Porto. Foto: Thais Souza, 2017.

Imagens 110 e 111

Cortiço em São Paulo. Foto: Thais Souza, 2017.

Imagens 112 e 113

Cortiço em São Paulo. Foto: Thais Souza, 2017.

Imagem 114

Casa na ilha na cidade do Porto.

Foto: Thais Souza, 2017.

4. Conjuntos habitacionais: São Paulo e Porto

Em ambas as cidades, as políticas habitacionais sempre foram direcionadas pelo mercado e pela lógica do capital.

Na cidade do Porto e em São Paulo, no início do século XX, a indústria, a imigração e a migração estavam presentes.

Desde o final do século XIX até os anos 1930, as habitações de aluguel eram providas pela iniciativa privada.

Não havia políticas públicas nem intervenções do Estado no que tange às leis para regulamentar o valor dos aluguéis. Na verdade, ainda hoje, os valores cobrados pelo aluguel nos cortiços e nas ilhas ainda são regulados pela economia e pelo mercado.

Não há uma regra para o aluguel e para o emprego informal. Informal no sentido de que os trabalhadores que não possuem carteira assinada não têm os mesmos direitos trabalhistas e as mesmas garantias no futuro (como a aposentadoria) que têm os trabalhadores oficialmente registrados.

A informalidade faz-se presente, também, nos altos preços dos aluguéis dos cortiços e das ilhas, uma vez que, em São Paulo, por exemplo, não há uma regra para aquilo que não está regulamentado oficialmente. Em 2015 e 2016, o preço dos aluguéis era em torno de R\$800,00, mas com a crise econômica atual, o aluguel, em 2017, caiu para R\$ 650,00 a R\$700,00.

Na cidade do Porto, o valor do aluguel que é cobrado dos moradores atuais é mantido. Entretanto, se o morador mudar de habitáculo, na mesma ilha, e mudar o contrato de locação, de 50€, poderá pagar 200€. Esse aumento também ocorre quando os pais morrem, e os filhos que moram na mesma ilha, na mesma casa, têm de refazer o contrato, ou seja, quando precisam fazer um contrato novo, em nome do filho. Portanto, há uma estabilidade no valor do aluguel, porém, se há algum tipo de mudança no contrato, o valor do aluguel sofre um reajuste, passando a ser cobrado com base nos valores estabelecidos pelo mercado atual.

A política, no Brasil, sempre contribuiu para os incorporadores imobiliários privados. Segundo Bonduki (1998), nos anos 1940, com a política dos IAPs, havia uma disputa por recursos públicos entre os que lutavam por uma política social de habitação e os incorporadores imobiliários privados, interessados na construção e na venda de apartamentos de luxo. Na cidade do

Porto, a política não é diferente da brasileira.

Dos anos 1990 até os dias de hoje, notam-se, fortemente, o neoliberalismo e os processos de gentrificação nos centros urbanos.

O quadro abaixo resume a história nas duas cidades:

Quadro 04: Panorama histórico, político, econômico, social e habitacional.

Período	Brasil São Paulo ¹⁶	Portugal Porto ¹⁷
Final do século XIX até 1930	Governo Republicano: política da higiene e do sanitarismo. Imigrantes e indústrias. 1ª Guerra Mundial e Greves (1917) SP. 1923: Regulamentação da Previdência Social, Lei Elói Chaves, que deu origem às Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs), criadas em resposta aos ferroviários e estenderam-se a outras empresas. Mas, para alojar os setores sociais de baixa e média renda, todas as caixas foram construídas pela	Transição para o republicanismo, governos republicanos e ditadura militar. Instabilidade política e constantes mudanças governativas. Políticas privilegiam grupos sociais e políticos que apoiam o regime, as classes médias urbanas. Migrações e industrialização. 1ª Guerra Mundial. Política de regular o crescimento urbano e prevenir as doenças, descontentamento e conflitos na cidade. Terrenos utilizados

¹⁶ Os dados obtidos para a elaboração desta tabela encontram-se no seguinte livro: BONDUKI, Nabil G. *Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

¹⁷ Os dados obtidos para a elaboração desta tabela fazem parte do seguinte artigo: PEREIRA, Virgílio B. “A Política de Habitação do Estado e os seus efeitos sociais no Porto contemporâneo: uma perspectiva sintética e panorâmica”. Texto resultante de uma investigação desenvolvida no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Projecto PTDC/SDE/69996/2006, Ilhas, bairros e classes laboriosas: um retrato comparado da gênese e estruturação das intervenções habitacionais do Estado na cidade do Porto e das suas consequências sociais (1956-2006), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia).

Final do século XIX até 1930

iniciativa privada. Cortiço-corredor, o cortiço-casa de cômodos, vilas e casas geminadas: em sua grande maioria, moradias de aluguel, construídas pelos investidores privados com o objetivo de obter uma boa rentabilidade. Aproximadamente 70% da população, em São Paulo, morava de aluguel (1940). Benefícios e leis para incentivar classes médias urbanas, no sentido da infraestrutura e loteamentos. Não existia financiamento da casa própria. Razões de ordem jurídica e econômica explicam: as casas de aluguel eram seguras e lucrativas, os riscos eram baixos e certos. A cidade estava em crescimento populacional e econômico. O setor imobiliário era regulado pelo mercado, inexistindo controles estatais sobre os valores dos aluguéis.

para a construção de ilhas. Muitos eram pertencentes à igreja e aos pequenos industriais.

As ilhas são as casas e a solução para a classe trabalhadora menos abastada.

Executadas pela classe média baixa, por comerciantes e por pequenos burgueses.

Período	Brasil São Paulo	Portugal Porto
1930 1940	<p>Era Getúlio Vargas (1930- 1945). Era caracterizada pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e por seu autoritarismo. 2ª Guerra Mundial. Projeto Nacional-desenvolvimentista. A habitação vista como condição básica de reprodução da força de trabalho, e, por fim, um fator econômico. A habitação como elemento de ideologia, política e moral do trabalhador. Construía-se, um “homem novo”, e do trabalhador padrão era visto como a principal base de sustentação política. 1931– I Congresso de Habitação, promovido pelo Instituto de Engenharia, em São Paulo. Anos 1933-1938, criação dos IAPs. Em 1937, surgiram as condições para a atuação dos IAPs no campo habitacional. De fato, a redução das taxas de juros e a dilatação dos prazos de pagamentos eram medidas favoráveis</p>	<p>Estado Novo: ditadura. 1ª fase: autoritarismo, paternalismo e conservadorismo moral. Regulação estatal crescente. 2ª Guerra Mundial. Modernização capitalista (investimentos públicos). Repressão às classes trabalhadoras. Naturalização de desigualdades sociais: ausência de respostas à questão social. Casas Econômicas (Lisboa, Porto e outras cidades) para resolver o problema das classes urbanas menos favorecidas. Urbanização de novas áreas da cidade. O Estado assume o papel de urbanizador e de promotor habitacional. Iniciativas socialmente segregativas (casas para funcionários públicos e para famílias de trabalhadores “normalizadas” em locais periféricos e socialmente</p>

1930 | 1940

à população de baixa renda, porém os resultados desse processo foram: **construções de edifícios para a classe média, viabilização de incorporações imobiliárias, processo de especulação e verticalização nas grandes cidades.** 1942-1964: Lei do Inquilinato (congelamento dos aluguéis) – **causou a carência de moradias produzidas pelos rentistas tradicionais, que foram atraídos pelas novas oportunidades de investimento geradas pelas transformações econômicas. A situação se agravou com os despejos, a demolição acelerada de edificações nos bairros centrais, a especulação imobiliária e as transformações no mercado imobiliário.**

homogêneos). Controle moral e social sobre os habitantes. **Projetos construídos abaixo das necessidades sociais.** Entre 1930-1940, foram construídas, aproximadamente, 2000 casas (em 1939, existiam, aproximadamente, 14.000 habitações nas ilhas da cidade do Porto). Urbanização de grandes áreas periféricas da cidade. Primeiras transferências populacionais do centro da cidade para os bairros periféricos. Segmentação da estrutura urbana.

Período	Brasil São Paulo	Portugal Porto
1950 1980	<p>Vargas (1951-1954) Estado Novo. Juscelino Kubitschek (1956-1961) Democracia. João Goulart (1961-1964) Democracia. Golpe Militar (1964-1980). Banco Nacional da Habitação (1964). Estado Bem Social 1945-1954: Transformações no setor social (IAPS). Criação do Banco Nacional de Habitação – BNH. Criação da Comissão de Assistência Social do Município (1953). Até 1964: Lei do Inquilinato (congelamento dos aluguéis). Tentativas de consolidação de uma política habitacional, as quais foram frustradas: 1952, Banco Hipotecário de Habitação (Fundação Casa Popular); Ministério do Bem-estar social (subsecretarias para habitação e favelas, formadas no 2º governo Vargas) e iniciativas não</p>	<p>Estado Novo: ditadura. 2ª fase: Burocratização. Forte regulação estatal. Empreendedorismo capitalista (industrial e urbano). Crescimento capitalista Casas para a classe média mais favorecida e para pessoas dos setores público e privado. Demolição de ilhas do Porto e transferência de vastos segmentos da classe operária para empreendimentos de habitação social localizados na periferia. Declínio das funções de residências e indústrias do centro da cidade (agora perspectivado como centro de serviços). Revolução: 25/4/1974 1974 1976 Os anos da revolução Instabilidade revolucionária e tensões no interior do campo do poder (entre revolucionários e forças reacionárias). Forte intervenção econômica e social estatal</p>

1950 | 1980

realizadas entre 1961-1964.

Ditadura Militar.

Burocratização.

Forte regulação estatal.

Empreendedorismo capitalista (industrial e urbano).

Crescimento capitalista.

Criação da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB-SP, em 1965.

A história da intervenção do Governo do Estado na habitação popular começou, efetivamente, em 1975, quando a CECAP (Companhia Estadual de Casas Populares) iniciou a construção de habitações para a população de baixa renda, hoje, CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano).

(reforma agrária, novas políticas habitacionais, expropriações, nacionalizações, etc.), exigências sociais de base.

Políticas Sociais estatais (SNSS, Segurança Social) e resposta às questões sociais.

Favorecimento da urbanização contra-capitalista e promoção do direito à cidade.

Contenção das transferências das classes trabalhadoras para a periferia da cidade e permanência das classes trabalhadoras no centro citadino.

Apoio (técnico, legislativo e financeiro) a iniciativas de habitação popular (autoconstrução, novos bairros operários no interior da cidade, ocupações, etc.).

Políticas habitacionais participadas.

SAAL. A maioria dos projetos não foi executada, e os poucos que foram ainda não atenderam

1950 | 1980

as necessidades
sociais.

**Iniciativas do
Comissariado
para a Renovação
Urbana da Área de
Ribeira/Barredo:**

entidade responsável
pela recuperação e
reabilitação do Centro
Histórico do Porto, em
Portugal, entre 1974 e
2003, entretanto, foram
limitadas em número e
em relevância social.

1977-1980:

institucionalização.

Normalização
democrática e
consolidação
das instituições
democráticas
(incluindo a Segurança
Social e instituições
afins).

Recuperação
capitalista.

Crise econômica e
financeira.

Reposicionamento do
papel do Estado.

Cooperativas de
habitação e sistema
de crédito bancário

**(Estado como
financiador e gestor).**

Promoção da
propriedade
habitacional das
classes médias e
dos segmentos mais
estáveis da classe
operária.

1950 | 1980

Políticas diferentes, promotores diferentes:

- Bairros de média e grande escala na periferia da cidade para os mais pobres (arrendamento social) e para as fracções mais estáveis da classe operária (casas de propriedade resolúvel).
- Alojamento cooperativo na periferia da cidade ou em zonas suburbanas para as classes médias (financiamento).
- Mercado privado de alojamento (financiado pelo crédito) no interior dos limites da cidade ou em áreas suburbanas para as classes médias ou para a burguesia.
- Políticas de financiamento ao setor privado e cooperativo, mais do que habitação pública; iniciativas de venda de habitação pública (alienação). Políticas de habitação começam a associar-se a outras medidas de política social.

Transferências populacionais do centro para os bairros periféricos.

Degradação e despovoamento do centro histórico do Porto.

Período	Brasil São Paulo	Portugal Porto
Anos 1980 atualidade	<p>Retomada da Democracia e da Nova Constituição. (1980-1990). A CDHU - desenvolve projetos e construções em larga escala nos subúrbios da cidade de São Paulo. São construídos conjuntos habitacionais em larga escala na periferia da cidade, nos bairros Itaquera, Guaianazes, São Miguel Paulista, Itaim Paulista etc., proporcionando um atendimento, em larga escala, a áreas distantes do centro da cidade.</p> <p>Transferências populacionais do centro para os bairros periféricos. Manifestações (1990-2001). Lutas dos movimentos sociais por moradia digna, mutirões, alguns projetos desenvolvidos pela PMSP, através da COHAB em regiões periféricas e centrais.</p> <p>Lei Estatuto da Cidade (2001). Criação do Programa de Atuação em Cortiços – PAC (2001-2011), proposta inicial</p>	<p>Democracia: estabilização política e redefinição do papel do Estado.</p> <p>Mudanças para políticas orientadas para o mercado (privatizações, desregulação do mercado de trabalho).</p> <p>Novas políticas sociais e novas instituições do Estado social (seguindo políticas da União Europeia e beneficiando-se de fundos comunitários); políticas sociais oscilando entre visões (neo) liberais e mais social-democratas.</p> <p>Renovação urbana do centro histórico através do favorecimento do investimento privado nas áreas centrais das cidades e do regresso à cidade.</p> <p>Soluções habitacionais mistas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • bairros de dimensão média na periferia da cidade para as classes trabalhadoras e mais pobres (arrendamento social); • bairros de grande e de média dimensão na periferia da cidade para famílias do operariado

Anos 1980 | atualidade

de atendimento de demanda, e, ao final do contrato, novos projetos em menor escala são executados em áreas centrais.

Metas foram refeitas, e os projetos construídos foram abaixo das necessidades sociais.

O Governo Federal regulamenta, através da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, o **Programa Minha Casa, Minha Vida** (PMCMV). O objetivo deste programa nacional, além de fomentar a construção de casas, permitiu a flexibilização da regularização fundiária no país.

Na esfera estadual, o **Plano Estadual da Habitação** (2011-2023), ainda em discussão, aprimoramento e desenvolvimento, Governo do Estado de São Paulo.

e da classe média (arrendamento social e habitação de baixo custo para venda);

- bairros de pequena dimensão localizados no centro da cidade, inovadores do ponto de vista arquitetônico e bem integrados.

Diversificação de programas de reabilitação urbana. Gentrificação promovida pelo Estado na área central das cidades.

Medidas radicais (demolições), eliminações das ilhas municipais que ainda existiam na cidade. Gentrificação e empobrecimento da área central da cidade.

A disputa entre incorporadores imobiliários e aqueles que buscam uma política habitacional mais justa, ainda são presentes no nosso cotidiano.

Com todas as transformações da história das cidades, e contextos econômicos e sociais, os moradores de cortiços e ilhas, viviam e vivem em um submundo, em um mundo paralelo, indiferentes a lógica da totalidade formal. Aparentemente inatingíveis e sem acesso a moradia digna.

4.1 CDHU – PAC

“Bom dia, vou falar um pouquinho da minha história. Bom, eu morava numa pensão que tinha 34 quartos. Eu morava em um quarto grande que tinha uma pia dentro. Eu gostava muito de morar em pensão. As pessoas eram legais. Bem, o banheiro era coletivo e a gente tinha que ficar na fila mais de 30 minutos. Tinha algumas coisas que eu não gostava, usar o varal com todo mundo e o banheiro também. Bom fiquei muito feliz quando eu recebi a carta de crédito, porque eu sabia que eu ia ganhar um apartamento bem grande e que tem dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço. Essa foi minha história e agora estou muito feliz porque tem espaço para meus filhos brincarem”. Joana* é moradora de um conjunto habitacional da CDHU/ PAC em São Paulo. *Substituímos o nome verdadeiro da entrevistada por um nome fictício para preservar a identidade dela.

PAC – Programa de Atuação em Cortiços e os dias atuais

O Programa de Atuação em Cortiços da CDHU e a própria filosofia da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo merecem críticas.

Bonduki (2000), em seu livro *Habitar São Paulo*, retrata a situação da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano) e sua aplicação em produção habitacional com os recursos de 1% do ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) da época.

Graças aos recursos oriundos da arrecadação adicional de 1% do ICMS, que representam entre 300 e 400 milhões de dólares por ano, a CDHU concretizou a produção de mais de 100 mil unidades, número expressivo, mas muito aquém das reais necessidades e carências habitacionais presentes no Estado. (BONDUKI, 2000, pg. 119)

Dos quase 1,2 bilhão de cruzeiros que o governo Fleury (1991 a 1995) teve para investir na questão habitacional em quatro anos, pouco foi investido em favelas e cortiços. Ademais, o apoio à construção de casas por mutirão foi irrisório: aproximadamente duas mil unidades foram construídas após muita pressão dos movimentos de moradia e da sociedade.

Os atendimentos aumentaram em quantidade, o que se deve, entre outros fatores, à economia do país nos últimos anos. Entretanto, no site da CDHU, não há a quantidade de habitações para compararmos com os anos de 1990 a 1995; há apenas o número de beneficiários. Constatamos que o número aproximado de habitações no Estado de São Paulo ainda não supre o atendimento aos moradores de cortiços e favelas, inclusive pela falta de um programa contínuo e específico para atender essas demandas.

Em 1998, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano, na gestão de Mário Covas, em resposta às pressões sociais, criou o Programa de Atuação em Cortiços (PAC), através do Decreto 43.132/98. O programa obteve convênio com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) para a realização de 5.000 (cinco mil atendimentos), um total de 70 milhões de dólares¹⁸, sendo 36 milhões da CDHU e 34 milhões do BID.

A extensão escolhida pela CDHU correspondia à área central da cidade de São Paulo e ao centro expandido. Posteriormente, a cidade de Santos também estaria englobada nesse programa.

¹⁸ O dólar (1998) correspondia a R\$1,20 (um real e vinte centavos), conforme o site http://www.portalbrasil.net/indices_dolar98_12.htm. Acessado em 25/09/2016.

Os atendimentos consistiam em cartas de crédito, reforma e/ou ampliação de cortiços conforme os parâmetros da Lei Moura, nº 10.928/91 (lei municipal da cidade de São Paulo), que estabelece padrões de habitabilidade mínima para a “regularização” dos cortiços como habitação coletiva; aquisição de imóveis vazios ou terrenos (em áreas próximas aos cortiços); e ajuda de custo para famílias ou pessoas moradoras de cortiços erradicados, as quais não têm renda ou não têm interesse de assumir um financiamento habitacional.

O objetivo do PAC, segundo a CDHU (2003), era melhorar a qualidade de vida das famílias de baixa renda moradoras de cortiços localizados nas cidades de São Paulo e Santos, oferecendo-lhes uma alternativa de solução habitacional com permanência na região de moradia. A meta, até 2007, era atender 5.000 famílias, das quais, 4.500 na cidade de São Paulo e 500 na cidade de Santos.

A definição de cortiços leva em conta, como parâmetros de classificação e de conceito para o PAC, era a precariedade das habitações, a existência de banheiros e tanques coletivos, a sobreposição de usos sem qualquer privacidade e a relação comercial entre usuários e intermediários. As características dos imóveis encortiçados identificados pela CDHU são estas: 92,4% constituem-se por um único cômodo para dormitório; 18,7% têm dormitórios sem janelas; 87% possuem banheiro coletivo; 90,2% têm tanque de lavar roupa coletivo; e 89% apresentam cozinha no cômodo. Quanto às características da população encortiçada (renda familiar), os dados da CDHU são os seguintes: 0,2% não têm rendimentos; 47,2% recebem até três salários mínimos; e 52,5% recebem mais de três salários mínimos. No que concerne aos chefes de família, os dados mostram que: 86,3% têm uma ocupação; 36,5% têm carteira assinada; 8,2% estão desempregados; e 5,5% são inativos.

Os dados da CDHU (2003) mostram um fator importante quanto à relação entre renda familiar e despesas com moradia: segundo tais dados, as despesas com moradia oneram o rendimento familiar, de 3 salários mínimos, em 43,5%. Ainda de acordo com os dados, os chefes de família apresentam baixa

escolaridade: 60,6% têm o ensino fundamental incompleto na cidade de São Paulo e 76,6% em Santos.

A relação do intermediário, do encarregado, ou do próprio dono do cortiço com seus locatários (os moradores), caracteriza, ainda mais, essa moradia como informal, devido à falta de contratos formais e pré-estabelecidos. Essa informalidade também é uma característica levada em consideração por muitos moradores: a maioria deles opta por morar nos cortiços em virtude de essas habitações serem próximas aos seus locais de trabalho; mas alguns moradores fazem essa opção para poderem economizar e, conseqüentemente, ter maior renda; outros, por sua vez, optam pelos cortiços justamente por causa dessa relação informal.

Segundo a CDHU (2012), o contrato de empréstimo n. 1354/OC-BR, que norteou a implantação do PAC, foi firmado entre o governo do Estado de São Paulo, na qualidade de mutuário, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 23 de junho de 2002. O contrato estabelecia que a execução do programa estaria a cargo da CDHU, dada a sua capacidade legal, operacional e financeira. As obrigações financeiras assumidas pelo mutuário (Estado de São Paulo) foram garantidas pela União, no papel de fiadora da operação.

Ainda de acordo com a CDHU (2012), o PAC teve um custo inicial estimado em US\$70 milhões, dos quais US\$ 34 milhões corresponderiam ao financiamento concedido pelo BID, e os US\$ 36 milhões restantes, à contrapartida da CDHU. Com as revisões realizadas em 2008 e 2009, o programa finalizou oficialmente com recursos de US\$ 59 milhões, tendo sido reduzido o financiamento do BID para US\$ 23 milhões e mantida a contrapartida contratada.

No que concerne à organização e à implantação do PAC, a unidade do órgão executor responsável pelo planejamento e pela administração do programa foi a Superintendência de Gestão do PAC (SGPAC) até 2007, e a Superintendência de Favelas e Outros Assentamentos Informais até 2010, sob a coordenação da Diretoria de Planejamento e Fomento da CDHU.

Através de licitação, foi selecionada uma empresa

de apoio para o gerenciamento do PAC, para a execução dos trabalhos de organização da demanda e de pós-ocupação. A empresa escolhida foi o Consórcio Diagonal-Ductor, contratado em 2004 para todo o período de implantação do programa.

Da mesma forma, para a execução dos trabalhos de monitoramento e avaliação do PAC, foi contratado, em 2005, o Instituto Via Pública, por meio de licitação.

Os aspectos financeiros utilizados nesse programa, segundo a CDHU, foram inovadores, pois se tratava de instrumentos independentes de financiamento e subsídio:

- i - A concessão de uso onerosa (em unidades produzidas pela CDHU) e o contrato de financiamento (em unidades adquiridas no mercado, por meio de carta de crédito), ambos como instrumentos de financiamento;
- ii - O certificado de concessão de subsídio para ambas as modalidades.

Avaliando o PAC, a CDHU afirma que esse programa foi inovador no sentido de priorizar o atendimento ao beneficiário, em detrimento da obra, da unidade habitacional edificada ou adquirida. Essa iniciativa teve por objetivo procedimentos administrativos mais ágeis, visto que não havia necessidade de aplicar as normas do banco às licitações e às aquisições de imóveis.

Diferentemente da política de subsídios tradicional da companhia, que se caracteriza por descontos (bônus) aplicados sobre o valor das prestações, regressivos ao longo do financiamento, o modelo adotado apresentou a oportunidade de utilizar subsídios explícitos, elevando a capacidade das famílias em acessar uma solução habitacional, edificada pela CDHU ou disponível no mercado. A forma de desconto sobre o valor de comercialização era acordada no ato da assinatura do contrato entre a CDHU e o beneficiário.

O trabalho social desenvolvido no PAC foi realizado com os escopos de orientar e sensibilizar os beneficiários para a necessidade de se organizarem, buscando uma participação

consciente e melhor qualidade de vida.

A parceria entre a CDHU e as prefeituras de São Paulo e Santos aconteceu durante a implantação do PAC. Segundo a CDHU, em parceria com as subprefeituras da Mooca e da Sé, em São Paulo, foi possível identificar e cadastrar os imóveis encortiçados, dos quais 226 foram encaminhados à CDHU; 2.158 foram cadastrados no banco da PMSP; 1.927 foram intimados pela PMSP; 318 foram adequados à Lei Moura; 120 tiveram mudança de uso; e 678 foram extintos. Na cidade de Santos, a parceria entre a CDHU e a prefeitura foi estabelecida por um Protocolo de Intenções, o qual foi assinado em 2004.

A organização da demanda do PAC partiu da premissa de que os beneficiários poderiam ser os moradores do próprio cortiço. Assim, fizeram-se vistorias em cortiços, divulgação do programa, seleção das famílias e levantamentos socioeconômicos sobre os interessados no PAC.

Já o trabalho social de pós-ocupação visava, sobretudo, à sustentabilidade de cada empreendimento e do PAC. Esse trabalho social estava relacionado a:

- ações preparatórias às mudanças;
- orientação quanto ao uso, à conservação e à melhoria dos espaços privados e coletivos;
- esclarecimentos quanto às taxas e aos encargos individuais e coletivos inerentes à vida condominial;
- organização e administração do condomínio;
- apoio à família no bairro, informando sobre acesso aos serviços e sobre os equipamentos existentes no entorno.

Segundo a CDHU, foram oferecidos, também, cursos, palestras, oficinas e reuniões com os propósitos de apoiar as famílias na promoção da melhoria da qualidade de vida, na geração de renda e no trabalho e de oferecer-lhes cultura e lazer.

O cronograma indicado pela CDHU, a prospecção, a mobilização e a qualificação da demanda duraram seis meses. O trabalho social, por sua vez, durou dezoito meses: doze meses de trabalho intensivo e seis meses de trabalho pós-ocupação.

A CDHU possuía metas de atendimento e a relação dos recursos (US\$ milhões): 2002 a 2007 – 5.000 atendimentos; e 2007 a 2011 – 11.000 atendimentos. O programa estava dividido em fases e etapas: planejamento (priorização setorial e levantamentos preliminares), projetos setoriais (caracterização, pré-seleção e estudos para viabilidade) e operacionalização (execução de projetos e obras).

Originalmente, o PAC teve como meta em atender, até 2007, 5.000 famílias encortiçadas, das quais 4.500 em São Paulo e 500 na cidade de Santos. Havia, também, a possibilidade de uma segunda implantação, entre 2007 e 2011, com 11.000 famílias atendidas.

Conforme informações da CDHU, o PAC passou por revisão de suas metas (2009) devido à revisão dos valores de referência e do cancelamento de US\$10 milhões no valor do empréstimo, o que reduziu os atendimentos a 2.740. A meta foi atendida em março de 2011, por meio da finalização de processos de carta de crédito em andamento e da comercialização de unidades habitacionais em obras.

Com o fim do Programa de Atuação em Cortiços, verificamos o que foi construído e a quantidade de atendimentos realizados entre junho de 2002 e dezembro de 2010.

Na cidade de São Paulo, foram entregues 1.605 unidades habitacionais, e, segundo o departamento da Gerência de Programas para Demandas Específicas da CDHU, 1.000 cartas de créditos foram entregues até 2011 e utilizadas também como atendimentos.

Os empreendimentos comercializados durante as obras e os que estavam para ser entregues totalizavam apenas 314 unidades habitacionais até o ano de 2011. Por sua vez, os empreendimentos que seriam iniciados em 2013 totalizavam mais 291 unidades habitacionais. Assim, o total era de 605 unidades habitacionais, a serem entregues até 2013.

Entretanto, vistorias realizadas entre junho e agosto de 2016 nos conjuntos habitacionais comercializados e nos empreendimentos que deveriam ter sido iniciados em 2013, mostraram que alguns empreendimentos como o Bela Vista E e

Bela Vista G ainda estavam em obras.

Imagens 115 e 116

Conjuntos Habitacionais PAC- CDHU Bela Vista E e G.

Foto: Thais Souza, 2016

Considerando as unidades entregues e os atendimentos por carta de crédito até 2011, podemos perceber que os atendimentos foram reduzidos a 2.740¹⁹, ou seja, cerca da metade dos atendimentos estabelecidos inicialmente.

O PAC – CDHU teve alguns aspectos positivos: ao final desse processo, alguns projetos foram desenvolvidos em áreas centrais, em áreas próximas aos antigos cortiços.

Assim, foram desenvolvidos projetos em áreas centrais, bem localizadas, e foi promovido o atendimento por meio da carta de crédito, que possibilitava a escolha do imóvel em qualquer região da cidade.

Os aspectos negativos do PAC – CDHU, no entanto, devem ser discutidos para que se coloque em pauta uma nova política habitacional:

- o atendimento por demanda e o pós ocupação nos conjuntos habitacionais;
- os projetos institucionais sem identidade e em grande escala;

¹⁹ Relatório Geral do Programa de Atuação em Cortiços – CDHU/PAC (2012).

- a parceria com a prefeitura e as consequências das fiscalizações, ou seja, aspectos positivos ao atendimento à população encortiçada e alguns cortiços dos quais ocorreram melhorias; e negativos, pois algumas edificações das quais houve o atendimento da população, foram demolidas e hoje são áreas de estacionamentos ou vazios urbanos na cidade.

As principais problemáticas do adensamento de pessoas de outras regiões nos conjuntos habitacionais refere-se à ausência da relação entre vizinhos, à valorização dos imóveis, à venda desses imóveis para outras pessoas, ao aumento do condomínio, à saída de ex-moradores dos cortiços e a substituição deles por novos moradores.

Nos conjuntos habitacionais PAC – CDHU vistoriados para esta pesquisa, verificamos intervenções pós ocupação: implantação de salão de jogos, mini quadra, churrasqueira, cobertura em áreas de estacionamento etc. Essas intervenções executadas posteriormente à entrega dos imóveis causam desconforto aos moradores que ainda resistem, porém, não possuem renda para sustentar o que foi determinado em assembleia ou definido pela maioria. Hoje, essa maioria residente nos conjuntos habitacionais não é a população anteriormente encortiçada. Os novos moradores dos conjuntos são aqueles que não conseguiram acessar os empreendimentos do mercado, entretanto também não se encaixavam inicialmente no PAC/CDHU. Assim, a compra e venda dos imóveis foi se desenvolvendo tratando direto com os moradores.

Os projetos institucionais são aqueles elaborados na instituição e nas empresas (escritórios de arquitetura) contratadas para elaborá-los e executá-los com pouca ou nenhuma participação social.

A parceria entre a prefeitura da cidade de São Paulo e a CDHU deu-se nas vistorias, na relação entre as subprefeituras, nas tratativas de atendimento, na intermediação e na requalificação dos cortiços. Essa parceria permitiu a estruturação, em 2005, de um programa de fiscalização dos imóveis utilizados como cortiços, com base na Lei Moura, nº 10.928/91 – Decreto

Regulamentador nº 33.189/93. Competiram ao município as vistorias dos imóveis da cidade e a verificação das condições de habitabilidade e das condições de manter o uso dos cortiços como moradias. Caso tais habitações fossem consideradas inadequadas, seriam interditadas.

A quantidade de imóveis adequados é menor do que a de imóveis extintos, porém o número de famílias é muito maior, até mesmo, do que o número encaminhado à CDHU.

Ações do Programa de Cortiços da PMSP - Convênio PAC/CDHU						
	IMÓVEIS CADASTRADOS	IMÓVEIS INTIMADOS	ADEQUAÇÃO À LEI	MUDANÇA DE USO	EXTINTOS	ENCAMINHADOS À CDHU
Subprefeitura da Mooca						
Imóveis	838	734	187	77	368	169
Famílias	7.533	6.598	1.855	727	98	1.917
Subprefeitura da Sé						
Imóveis	1.320	1.193	129	43	310	57
Famílias	15.278	13.808	1.418	328	169	884
Totalização de Imóveis	2.158	1.927	316	120	678	226
Totalização de famílias	22.811	20.406	3.273	1.055	267	2.801

Fontes: López, França, Costa (org). Cortiços. A experiência de São Paulo, PMSP 2010.

Imagem 117

Relatório Geral do Programa de Atuação em Cortiços – CDHU/PAC (2012).

O relatório geral do PAC – CDHU exhibe que os imóveis extintos ultrapassam o número de edificações que se adequaram à Lei Moura e a quantidade de imóveis encaminhados a CDHU.

Muitas das pessoas que residiam nos imóveis que foram extintos foram encaminhadas à CDHU e atendidas. Todavia, o número de edificações demolidas (antigas casas construídas no início do século, as quais faziam parte da paisagem da rua e do bairro) não foi levado em consideração, o que trouxe um novo fato à ação do PAC – CDHU.

Imagens 118, 119 e 120

Empreendimento CDHU Bela Vista A. Foto: Thais Souza, 2016

Imagens 121 e 122

Empreendimento CDHU Santa Cecília/Pirineus. Foto: Thais Souza, 2016

Imagens 123, 124 e 125
Empreendimento CDHU Bom Retiro C. Foto: Thais Souza, 2016

Imagens 126 e 127

Empreendimento CDHU Bom Retiro D. Foto: Thais Souza, 2016

Imagens 128 e 129

Empreendimento CDHU Mooca A. Foto: Thais Souza, 2016

Imagens 130, 131, 132 e 133

Empreendimento CDHU Brás G1.

Intervenções no conjunto habitacional: estacionamento, churrasqueira, meia quadra

Foto: Thais Souza, 2016

Habitação e patrimônio são os principais problemas urbanos e sociais vividos na cidade de São Paulo. Esses problemas são pouco discutidos no campo da política pública e da gestão urbana, de maneira integrada, contígua e imediata.

A relação entre habitação e patrimônio inicia-se a partir da Carta de Atenas (1933) e da Carta de Veneza (1964). Com base nesses documentos, foram promovidas inúmeras reflexões sobre a cidade e a preservação dos bens no contexto da contemporaneidade. Nessas reflexões, foram tratados diversos fatores, tais como: o crescimento das cidades, as alterações das edificações, o adensamento populacional e o conceito de sítio urbano ou rural.

No Brasil, esse conceito é ampliado a partir dos anos 1980, quando a ideia de conjunto arquitetônico aparece como nova diretriz de tombamento entre os especialistas. Contudo, colocamos sob questionamento as políticas e posicionamentos para o tombamento.

A problemática habitacional e da preservação dos edifícios não monumentais na cidade de São Paulo, e, sobretudo, a discussão da política habitacional e do patrimônio fazem-se presentes quando se trata de uma ação oriunda da prefeitura. Consequentemente, há mais demolições desses edifícios do que reabilitações, promoções, incentivos e convencimento de que os imóveis, mesmo não tombados, façam parte do contexto da rua, do bairro e da cidade.

Para ilustrar essa lógica contraditória, mostramos uma antiga residência unifamiliar, transformada em habitação coletiva, datada 1897 em seu frontão, a qual é do período do ecletismo. A casa é de tijolos e possui uma platibanda que esconde a cobertura de telhas. O imóvel apresenta arquitetura do início do século, com características das casas populares da época.

Essa edificação localizava-se na rua Djalma Dutra, 240, no bairro da Luz, e estava na área envoltória dos bens tombados *ex officio* pela Resolução 05/91 da Vila Economizadora e do Mosteiro da Imaculada Conceição da Luz (processos A.E. da Vila Economizadora e do Mosteiro da Imaculada Conceição da Luz – Teo Res. 05/91; A.E. Res. Sc 36/80; A.E. Res. Sc S/N/79).

CORTIÇOS

Imagem 134

Cortiço na rua Canindé, Pari, São Paulo. Fonte: SOUZA, Thais C.. *Cortiços em São Paulo: programa/vistorias/relatos*, 2011.

Imagem 135

Cortiço na rua Canindé, Pari, São Paulo. Fonte: SOUZA, Thais C.. *Cortiços em São Paulo: programa/vistorias/relatos*, 2011.

Imagem 136

Cortiço na rua Uruguaiana. Fonte: SOUZA, Thais C.. *Cortiços em São Paulo: programa/vistorias/relatos*, 2011.

VAZIOS URBANOS

Imagem 137

Estacionamento na área do antigo cortiço da rua Canindé. Foto: Thais Souza, 2016

Imagem 138

Vazio urbano na área do antigo cortiço da rua Canindé. Foto: Thais Souza, 2016

Imagem 139

Vazio urbano na área do antigo cortiço da rua Uruguaiana. Foto: Thais Souza, 2016

A edificação do final do século XIX foi demolida por não ser efetivamente tombada. Tal demolição deveu-se, também, à política da compra de lotes, às novas construções, aos projetos institucionais sem identidade, ao adensamento populacional e à lógica das grandes construtoras e do mercado especulativo.

Indicamos a locação social, ou seja, a produção ou aquisição de unidades habitacionais pelo poder público que passam a serem destinadas à locação, prioritariamente, pelas famílias de baixa renda (0 a 3 salários mínimos) como meio de acesso a moradia digna a população. E intervenções executadas por equipes multidisciplinares (que contam com o trabalho de arquitetos, sociólogos, antropólogos, geógrafos e outros profissionais) como medidas que poderiam garantir uma política habitacional de qualidade para a população encortçada.

A locação social é alicerçada pelo Estatuto Social da CDHU²⁰ (2016) e pela lei nº 10.365, de 2 de setembro de 1999, que autoriza o Estado de São Paulo a implantar o Programa de Locação Social. Essa lei também defende estudos e projetos em pequenos cortiços, ou seja, nas moradias onde seriam viáveis as intervenções. Dentre esses projetos, poderiam ser realizados os seguintes: a continuação do PAC – CDHU; intervenções de qualidade com equipes multidisciplinares; projetos participados; compra de imóveis não monumentais; e a preservação da memória da cidade.

²⁰ Artigo 2º – Constitui objeto da empresa:

I. elaborar ou contratar a elaboração de projetos e suas implantações e promover medidas de apoio à realização de planos e programas estaduais e/ou municipais de habitação prioritários para o atendimento à população de baixa renda, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria da Habitação do Estado de São Paulo mediante: [...] e) locação social de habitações.

Cortiço na rua Djalma Dutra, 240

Imagens 140, 141 e 142

Cortiço antes da demolição. Foto: Thais Souza, 2008.

Imagem 143

Playground. Empreendimento CDHU Bom Retiro D (situação atual).

Foto: Thais Souza, 2016

4.2 Ilha da Bela Vista hoje: projeto participado

Os anos 1970 foram um período de grande participação social, principalmente no que tange à revolução de 25 de abril de 1974 e à experiência construída pelo SAAL.

O SAAL desenvolveu, por meio da Brigada Técnica do arquiteto Mário Trindade, entre 1974 e 1976, um projeto para a ilha da Bela Vista, porém o projeto foi interrompido, como muitos outros na época.

Nos anos 1990, a instabilidade e o medo de demolições atemorizavam os habitantes das ilhas do Porto. Passados quarenta anos, em relação às iniciativas e ao projeto do SAAL, verificou-se que os moradores ainda permaneciam como nos anos 1970, isto é, sem casas novas.

Nesse processo de comparações entre os cortiços brasileiros e as ilhas portuguesas, a única distinção é o atual projeto de intervenção proposto na ilha da Bela Vista, localizada na Rua de D. João IV, na freguesia do Bonfim.

O projeto de requalificação da ilha da Bela Vista destaca-se devido à relevância conceitual, à qualidade e à solução arquitetônica desse projeto participado, contou com o trabalho de uma equipe multidisciplinar. Para a execução de tal projeto, houve a integração entre a academia e a sociedade. Ele se caracterizou pela renúncia à uniformidade, à rigidez e ao racionalismo.

Assim sendo, esse projeto pode ser considerado um avanço, pois foi um trabalho desenvolvido com e para pessoas. Esse trabalho foi realizado por pessoas que se aproximaram do objeto, observaram o entorno e apresentaram uma realidade projetual incomum.

Neste processo de reabilitação, qualificação e inclusão da Ilha da Bela Vista, participaram os vereadores e assessores dos Pelouros da Habitação e Apoio Social e do Urbanismo da Câmara Municipal do Porto, os técnicos do Laboratório de Habitação Básica e Social (Lahb), o Gabinete de Arquitetura IMAGO, os técnicos da Domus Social e a Associação de Moradores da Bela Vista. Com a coordenação do programa por Fernando Matos

Câmara vai demolir ilhas degradadas

DISCUSSION BOARD

O vencedor tirou a lição de um julgamento: apesar "da insistência de rivalidade e proximidade" que existe entre a população que reside nas ilhas, ainda é possível reservar uma sub-

Em breve, os moradores da Benedita vão receber as obras de reforma da Câmara do Porto para se preparar para a intervenção e se feita no local.

Diretório: Secretariado - praça República e sala fundo casa de frontão em yagu, México. Fundação e direção: o autor da obra do P.

A vida da Infância vem a primeira e set de 1990 de trabalho livre no e das obras de recreação.

Reportagem: *Câmara vai demolir ilhas degradadas*. RODRIGUES, Fernando M., SILVA, Manuel C. Cidade, Habitação e Participação: o processo SAAL na ilha da Bela Vista, 1974/1976., 2015, p. 54).

A equipe idealizadora da proposta salientava que não fazia sentido reabilitar a ilha sem levar em conta as questões sociais, ou seja, para tal equipe, as questões física, espacial e arquitetônica não poderiam ser dissociadas da pobreza, da exclusão e da miséria social.

- espaços de discussão, de problematização e de informação, sem burocracia;
- a criação, em cada cidadão, dos instrumentos necessários para o desenvolvimento do pensar a cidade, o que poderia lhes

permitir avaliar políticas e propostas;

- o direito à cidade como peça fundamental no desenvolvimento de cada indivíduo;
- a viabilização de um projeto sustentável, realizável e com inclusão social.

O projeto de requalificação da ilha da Bela Vista apresenta aspectos sociais importantes:

- a possibilidade do acesso à cidade;
- a erradicação ou a suavização de situações de pobreza e de miséria social;
- a oferta digna de moradia, evitando a “guetização habitacional”, ou seja, a criação de guetos nas periferias da cidade e a “estigmatização”.

Segundo (RODRIGUES e SILVA, 2015), é urgente implantar um programa político de habitação e de inclusão social, em prol da melhoria de vida da população menos favorecida, a qual vive a injustificada precariedade habitacional.

Todo o projeto foi desenvolvido no Lahb e na Associação de Moradores. A Domus Social entra na fase de licenciamento aprovado, e após esta etapa, foi necessário lançar o concurso para a construção.

Os lotes da ilha Bela Vista foram doados à Câmara Municipal do Porto (CMPorto), pelos seus antigos proprietários e parte dos outros lotes que hoje se configuram ao total da ilha, foram adquiridos pela CMPorto em maio de 2015.

Além do terreno em que está localizada a ilha, ainda foram adicionadas mais duas ilhas da cota baixa da Bela Vista, o que possibilitou maior complexidade espacial, ambiental e social ao programa.

As ilhas possuem uma diversidade cultural, social e demográfica, a qual é necessária para a vitalidade das comunidades. Os moradores das ilhas, assim como nos cortiços, possuem uma relação de vizinhança e solidariedade alicerçadas nos valores de partilha e associativismo.

O caso da Bela Vista especificamente...

No caso da ilha da Bela Vista, especificamente, havia algumas casas vazias e em ruínas, mais do que casas ocupadas. Esse fato colaborou para que não houvesse realojamento dos seus moradores, segundo (RODRIGUES e SILVA, 2015). Houve atuação frequente da Domus Social, empresa de habitação municipal do Porto.

A obra foi realizada com os efetivos moradores no local, os quais participavam dela, fiscalizavam-na e cobravam, da empresa, a execução da obra no período estabelecido.

Criaram-se, então, comissões de moradores de forma a institucionalizar seus representantes, e, em 4 de julho 2013, foi organizada uma assembleia popular em defesa dos moradores do Bairro Nicolau às Fontainhas, incluindo os moradores da ilha da Bela Vista.

O desenvolvimento da consciência social e política deu-se com a participação em fóruns, seminários, visitas guiadas e reuniões entre os representantes das universidades²¹, as organizações e os moradores, integrantes desse processo participativo.

Ações diferentes do que foi feito na ilha da Bela Vista, como o realojamento ou a proposta de qualquer outro tipo de atendimento ainda são ações que geram consequências como a gentrificação e a perda de vínculos afetivos de vizinhança e de comunidade, ou seja, esses atendimentos desintegram, desarticulam e deslocam a população dos cortiços e ilhas.

²¹ Entre esses representantes, podem ser mencionados Antônio Jorge Cerejeira Fontes e André Cerejeira Fontes, da Escola de Arquitectura de Guimarães da Universidade do Minho.

A Ilha da Bela Vista

A ilha apresenta um portão estreito em aço e um longo corredor que dá acesso ao seu interior.

Nesse conjunto de casas, está presente um forte sentido de vizinhança. Ali, é comum ver, por exemplo, uma senhora idosa que toma conta dos filhos das mulheres mais jovens e que lhes empresta um utensílio de cozinha, ou lhes dá um pouco de comida. Também é comum ver um senhor que empresta suas

Imagens 145 e 146

Ilha da Bela Vista, Porto. Fotos da autora: Thais Souza, 2017.

Segundo (FONTES, 2016), as casas menores foram estimadas num valor de 12 mil euros, e as outras, num valor de, aproximadamente, 24 mil euros. As casas são de propriedade da Câmara Municipal do Porto, e os moradores pagam, por elas, um valor que varia entre 10 euros e 80 euros por mês. Esse preço é fixo e foi estabelecido de acordo com o programa definido pelo LAHB, pela Associação de Moradores, pela CMP (Câmara Municipal do Porto) e pelo Pelouro de Habitação.

O programa de requalificação apresenta tipologias diferentes, por uma matriz como referência, e esta unidade deveria contemplar as seguintes funções que uma casa deve ter: lazer, alimentar, descansar, conviver, higiene, segurança, conforto e privacidade.

Esse projeto, além de levar em consideração os aspectos arquitetônicos, físicos, estéticos, acústicos e térmicos, priorizou uma relação com o espaço exterior e de convivência.

A leitura do espaço da ilha e da apropriação que seus habitantes fazem desse espaço tornaram o projeto muito mais próximo das suas realidades e das suas configurações ambientais.

O projeto, em sua elaboração e execução, também visava à construção de ambientes ventilados e iluminados, o que possibilitou a redução de patologias causadas pela umidade e pelo mofo nas casas.

O mobiliário, que era outra preocupação da equipe de estudos, foi pensado, idealizado, executado e instalado em todas as habitações, garantindo acesso aos equipamentos pensados para aquele local.

O projeto da ilha da Bela Vista possui, em sua área total de implantação²², cerca de 2399,18 m². A área construída é de 1158,16m² e foi distribuída da seguinte forma:

Área residencial – 1024,02m²
bar/lavanderia – 78,40m²;
laboratório – 62,25m²;
associação de moradores – 9,90m²;

Área livre – 51,73% do espaço assim distribuído:
viário – 2,24%;
jardins e hortas – 10,55%;
praças e logradouros – 13,42%;
ajardinados e pedonal – 25,52%;
espaço coletivo ronda – 44,64%.

²² Dados do Projeto de Requalificação da Bela Vista (RODRIGUES & SILVA, 2015, p. 74).

Foram criadas três tipologias com áreas entre 45m² e 57m²: todas se organizam em um bloco técnico, que se configura em um espaço aberto ao exterior por uma caixa vertical, apresentando entradas de luz direta e de circulação de ar que atravessam a casa. Isso melhora a ventilação vertical e horizontal, além de incluir luz (luminosidade) direta em todos os compartimentos. As tipologias são estas:

- A (célula simples);
- B (duplex);
- C (célula camarata).

Segundo (FONTES, 2016), o processo de participação é sempre muito discutido e, nem sempre, pacífico. Contudo, esse projeto participado apresentou inovações tecnológicas, novos conceitos de gestão e de política habitacional.

Discorremos acerca desse projeto apresentando-o como um estudo de caso, pois tal projeto ilustra uma visão de arquitetura participativa, envolvendo, em todo o processo, moradores, políticos, arquitetos, antropólogos, sociólogos, estudantes de diversas áreas, engenheiros, técnicos de Serviço Social, técnicos municipais e documentalistas.

Por fim, ressaltamos que o referido projeto apresenta uma proposta de requalificação em que estão presentes: a memória do lugar, a integração e a preservação do coletivo.

Imagens 147, 148 e 149

Cortes para estudos de insolação nas tipologias propostas.

Fonte: RODRIGUES, Fernando M.; FONTES, Antônio J. C.; SILVA, Manuel C.; FONTES, André C. (coords.) *A Cidade da Participação: Projecto de Arquitectura Básica Participada na Ilha da Bela Vista*, 2016.

Imagens 150 e 151

Detalhes de persianas e bancos em corte.

Fonte: RODRIGUES, Fernando M.; FONTES, Antônio J. C.; SILVA, Manuel C.; FONTES, André C. (coords.) *A Cidade da Participação: Projecto de Arquitectura Básica Participada na Ilha da Bela Vista*, 2016.

Imagens 152 a 156

Ilha da Bela Vista durante a fase de obras.

Fonte: Manuel C.; FONTES, André C. (coords.) *A Cidade da Participação: Projecto de Arquitectura Básica Participada na Ilha da Bela Vista*, 2016.

Imagens 157 a 162

Ilha da Bela Vista: áreas externas e fachadas. Portas recuadas como abrigos, coberturas em telhas onduladas e bancos logo ao lado dos tanques.
Foto: Thais Souza, 2017.

Imagens 163 a 168

Ambientes internos: cozinha, banheiro, circulação vertical e janelas.

Foto: Thais Souza, 2017.

Imagens 169 a 174
Elementos construtivos e mobiliário.
Foto: Thais Souza, 2017.

Considerações finais

A narrativa que esta pesquisa propõe é derivada de observação participante na vida cotidiana nos cortiços e ilhas e na aproximação com moradores que hoje residem em conjuntos habitacionais construídos pelo Estado de São Paulo, através do Programa de Atuação de Cortiços (PAC) e no novo projeto de arquitetura da ilha Bela Vista na cidade do Porto. Além disso, entrevistamos antigos moradores, já em outra alternativa de moradia, mas que possuem saudades da infância nos cortiços.

Histórias de vidas organizaram o discurso. O desenvolvimento deste trabalho transcendeu a análise das paridades, das diferenças e das possibilidades de projeto e atendimento aos moradores de cortiços e ilhas. Este trabalho usou o sensível e o imagético, mais que o discurso formal usual em teses. Trata-se mais de um ensaio. A intenção seria a de transmitir as sensações de confinamento, de invisibilidade, de falta de privacidade vigente nos cortiços e ilhas. O curta metragem Porta e Janela sintetiza o experimento e serve também como conclusão do trabalho.

A metodologia envolveu dois aspectos:

1. Levantamento de textos, jornais, livros, relatórios de higienistas de diferentes épocas, legislações e decretos.
2. Observação participante, visita aos cortiços e ilhas, entrevistas com moradores, documentação fotográfica e realização de filme.

Nesta tese, é possível uma comparação tipológica entre cortiços e ilhas, além de percepção das paridades e diferenças entre as políticas habitacionais recentes no atendimento aos moradores destas alternativas de moradia. E o curta metragem, finalizado em 2017, através da utilização de apenas sons e imagens, leva o leitor a experimentar a vivência nas habitações coletivas.

A vivência compartilhada nos quartos e corredores deu origem aos desenhos, medições e ao levantamento fotográfico. A observação durante dois anos nos cortiços paulistanos, entre os anos de 2015 a 2017, e um mês nas ilhas do Porto, em junho de 187

2017, tornou possível a participação no cotidiano e no habitat dos moradores.

A proximidade também se deu ao longo da tese, tanto pela participação no cotidiano como pelas entrevistas efetuadas com moradores dos conjuntos habitacionais e na Ilha Bela Vista, em processo de finalização de projeto e acomodação dos moradores. Através das falas dos adultos e idosos no Porto, desenhos realizados pelas crianças (PAC/CDHU), entre cafés e bolachas, percebeu-se o resultado dos programas em ambas as cidades, através da visão dos moradores.

Para construir a narrativa do habitar nas moradias coletivas, buscamos reunir e traduzir o cotidiano, na junção da observação indireta e da observação participante. Relatos e uma vivência que carregam em si histórias semelhantes, entretanto únicas. Semelhantes no contexto do espaço-tempo, imigrantes, migrantes, trabalhos e fontes de renda em serviços autônomos, aposentados e pensionistas, baixos salários, aluguéis altos e baixo nível de escolaridade.

Em relação às semelhanças entre as ilhas do Porto e os cortiços paulistanos, o trabalho mostra, através de imagens, dos discursos de moradores e da bibliografia examinada, algumas semelhanças:

- Nas duas cidades, ilhas e cortiços foram construídos ao lado de corredor. No Porto, o corredor era mais largo, com cerca de 3 metros (pág. 78);
- Tanto em ilhas como em cortiços certo padrão formal se impunha: portão único de entrada, com corredor levando a pátio e cômodos enfileirados abrindo-se para este pátio;
- Nas duas cidades também ilhas e cortiços se alocavam também em casas antigas, em bairros decadentes onde já habitara a burguesia. Muitas vezes os fundos do terreno são utilizados para novas construções, bastante precárias;
- Nas duas cidades, os construtores deste tipo de moradia são membros da pequena burguesia, com pouco capital, que utilizavam seus terrenos como fonte de renda através do aluguel de cômodos;

- Tanto em São Paulo como no Porto, problema de saúde pública foram atribuídos à densidade populacional neste tipo de moradia. No Porto, a epidemia de peste bubônica de 1899 dizimou a população das ilhas e se espalhou pela cidade; em São Paulo, em 1893, uma epidemia de febre amarela fez com que uma comissão mista desenvolvesse um plano de vistoria no bairro de Santa Efigênia, onde se concentravam os cortiços;
- Tanto nas ilhas como nos cortiços as instalações sanitárias são precárias. Não raro, apenas uma torneira é colocada em ponto estratégico e os moradores se viam obrigados a carregar a água em baldes. A média de latrinas nas ilhas atingia 5 habitantes por sanitário; já nos cortiços de São Paulo, embora a lei de regulamentação determine 20 habitantes por sanitário, a média costuma ser bem maior; diferentemente das ilhas do Porto, vaso sanitário e chuveiro estão num mesmo ambiente. Nas ilhas, as casas de banho, geralmente mal construídas, apresentam só o chuveiro. Muitas ilhas não têm casa de banho. Os moradores tomam banho nas suas casas, com caneca e bacia;
- Tanto as ilhas como os cortiços são camuflados, ou seja, confundem-se com habitações unifamiliares;
- Nos dois casos percebe-se a presença do sublocador;
- Em São Paulo, o valor pago pelo aluguel do cômodo é semelhante e a rotatividade mais alta; no Porto, a moda estatística do percentual do aluguel na renda alcança 27%, o valor mínimo em São Paulo (800 reais, para um rendimento de cerca de 3000 reais); a faixa etária no Porto é mais alta e a população encortiçada predominantemente aposentada, enquanto que em São Paulo ela é mais jovem e empregada, sobretudo no setor serviços;
- Tanto nas ilhas como nos cortiços a escolaridade é baixa: curso básico completo ou incompleto;
- A localização é aspecto privilegiado na “escolha” da ilha ou cortiço como moradia.

Concluindo, há semelhanças formais e socioeconômicas entre os dois conjuntos. Não se poderia afirmar, entretanto, que

as moradias coletivas brasileiras são “cópia” das portuguesas. Alguns traços formais apresentam paridade; parcelas populacionais que os habitam compartilham a baixa escolaridade e a renda insuficiente. Os moradores das ilhas são, na sua maioria, velhos e pensionistas ou aposentados; nos cortiços paulistanos, são empregados no setor serviços e mais jovens. Tanto no Porto como em São Paulo a localização deste tipo de moradia é um aspecto importante para sua escolha como habitação: locais centrais, perto de mercado de trabalho e de equipamentos sociais. A figura do intermediário (subaluga) surge nas duas cidades. Dentro do tecido urbano, nas duas cidades o cortiço se mimetiza com o casario comum, dificultando sua localização e tornando-o invisível aos olhos do transeunte desavisado.

Resta uma questão importante: tanto o Porto como São Paulo são os locais mais industrializados dos seus países. Por que, então os cortiços e as ilhas sobrevivem?

A resposta pode estar no não acesso da população de baixa renda ao mercado imobiliário e à falta de política habitacional que atenda a população mais carente. Além disso, a pobreza e a desigualdade social deixam poucas alternativas adequadas para camadas populacionais desfavorecidas, nos dois países. O cortiço e as ilhas são também alternativas de moradia onde garantias formais não costumam ser exigidas. Nos cortiços paulistanos, não raro não é necessário contrato; nas ilhas do Porto, vigoram contratos informais. Nos dois casos, os intermediários têm o poder de aceitar ou recusar os inquilinos de forma discricionária, inclusive os expulsando em caso de inadimplência. Estas variáveis existem nas duas cidades, São Paulo e Porto: salários baixos, mercado imobiliário com valores que parte da população não consegue arcar, facilidade de aluguel de cômodos por falta de garantia formal.

Concluindo, há semelhanças formais e socioeconômicas entre os dois conjuntos. O tipo de localização intra-urbana dos cortiços e ilhas também apresenta semelhanças.

Na cidade de São Paulo, os bairros do Brás, Bresser e Móoca, antigos arrabaldes industriais no fim do século XIX e início do século XX, sempre apresentaram ruas de comércio

e serviços. O bairro de Santa Efigênia, onde teoricamente se originaram os cortiços em São Paulo, é próximo das ferrovias (Estação da Luz e Sorocabana) e da antiga rodoviária (atualmente desativada). Apresenta hotéis e bares, restaurantes, cafés, bancas de jornais, feiras livres etc. Temos ainda a área cerealista e do comércio do Mercado Municipal, 25 de março e atualmente a Feirinha da Madrugada. No Porto, em Portugal, a dinâmica é a mesma: bairros como Bonfim, Fontainhas e Santo Ildefonso, com indústrias, serviços e comércios desde o fim do século XIX, continuam ativos no setor terciário: tabernas, casas de pasto, serviços de natureza pessoal e doméstica, e em meio a todos, possuem as ilhas, como modo de moradia. Nos dois casos, a relação de proximidade casa- trabalho diminui os gastos e tempo com transporte.

A justificativa de permanência entre cortiços e ilhas também remete aos locais que ocupam nas cidades e à sua aparência, que mimetiza residências unifamiliares da cidade formal. Seixas (2008, p.112), declara que as ilhas passaram a representar a selvajaria urbana, os lugares onde a cidade e a civilização agoniza, as “traseiras da cidade” ou o lugar onde a cidade se “interrompe”. Através do portão, corredor, ou até mesmo com frente aparentemente uma casa unifamiliar, cortiços e ilhas ainda carregam consigo estigmas gerados pelos discursos discorridos e declamados ao longo de sua existência pelos engenheiros, arquitetos urbanistas, higienistas, sociólogos, antropólogos, assistentes sociais, advogados e, principalmente, pelos cidadãos.

No entanto, cortiços e ilhas ainda estão presentes, se confundem na paisagem urbana das cidades. Com a aparência de residências unifamiliares, poucos transeuntes se atentam a elas; por este motivo, afirmamos que se tornam difusas no espaço urbano, diminuindo o processo de fiscalização e intervenção em muitas delas.

Em concordância com Seixas (2008, p.235), as ilhas são espaços de possibilidade de vidas e são as vidas que se desenrolam, que (re) definem o espaço pela sua prática, que nos dizem o que pensam, o que fazem e o que sentem os que vivem

em ilhas. Parafraseando, digo o mesmo sobre os cortiços.

Embora não seja objetivo deste trabalho, vale a penas tecer algumas considerações sobre as políticas de atuação em cortiços e ilhas nas duas cidades. Em São Paulo o Código de Obras de 1934 não se referia ao cortiço. Nos anos 50, eles continuaram esquecidos da legislação, mas se disseminando pela trama urbana. Na gestão 1989-1993 algumas intervenções prioritárias foram realizadas, através de construção em mutirão de alguns edifícios em altura, próximos ou no próprio local do cortiço original. Em 1991, foi promulgada a chamada Lei Moura, que colocou parâmetros de habitabilidade nos cortiços, enfim reconhecendo sua existência e colocando-o como alternativa de moradia válida, desde que atendesse os padrões legais, bastante frouxos: 1 sanitário para cada 20 moradores, áreas mínimas de ventilação e iluminação, retirada de bujões de gás de dentro dos cômodos, exigência de barra impermeável nos banheiros, etc. De qualquer forma, a aplicação da Lei Moura modificou e melhorou o cortiço.

A partir de 2005, através de uma parceria com a prefeitura municipal e com o governo do Estado foi desenvolvido o Programa de Atuação em Cortiços. Após a fiscalização com parâmetros de Lei Moura, entrava-se em contato com proprietários de cortiços, que os adequavam às exigências da lei. No caso do proprietário não ter mais interesse em manter/reformar o imóvel, este era encaminhado a CDHU, que alocava os moradores em prédios construídos para esta finalidade, em geral no mesmo local ou em local próximo.

Na cidade do Porto as primeiras intervenções nas ilhas ligaram-se a problemas de saúde pública. Constituíam basicamente em demolição dos imóveis. Apenas em 1956 instituiu-se um plano de melhoramentos. Mas estes melhoramentos resumiam-se à construção de conjuntos habitacionais distantes, para onde os moradores eram removidos. Atualmente, alguns projetos de requalificação entraram em vigor, como o descrito, da ilha de Bela Vista. Trata-se da construção, na própria ilha de espaços ventilados e iluminados, num processo participativo e que preserva a memória do lugar. No Porto não há nada semelhante ao

que determina a Lei Moura, a tentativa de melhoria dos cortiços existentes, visando proporcionar salubridade e condições de moradia através de reforma pelo próprio proprietário, com suporte do poder público.

E, finalmente, qual o olhar sobre os cortiços e ilhas que devemos ter? Aquele olhar dos relatórios de 1893, com o aspecto higienista da época? A visão fornecida através dos mapas e relatórios sobre os cortiços nos bairros de Santa Efigênia, além dos descobertos e publicados de maneira inédita neste ensaio, como os relatórios da Sé, Consolação e Brás!? Ou a visão de desprezo da sociedade contemporânea? Inúmeras visões poderão se desenvolver.

Os relatos em anexo são parte integrante da tentativa de formação desta visão, tanto pelo uso da observação participante, como pelo uso de discursos e imagens, procurando preservar a memória dos moradores dos cortiços paulistanos.

Como contribuição à preservação da memória coletiva, tivemos a ideia de desenvolver também um curta-metragem. Foi uma tentativa de ampliar, focar e deixar mais próximo o olhar das pessoas em relação à esta temática.

Um olhar que cada um terá a partir dos vários ângulos e perspectivas sobre as moradias coletivas. Aspectos sobre as questões sociais, econômicas, higienistas, arquitetônicas e tipológicas. Um olhar principalmente sensorial.

Imagem 175

Cortiço no bairro da Bela Vista, em São Paulo. Foto: Thais Souza, 2017.

História e habitação em São Paulo

AMERICANO, Jorge. *São Paulo nesse tempo (1915-1935)*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1962.

AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

AZEVEDO, Aroldo. *A cidade de São Paulo: Estudos de geografia urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

BLAY, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.

BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, Lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação liberdade, FAPESP, 1998.

BRUNO, Ernani Silva. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1954.

CORDEIRO, Simone Lucena (org.). *Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitarismo e urbanização (1893)*. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Imprensa Oficial, 2010.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA – FIPE, *Estudo das favelas e cortiços da cidade de São Paulo: relatório final*. São Paulo. 1994, v.1-2.

KOHARA, Luiz Tokuzi. *Rendimentos obtidos na locação e sublocação de cortiços: estudos de casos na área central da cidade de São Paulo*. L.T. Kohara, A. Piccini. São Paulo: EPUSP, 1999.

KOHARA, Luiz Tokuzi. *Cortiços de São Paulo: soluções viáveis para habitação social no centro da cidade e legislação de proteção à moradia*. L.T. Kohara, A. M. Caricari org. São Paulo: Mídia Alternativa e Centro Gaspar Garcia; Salvador, CESE, 2006.

KOWARICK, Lucio. *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. [et al.] Lucio Kowarick coord. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.

KOWARICK, Lucio e Clara Ant. “Cem anos de Promiscuidade”, in KOWARICK, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo e presente*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.

LEME, Maria Cristina da Silva; MINORU, Naruto; MOREIRA, Antônio Cláudio Lima & PASTERNAK, Suzana. *Intervenção em cortiço: uma experiência didática*. No Prelo, FAUUSP, 2006.

LEMOS, Carlos A.C.; SAMPAIO, Maria Ruth A. *Casas proletárias em São Paulo*. São Paulo, FAUUSP, 1993.

OFICIAL, Imprensa. *Memória Urbana: a Grande São Paulo até 1940 (Emplasa vol.2)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001.

PAC - PROGRAMA DE ATUAÇÃO EM CORTIÇOS. *Setores básicos de intervenção*. São Paulo, CDHU-SEADE. Publicação Interna, 2003.

PAC - PROGRAMA DE ATUAÇÃO EM CORTIÇOS. *Relatório Geral do Programa de atuação em Cortiços CDHU/PAC*. São Paulo, CDHU-SEADE. Publicação Interna, 2012.

PANORAMA DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – Governo do Estado de São Paulo – Secretaria de Habitação/CDHU 2007/2008. São Paulo, CDHU/GOVERNO DE SÃO PAULO, Publicação Interna, 2008.

PICCINI, Andréa. *Cortiços na cidade: conceito e preconceito na reestruturação do centro urbano da São Paulo*. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2004.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral (coordenação): LEMOS, Carlos A.C. in: *Os primeiros Cortiços Paulistanos, Habitação e Cidade*. FAU-USP / FAPESP, 1998.

SANCHES, Débora. *Processo participativo como instrumento de moradia digna : uma avaliação dos projetos da área central de São Paulo - (1990 a 2012)*. 2015. 465 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

SECRETARIA DA HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO. *Cortiços e Pensões: Construindo Cidadania*. São Paulo, Publicação Interna, 2004.

SEHAB/HABI – FIPE. Secretaria Municipal da habitação e Desenvolvimento Urbano/ Superintendência de Habitação Popular – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. *Estudo das favelas e cortiços da cidade de São Paulo*. São Paulo, v. 1, 1994.

SEMPLA. Secretaria Municipal do Planejamento. *Cortiços em São Paulo: frente e verso*. São Paulo, 1986.

SIMÕES Jr., José Geraldo. “*Cortiços em São Paulo: o problema e suas alternativas*”. Pólis, n.2 1991, p.50.

SOUZA, Thais C. S. *Cortiços em São Paulo: programas/vistorias/ relatos*. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2011.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo, Studio Nobel, FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

_____. *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

História da habitação no Brasil

CHALHOUB, Sidney. *Cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. 2 ed. Rio de Janeiro: Schmidt, 1936.

_____. *Ordem e progresso*. 6 ed. São Paulo: Global, 2004.

_____. *Sobrados e Mucambos*. 16 ed. São Paulo: Global, 2006.

MADUREIRA, L.B. *Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 - resultados preliminares*. Biblioteca digital Fundação Getúlio Vargas. Disponível em bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/download/67/6249. Acessado em 20/10/2016.

VAZ, Lilian Fessler. *Uma história da habitação coletiva na cidade do Rio de Janeiro- Estudo da modernidade através da moradia*. Tese de doutorado – FAUUSP, São Paulo, 1994.

História da habitação em Portugal

COELHO, Antônio Baptista; COELHO, Pedro Baptista. *Habitação de interesse social em Portugal -1988-2005*. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.

FONTES, A. C. (Org.) *A cidade da participação: Projecto de arquitectura básica participada na Ilha Bela Vista*. Porto: Ed. Afrontamento, 2016.

MATOS, F. L., RODRIGUES, R. M. V. V., 2009, “*As ilhas do Porto: Lugares de resistência*”. In: Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia, v.1.,n.1, p.33/ 57, jan. 2009.

RODRIGUES, Fernando M.; SILVA, Manuel Carlos. *Cidade, Habitação e Participação. O processo SAAL na ilha da Bela Vista 1974/1976*. Porto: Ed. Afrontamento, 2015.

PEREIRA, Miriam Halpern. *Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do séc. XIX*. In: *Análise Social*, v.2, n.25-26 p. 85-117, 1969.

PINTO, Jorge Ricardo. *O Porto Oriental no final do século XIX: um retrato urbano (1875-1900)*. Porto: Ed. Afrontamento, 2007.

SEIXAS, Paulo Castro. *Entre Manchester e Los Angeles: ilhas e novos condomínios no Porto*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008.

TEIXEIRA, Manuel C. *A forma da cidade de origem portuguesa*/ Manuel C. Teixeira. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.

Livreto

Ilhas (reunião de textos autores) para a peça de teatro com o mesmo nome. Impresso e entregue na peça de teatro por PANMIXIA: associação cultural, 2004.

Berlim, África e Inglaterra

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Coleção Síntese. Ed. Presença Portugal/Livraria Martins Fontes Brasil, 1975.

HUCHZERMEYER, Marie. *Tenement Cities from 19th century Berlin to 21st century Nairobi*. Africa Word Press, 2011.

HUCHZERMEYER, Marie. *Cities with "Slums": from informal settlement eradication to a right to the city in Africa*. UCT Press, 2011.

Sites

ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo9321.PDF
ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo9261.PDF
<https://moocasaudosamooca.wordpress.com/historia-da-mooca/antigos-logadouros/> . Acesso em 10/05/2016
<https://moocasaudosamooca.wordpress.com/historia-da-mooca/historia-das-ruas/> . Acesso em 10/05/2016
http://hagopgaragem.com/sp_comparativo4.html . Acesso em 10/05/2016 (fotos SP antigo).
<http://www.saopauloantiga.com.br/fabricaorion/> . Acesso em 10/05/2016 (foto fábrica Orion).
<http://www.saopauloantiga.com.br/ford/> acesso:10/05/2016 (foto da ford bom retiro) <http://www.estadao.com.br/blogs/reclames-do-estadao/metalurgica-matarazzo/> . Acesso em 10/05/2016. “Metalúrgica Matarazzo. Sede social Rua Carneiro leão, 147, S. Paulo. Fábrica de bisnagas em metal, brancas e estampadas”.
<http://www.estacoesferroviarias.com.br/c/comendermelino>. Acesso em 10/05/2016.
<http://www.blogacesso.com.br/?p=3392>, (João Leiva- pesquisa Hábitos Culturais do Paulista) . Acesso em 15/08/2016.
http://unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodologia_cientifica.pdf . Acesso em 14/06/2016.
<http://www.abep.org/criterio-brasil> . Acesso em 15/08/2016.
www.ebooksbrasil.com, acessado em 19/10/2016. LAFARGUE, Paul. O direito à preguiça. Ebooks Brasil.com Copyright. Rocket Edition, setembro 1999.
http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=107670_04&pagfis=1695&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader . Acesso em 20/10/2016.

Anexo A: relatos e memórias

1.

Eu, **Catarina Harabari**, nasci em 01/03/1942, na cidade de São Paulo no bairro do Bom Retiro.

Morei nove anos na rua General Flores, 234, num cortiço onde moravam dez famílias, cinco de cada lado; havia um muro que separava os quartos; um quarto para cada família com uma porta e uma janela. A cozinha era comunitária, com fogão de tijolo, cada família tinha o seu, e cozinhou-se a carvão. O banheiro também era comunitário.

Os tanques eram cinco, no fundo do quintal. Tinha um corredor de uns 2 (dois) metros de largura, onde as crianças brincavam. Geralmente, as brincadeiras eram feitas na calçada, como amarelinha, pula-corda, roda, passa anel, cantar, pega-pega.

Os meninos brincavam de carrinho de rolimã, soltavam pipas e tinha brincadeiras que eles participavam com as meninas.

O meu pai era tecelão, trabalhava perto de casa. Minha mãe trazia capas, da rua José Paulino, para rematar. Nesta rua, havia muitas oficinas, assim, também outras mulheres faziam trabalhos parecidos; tinha uma senhora que trabalhava em embalar balas em casa, e as crianças ajudavam na embalagem das balas.

A escola era perto do cortiço, Grupo Escolar Marechal Deodoro da Fonseca (Rua dos Italianos).

Em todo o cortiço, tinha gente de todo lado do Brasil, do interior e até da Europa. Minha mãe era do Paraná; meu pai era da Europa (Romênia) e veio para o Brasil com 18 anos; outro vizinho era espanhol, lituano, italiano e tinha também “gente de cor”. Todas as pessoas se davam bem; uma ou outra que criava caso, mas logo mudava. Era bem tranquilo.

No Natal, na rua José Paulino, tinha um cinema, que

distribuía brinquedos para as crianças. Era uma fila enorme.

Perto de casa, havia um salão de baile que se chamava Progresso. Todos do cortiço frequentavam esse salão, para dançar, tanto adultos como crianças. Tinha “matinê” o ano todo.

No ano novo, havia uma corrida que os homens participavam e ganhavam troféu.

No carnaval, as crianças se fantasiavam, e uma mulher maquiava todas as crianças para irem na “matinê”.

Meus pais frequentavam muito o Jardim da Luz, tiravam fotos com os fotógrafos que lá tinha e encontravam com os patrícios do Paraná e até os europeus conhecidos. Alguns domingos meu pai e um vizinho iam até o rio Tietê, que ficava perto de casa, para que eu e a filha do vizinho víssemos os barcos e até pessoas nadarem no rio.

O sindicato dos tecelões sempre promovia piquenique em algum lugar, como festa da uva em Jundiaí, Guarapiranga e outros lugares que eu nem estou lembrando. E, geralmente, iam minhas tias e alguns vizinhos do cortiço junto.

Tive uma infância muito boa dentro do possível.

Depois com 9 anos de idade, mudei para a Vila Zelina, onde meu pai construiu uma casa bem simples. Ele continuou a trabalhar na mesma firma na rua Jaraguá (Bom Retiro). Minha mãe foi trabalhar em malharia como passadeira; depois de algum tempo, passou a trabalhar com costura reta em máquina “Singer”.

Morei aqui (Vila Zelina) até os meus 30 anos, vendi e fui morar no bairro do Ipiranga. Depois, me casei e fui morar no bairro da Saúde, até os dias atuais”.

“Sou eu a garota do meio com vestido floral na Casa da Vila Zelina”.

A foto foi fornecida e autorizada para publicação pela entrevistada.

2.

“Eu, **Joélio Araújo de Souza**, nascido em 08 de outubro de 1943 em uma pequena cidade do norte da Bahia com o nome de Mairi, nasci de uma família pobre, o pai Manoel Bispo de Souza, neto de escravos, e minha mãe Josefa Araújo de Souza, neta de índios. Meu pai era garimpeiro, ficava quase um mês nas serras garimpando com sua bateia. Era um homem de aspecto magro e acabado pelo sofrimento dos dias quentes, passando fome e sede. No garimpo o dinheiro que conseguia com a venda do mísero metal dourado, perdia quase tudo em jogos de baralhos. O meu avô, pai da minha mãe, era quem bancava quase tudo para não ver a filha sofrer.

Em 1948, meu avô veio a falecer. Tivemos que mudar para a cidade de Jacobina, chamada a ‘Cidade do Ouro’.

As brigas entre os garimpeiros pelo maldito ouro fizeram com que meu pai trocasse o ouro pela roça, trabalho pesado que meu pai pouco gostava, e com isto pouco ganhava. Passamos muitas necessidades, mudando de um lugar para o outro.

Em 1950, minha avó com seus três filhos e mais uma filha que ficou viúva com cinco filhos, resolveram vir para São Paulo, deixando a minha família em situação muito constrangedora. Lembro-me que passamos dias difíceis longe da família tão querida.

Minha avó com a família chegando em São Paulo foram morar na Vila Maria (bairro da zona Norte São Paulo). Alugaram uma casa pequena, mas em um bom lugar, na rua Eli, n. 977, bem em frente de uma tecelagem. Naquela época São Paulo era chamada a “mãe dos brasileiros”, ninguém ficava desempregado e logo juntaram um pouco de dinheiro. O sonho da minha avó era ver a família novamente juntos.

No início de 1953, a avó mandou o dinheiro das passagens e viemos realizar o “sonho dourado”: vir para São Paulo, era o sonho de qualquer criança.

Vimos de “pau de arara”, uma viagem de muito

sofrimento. Passamos fome, sede, muito frio... Após quase um mês de viagem, chegamos ao feliz destino, São Paulo, a “cidade da riqueza”.

A casa que fomos morar já era pequena para a família, com a nossa chegada a casa tornou-se menor ainda. A sala se tornou em um quarto e cozinha, vivemos espremidos, mas muito felizes.

No meio do ano, perdemos um irmãozinho com menos de um ano. Naquele mesmo ano tivemos que sair daquela casa, pois estava muito apertado para tanta gente.

Meu pai trabalhava em um posto de gasolina, ganhava pouco. Eu engraxava sapatos nos finais de semana. Fomos morar não muito longe da família. A Vila Maria era muito conhecida, pois era reduto do prefeito de São Paulo, o dr. Jânio Quadros. Os alugueis eram muito caros. Achamos em uma rua sem nome e sem número no bairro vizinho da Vila Maria, um bairro “novo” com casas velhas, com a construção da estrada Via Dutra; aquele bairro ficou praticamente isolado e sem condições de viver, não tinha luz e muito menos água potável, quando chovia, o Rio Tietê enchia e sem saída as lagoas apareciam para todos os lados. O Jardim Andaraí (o nome do bairro onde fomos morar) era de difícil acesso, tinha que atravessar a terrível e perigosa Via Dutra.

A casa que fomos morar ficava escondida pela altura da estrada e algumas árvores floridas na época da primavera. Naquele terreno, que não era rua e nem praça, havia uma fileira de cômodos do lado direito da entrada, no meio um corredor comprido e do lado esquerdo, a mesma quantidade de pequenos cômodos com uma porta ao lado de uma pequena janela ao centro. Cada cômodo tinha que dividir com pequenas cortinas, nós não tínhamos nada a não ser uns tijolos para fazer de fogão. No final do corredor, havia um banheiro para quase vinte famílias usarem, sem água e sem luz. Cada família tinha que tomar banho na bacia de alumínio, uns tinham que tomar emprestado do vizinho, e nós éramos um desses, pois não tínhamos quase nada na casa. Aos poucos, fomos melhorando de vida, meu pai trabalhando, minha mãe lavava roupas para fora com as águas da lagoa e do rio, e eu engraxando sapatos. O sonho era sair daquele cortiço e mudar

para um lugar melhor. Não demorou muito e conseguimos em outro cortiço, com luz e água de poço, na rua Palmira, bem mais perto da avenida que passava ônibus e bondes.

O dono do cortiço morava na primeira casa, e, nos fundos, pouco mais de sete ou oito famílias bem mais comportados com poucas brigas de crianças.

Em 1954, o ano do “Quarto Centenário da cidade de S. Paulo”, só se falava na data do dia 25 de janeiro. Naquele ano, com 10 anos, eu já ganhava meus trocadinhos, minha irmã ajudava nas casas de família, e meu pai trabalhando. Chegou um nosso primo da Bahia para morar junto com nós. Tínhamos que mudar de novo. Como o primo arrumou uma casa na Rua Eli, perto da vovó Maria, demos “adeus” ao cortiço que, naquela época, já chamava de “beco”. Fomos morar em uma casa independente; tinha quintal na frente e nos fundos.

Em 1955, eu não tinha tempo de brincar; estudava de manhã, trabalhava de tintureiro à tarde e fazia as lições à noite. Tinha pouco tempo para brincar nas ruas de terra e com as crianças dos cortiços. Aos domingos de manhã, vendia cocadas nos campos de futebol “varzeano”, e, no fim do expediente, passava nos cortiços perto de casa e vendia o restante das cocadas. Era feliz, mas não tinha saudades dos becos ou dos cortiços.

O tempo passava muito rápido, e, quando tinha 15 anos, comecei a trabalhar na tecelagem em frente à casa que morávamos. Foi o meu primeiro e último emprego registrado, trabalhei até me aposentar. Durante este tempo que fiquei enfiado em uma fábrica, não deu para perceber que São Paulo cresceu demasiadamente. Mesmo com a tecnologia avançada, o número de pobres aumentaram, e com isto, os cortiços tomaram conta da cidade”.

Após alguns anos, com a expansão da cidade, com novos loteamentos e com o surgimento dos novos bairros, todos da família mudaram-se para outro bairro, mais afastado do centro, ainda na zona norte, próximo da Vila Maria, chamado Vila Sabrina.

Hoje, Joélio é casado, tem quatro filhos, muitos netos e mora em uma casa unifamiliar, no bairro da Vila Sabrina. Todos os seus filhos são graduados, possuem suas casas e, segundo Joélio, vivem felizes.

“Imagem da minha família na casa da Vila Sabrina (sou o do lado direito da foto)”.
A foto foi fornecida e autorizada para publicação pelo entrevistado.

”

Anexo B: curta-metragem

Porta e Janela (2018)

Direção e roteiro: DANDARA DE LIMA

Imagem e edição: PEDRO WATANABE

Produção: ALICE STAMATO

Trilha original: IVAN DE ANDRADE

Argumento: THAIS SOUZA

Sons e imagens evidenciam as peculiaridades e os aspectos da vida cotidiana dos moradores de habitações coletivas.

Anexo C: questionários aplicados

Questionário 1

FACULDADE ARQUITETURA URBANISMO USP

PESQUISA DOUTORADO- QUESTIONÁRIO APLICADO MORADORES DE CORTIÇOS

TÍTULO: “Áreas de convívio e uso coletivo: nos cortiços e conjuntos habitacionais PAC/CDHU”

Prof.^a orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Ruth Amaral Sampaio/ Prof.^a Dr.^a Suzana Pasternak

Aluna: Thais Cristina Silva de Souza

Nome (opcional):

Idade:

Local de Nascimento:

1. Você é do sexo: a) () Masculino b) () Feminino c) () Público Trans _____

2. Você se considera: a) () Branco b) () Negro c) () Pardo d) () Amarelo e) () Indígena f) () Outros _____

3. Estado Civil: a) () Solteiro b) () Divorciado c) () Viúvo d) () Casado e) () Separado

4. Qual o seu grau de escolaridade ? a) () Não alfabetizado b) () Ensino fundamental Completo c) () Ensino fundamental Incompleto d) () Ensino Médio Completo e) () Ensino Médio Incompleto f) () Ensino Superior Completo g) () Ensino Superior Incompleto

5. Qual o grau de escolaridade de seus pais? a) () Não alfabetizado b) () Ensino fundamental Completo c) () Ensino fundamental Incompleto d) () Ensino Médio Completo e) () Ensino Médio Incompleto f) () Ensino Superior Completo g) () Ensino Superior Incompleto

6. Local da sua residência: _____ Cidade: _____ Estado: _____
Há quanto tempo? _____

7. Quem mora com você: esposa (o) () Pai () mãe () irmã (o) filhos () quantos _____

8. Você recebe benefício de prestação continuada de Assistência Social?

a) () Sim. b) () Não . Qual? _____

9. Qual a renda mensal do seu grupo familiar? (soma do rendimento de todos que contribuem com a renda)

a) () Menos de 1 Salário Mínimo b) () De 01 a 03 Sal. Mínimos c) () De 03 a 06 Sal. Mínimos. d) () De 06 a 10 Sal. Mínimos. e) () Mais de 10 Sal. Mínimos.

10. Você lê frequentemente: (marque mais de uma alternativa, se necessário)

a) () Livros b) () Revistas c) () Jornais d) () Raramente lê e) () Outros

11. Qual é o meio de comunicação que você mais utiliza para se manter informado? (marque mais de uma alternativa, se necessário).

a) () Jornal escrito e/ou revistas b) () Jornal TV c) () Jornal Rádio d) () Internet e) () Outros

12. Você tem acesso ao computador? (marque a mais aplicável)

a) () Sim, para lazer e trabalhos escolares. b) () Sim, para trabalhos profissionais. c) () Sim, para outros fins. d) () Não

13. Você tem acesso à Internet? a) () Sim b) () Não . Em caso afirmativo, indique o local (marque mais de uma alternativa, se necessário): a) () Em casa b) () No trabalho c) () Em uma LAN house d) () Pelo celular

e) () outros: especificar _____

14. Quando você adoece recorre a quais serviços de saúde? () sim () não. Distância _____ Bairro: _____

15. Indique e numere, de acordo com a frequência, quem você recorre quando adoece:

1 – frequentemente; 2 – raramente; 3 – apenas em último caso

familiares () Vizinhos () Serviço de Saúde ()

a) () Hospital Público/ SUS b) () Planos de saúde particular c) () Serviços médico do sindicato

d) () Serviços médico particular e) () Outros: _____

16. Qual o seu lazer? O que faz para se distrair?

() parque Qual? _____ () cinema () shopping () churrasco e bebidas () casa de amigos/família

() Fico em casa/ TV () futebol () praia () praça () outros _____

17. Está trabalhando? () sim () não. Onde? _____

Se sim, qual o Meio de Transporte utilizado para ir ao trabalho?

a) () A pé. b) () carro ou moto. c) () ônibus. d) () bicicleta. e) () metrô.

18. O que você pensa e vivencia no entorno da sua casa e o bairro onde mora?

19. Você e sua família se utilizam do espaço “semi público” a calçada como extensão da casa? Como?

20. Você gosta da sua moradia atual? () sim () não () mais ou menos Porquê?

21. Por ordem de prioridade o que te levou a morar em “pensão”? 1 (mais importante) a 7 (menos importante)

Localização região/ bairro; ()

Facilidade de Acesso aos lugares; ()

Opções diversificadas de transporte público e Redução do tempo para o trabalho; ()

Facilidade em alugar; ()

Segurança; ()

Preço baixo; () R\$ _____ qual?

Melhor qualidade de moradia. () Moradia anterior _____ ?

*Estou ciente que esta pesquisa será utilizada na tese de doutorado, supracitada e não será divulgado dados individuais e exposição dos entrevistados.

Ao lado: tabulação das respostas do questionário 1. Criação: Thais Souza.

	ACESSO AO TRABALHO	
1	CARRO/MOTO	3
2	TRANSPORTE PÚBLICO	8
3	A PÉ/ BIKE	18
4	EM CASA / APOSENTADO/ MENOR 18	7
5	NÃO ESTÁ TRABALHANDO	5
		41

	RENDA FAMILIAR	
1	MENOS 01 SALÁRIO MÍNIMO	7
2	01 A 03 SALÁRIOS MÍNIMOS	31
3	03 A 06 SALÁRIOS MÍNIMOS	3
4	MAIS DE 06 SALÁRIOS MÍNIMOS	0
		41

	ACESSO HOSPITAL	
1	PÚBLICO (SUS/AMA)	36
2	PARTICULAR/CONVÊNIO	4
3	FARMÁCIA	1
		41

	ESCOLARIDADE	
1	ANALFABETO	1
2	1 GRAU INCOMPLETO	23
3	1 GRAU COMPLETO	2
4	2 GRAU INCOMPLETO	2
5	2 GRAU COMPLETO	11
6	GRADUAÇÃO INCOMPLETA	2
7	GRADUAÇÃO COMPLETA	0
		41

	REGIÃO GEOGRÁFICA NASCIMENTO	
1	NORTE	2
2	NORDESTE	20
3	SUL	0
4	SUDESTE	18
5	CENTRO OESTE	0
6	OUTROS PAÍSES	1
		41

	LAZER (+ DE 1 OPÇÃO PARA CADA ENTREVISTADO)	
1	PARQUE/PRAÇA	13
2	CINEMA	6
3	SHOPPING	7
4	BAILE (FORRÓ/FUNK)	4
5	CHURRASCO E BEBIDAS	11
6	CASA DE AMIGOS/FAMÍLIA	15
7	FICA EM CASA	19
8	ACADEMIA	1
9	JOGAR VIDEO GAME	1
10	JOGAR FUTEBOL	7
11	PRAIA	4
12	IGREJA	3
13	MUSEUS/ TEATRO	3
		94

Questionário 2

FACULDADE ARQUITETURA URBANISMO USP

PESQUISA DOUTORADO- QUESTIONÁRIO 2 – APLICADO CONJUNTOS HABITACIONAIS PAC/CDHU

TÍTULO: “Áreas de convívio e uso coletivo: nos cortiços e conjuntos habitacionais PAC/CDHU”

Prof.ª orientadora: Prof.ª Dr.ª Maria Ruth Amaral Sampaio/ Prof.ª Dr.ª Suzana Pasternak

Aluna: Thais Cristina Silva de Souza

Nome (opcional):

Idade:

1. Você é do sexo: a) () Masculino b) () Feminino c) () _____outros

2. Tipo: _____ Local de moradia atual (bairro): _____

3. Tipo moradia: _____ e local moradia anterior (bairro): _____

4. Quais os aspectos bons e ruins aqui no Conjunto habitacional?

5. Qual o seu lazer preferido?

6. Você vai aos parques, praças, museus e teatros ofertados na cidade próximo a moradia e gratuitos? () sim () não .

Sim. Quais?? _____

Não. Por quê?

7. Quais as mudanças que vieram a partir da “nova casa”?

*Estou ciente que esta pesquisa será utilizada na tese de doutorado, supracitada e não será divulgado dados individuais e exposição dos entrevistados.

Anexo D

Relatório Cortiços Distrito Sub Sé (1892)

São Paulo, 28 de Maio de 1892

Cidade

Arhive-se

28-5-92

Jurisdicção

Q. 911
Ar 1892

Em cumprimento a portaria de V. S.^a, apresento
uma lista que junto a este a Campharha -
com os nomes dos proprietários de Cortiços
no Distrito do Sub Sé.

San de eprotnidade

Ao Cidadão Cesario Namatto da Silva
Mo. do. Presidente da Intendencia Municipal

CB

H 2

JET H2

O Fiscal do Districto do Sul da Se'
Antonio Corrêa Lima

Fonte: Arquivo Municipal de São Paulo – Arquivo Washington Luís /DPH- Caixa Fundo de Intendência Municipal Polícia e Hygiene Caixa 5.

Relações dos Cortiços do Districto do Sul da Sé.

(Alma Gijcos.)

1 Antonio Teixeira Leite

2 Luiz Cruzalhti.

3 Jacobo de Lurupé

4 Manoel Pinto da Silva

5 Joaquim de Moraes Navarro

(Alma de São Joaquim)

" Jore' Veiros

(Alma Jacquinay)

7 Medeiros Berra

(Alma Carlos Gorney)

8 Manoel B.

N.º 3

" 24

" 26

" 35

" 33

" 24, 29.

" 2

11 1120.

(Travessa 5.ª Assembleia)

" 9 Bernardino de Campos noturno -

" 10 Jaze Ferraro Idem

" 11 Euclides S. Pedraço N.º 154 B.

(Rua da Liberdade)

" 12 Nicoláo Barro sem numero

(Rua do Lavapés)

13 Anténia Batuíra Idem

São Paulo, 28 de Maio de 1892.

O Fiscal do Districto do Sul da Sé.

António Corrêa Lima

Fonte: Arquivo Municipal de São Paulo – Arquivo Washington Luís /DPH- Caixa Fundo de Intendência Municipal Polícia e Hygiene Caixa 5.

Anexo E

Relatório Cortiços Rua Carneiro Leão, Brás (1892)

Escritura -
5-7-92
Junta da
São Paulo, 2 de junho de 1892.

Seja o promotor dos entes
intimados por dissolvidos, além
da multa a que incorre,
visto a permanência dos
emitidos grande prejuizo a
causa publica -

3-6-92
Junta da

Ar 411
R. 1892.

Tenho a honra de submeter
ao vosso relatorio juizo a informacao
que prestou o engenheiro do 3.º distrito
sobre os corticos existentes a rua Car-
neiro Leão e que fizeram o objecto
do induso officio do fiscal da freque.

zia do Brazil
Saude e fraternidade.
Ao cidadão Cesario Ramalho da Silva
M. P. Presidente do Conselho de Intendencia.
CB
C 2/1
JET C-2-1
Luiz B. do Am. al Juma.
Eng. da Intendencia.

Fonte: Arquivo Municipal de São Paulo – Arquivo Washington Luís /DPH- Caixa Fundo de Intendência Municipal Polícia e Hygiene Caixa 5.

Proprietários	Q. Carneiro Leão	Quantidade	Obs.
Guilhermino Antônio de Godoy	Nº 17	Cortices 3	
Castano Leucero	" 17A	" " 3	
José Martins Real	Cortices " 39	" " 28	
José Rapiual	" 13A	" " 2	
Teodoro Arlindo	" (Corteia mior) 9	" " 3	
Manoel de Aguiar	" 11	" " 3	
Josépp. Cúes	"	4	
Maria Berini	"	18	
Benedicto Alves da Fonseca	"	5	
<hr/>			
	Q. Vis. de Carnalúbia		
Gascoal Caporino	Nº	1	
José Brandini	"	4	
Franco Carmellio	"	1	
Paulo Manoel Baralho	"	1	
José Brandini	" 58	5	
Mel. Carneiro Reis		13	
Antônio Curitiba		6	
José do Rego	90	2	
José da Souza M. B.	93	10	
<hr/>			
	Q. Bom Jardim		
Luiz Angelo e Campi-		4	
Companhia Industrial do Brasil		3	
<hr/>			
	Q. Santa Rosa		
Jamisso Marco	Nº 15	Cortices 5	
Franco Mendes	23	" 4	
Barão de Jaguará	31-53	" 5	
Campini Curino	1	" 3	
<hr/>			
	Q. da Mooca		
D. Rosa Ozorio	Nº	Cortices 12	
Antônio Augusto Correia	49	2	
<hr/>			
	Q. Bom Jardim		

Fonte: Arquivo Municipal de São Paulo – Arquivo Washington Luís /DPH-
Caixa Fundo de Intendência Municipal Polícia e Higiene - Caixa 5.

Proprietarios	R. de Joazeiro	Quantidade	Off ^o
Officinas Commerci	N ^o 56	Corticos 6	
J. Sampaio Moreira	" 97	" " 4	
Dr. João Bapt ^o de Alvarado	" 99	" " 7	
Luiza Antonieta Juy	" 75	" " 38	
~~~~~	Ovenida R ^o Cortana	~~~~~	~~~~~
Com ^o José Rocio Nobrega	N ^o 2	Corticos 16	
M ^o João de Oliveira	" 43	Idem 5	
Salvador Marinho	" 15	" " 3	
Emilia Fran ^{co} Braga	" 66	" " 3	
José e Mathias Klein	R. de Maria Domitilia	Corticos	~~~~~
José Bento Rodrigues	N ^o 2	Corticos 5	
Felício Canelli	" 24	" " 1	
José Carneiro	" 31	" " 7	
José Caetano Motta	" 43	" " 8	~~~~~
~~~~~	R. Benjamin de Oliveira	~~~~~	~~~~~
Dr. Carlos Villa Nova	N ^o	Corticos 3	
~~~~~	R. Caetano Pinto	~~~~~	~~~~~
José Santa Anna e Silva	N ^o 30	Cortico 1	
Joachim Ruy	"	" " 9	
Fran ^{co} Julião	"	" " 3	
Paulo Pascoal	" 16	" " 5	
Angela Maria	" 14	" " 5	
Galdigio Ciliata	"	" " 5	
Antonio Fagundes	"	" " 3	
Paulo Briante	"	" " 3	
Fran ^{co} Talisani	" 6	" " 2	
Fran ^{co} Belonni	" 4	" " 8	
Julio Juliano	" 49	" " 4	
Caetano Viello	" 47	" " 4	
Angelo Constante	" 45	" " 5	
~~~~~	Largo da Comecordia	~~~~~	~~~~~
~~~~~	N ^o	6 1 5	

Proprietários	R.
João Gomes de Castro	
Tiêto Patúco de Barros	
Gascoal Martin	
~~~~~	
Cesare Buchinelli	R. 1
~~~~~	
Miguel de O.º Giqueto	R. 2
~~~~~	
Alves Centiade, & Filhos	R. 3
José Lampad	
~~~~~	
Constantino Maia	R. 4
D.ª Pereira Barreto	
D.ª Emilia B. Giqueto	
Fran.º Pochiz. Bettanent.	
~~~~~	
Cap. Messias E. das Santos	R. 5
João Gumbetta	

Fonte: Arquivo Municipal de São Paulo – Arquivo Washington Luís /DPH-
Caixa Fundo de Intendência Municipal Polícia e Hygiene - Caixa 5.

Lombrizos 2 ^{da} Quantidade		N ^o	
Numero	Corticões		
11	" "	1	
	" "	1	
M ^o Ancha.			
N ^o 24	Corticões	1	
Dr. Carlos Jacinto			
N ^o 10A	Corticões	10	
Cruz Branco			
N ^o 7		16	
		5	
João Caetano			
N ^o 113	Corticões	2	
113B	" "	10	
114	" "	10	
116	" "	6	
venida Intindair			
N ^o	Corticões	4	
	" "	11	

Anexo F

Relatório Cortiços Freguesia da Consolação (1892)

Ilmo. Sr. Cezario Ramalho da Silva
Sr. Presidente da Intendencia Muni-
cipal.

DET M2

CB
M 2

O Final da Comarca
Cezario Brasileiro.

Fonte: Arquivo Municipal de São Paulo – Arquivo Washington Luís /DPH- Caixa Fundo de Intendência Municipal Polícia e Hygiene
Caixa 5.

N.º de Ordem	Nomes	Ruas	N.º de Ordem	Portas	Observações
1.º	Bellizario Baldas (Do.º)	Rua 24 de Maio	11	2.	Proprietário
2.º	Julio da Costa, (Do.º)	Rua 24 de Maio	13	3	" "
3.º	Antonio D. da Costa Bueno	" " " "	9	7.	" "
4.º	Domingos Lauriano	" do Paredão	12	7.	" "
5.º	Benjamin, (Cap.º)	" " " "	28	5.	" "
6.º	João Adolfo	Largo Riachuelo	4	17.	" "
7.º	João Luigi	R. de Tapetininga	16	6.	" "
8.º	Giulio Vicari	" " " "	46	5.	" "
9.º	" " "	" do Paredão	2	1.	" "
10.º	Miguel Allianus	" Antonio Prado	3	6.	" "
11.º	" " " "	" 7 de Abril	38	3.	" "
12.º	" " " "	" 11 de Junho	16	4.	" "
13.º	" " " "	" 7 de Abril	78	8.	" "
14.º	" " " "	Travessa 7 de Abril	38	5.	" "
15.º	" " " "	R. Formosa	16	2.	" "
16.º	Caetano da Silva	R. 7 de Abril	78	8.	" "
17.º	Torres (Do.º)	" 24 de Maio	21	1.	" "
18.º	Nicola Senise	" " " "	32	1.	" "
19.º	Mathias Baptista	" " " "	19	4.	" "
20	Baldas (Do.º)	" " " "	13/19	7.	" "
21	Antonio D. da B. Bueno	" " " "	9	6.	" "
22	Albino Pinto de Albuquerque	" " " "	22	3.	" "
23	" " " "	" " " "	6	3.	" "
24	Torres (Do.º)	" 11 de Junho	6	1.	" "
25	" " " "	" " " "	16	4.	" "
26	Malpica Albina	" 7 de Abril	82	2.	" "
27	Mauel C. Almeida e Silva	" Sebastião Pereira	14	"	"

continua

Fonte: Arquivo Municipal de São Paulo – Arquivo Washington Luís /DPH-
Caixa Fundo de Intendência Municipal Polícia e Hygiene - Caixa 5.

Ordem
Nomes
Ruas
Numeros
Cortiços
Observações

rio 28	Abauell Gamba da Silva	R. F. Abreu	48	1.	Proprietario
" 29	Guilherme R. de Toledo	" " "	4	2.	" " "
" 30	Pelisserto Thomé Fabiano	" " "	6	2.	" " "
" 31	Roque d'Almeida Barbosa	" " "	8.	2.	" " "
" 32	Francisco Luigi	" " "	10	7.	" " "
" 33	Francisco Nicolau Baruel	" " "	97.B	3.	" " "
" 34	Justino da Silva	R. Yaguaripe	11	4.	" " "
" 35	Joaquim Belleza	" Amaral Gu.	~	5.	" " "
" 36	José Maria das Dores	" " "	~	3.	" " "
" 37	Arnonimo Garcia	" Al. Theresza	4	6.	" " "
" 38	Eduardo Garcia	" " "	8	6.	" " "
" 39	José d'Aquino	" " "	11	6.	" " "
" 40	Yaguaripe (Do)	R. 7 de Abril	~	7.	" " "
" 41	Dorid	R. São João	167	10.	" " "
" 42	José Valtiedi	" " "	171	6.	" " "
" 43	José Bonnoti	" Ypiranga	28	7.	" " "
" 44	Domingos Dionisio St.	" L. Pereira	97.C	5.	" " "
" 45	Hilário Botta	" B. Funda	~	4.	" " "
" 46	Frederico Bartius	" " "	~	5.	" " "
" 47	Braune (de tal) Guil.	" " "	~	4.	" " "
" 48	Ricardo Seraphim	" " "	~	4.	" " "
" 49		Praca da R.	4.	5.	" " "
" 50	Abilo Reis	R. Major D.	~	3.	" " "
" 51	José Girchiaro	" " "	~	6.	" " "
" 52	José Lucas	" " "	~	4.	" " "
" 53	Raphael Brigante	" " "	~	4.	" " "
" 54	L. Bougáro	" B. Ramalho	~	5.	" " "

continua

Fonte: Arquivo Municipal de São Paulo – Arquivo Washington Luís /DPH-
Caixa Fundo de Intendência Municipal Polícia e Hygiene - Caixa 5.

Rivas

Humeros

Costas

Ober^{cos}

1. Monte d'Ouro 10

Parissandri 49

3.

Proprietario

1

" " "

Anexo G

Lista de cargos dos funcionários do Matadouro Municipal (1892)

a 31 de Maio de 1890, com o vencimento
de 25.000 mil reis, Danião Leite Duarte
Amanuense, foi nomeado a 29 de Maio
de 1890, com o vencimento de 25.000
mil reis, Antônio Theodoro Xavier (fz)
Chefe da Matanza, foi nomeado a 27 de
Dezembro de 1887, com o vencimento
de 25.000 mil reis, Antônio José Correa
Ajudante do Amanuense, foi nomeado
a 21 de Setembro de 1891, com o vencimen-
to de 25.000 mil reis, Philippe Rhein
Porteiro, foi nomeado a 29 de Maio 1890
com o vencimento de 115.000 mil reis
Acorda e fraternidade
Ao cidadão Paulino Guimarães, O Contador
da Intendência Municipal
O Director
Raimundo Gago

Fonte: DPH – Departamento Patrimônio Histórico – Arquivo Washington Luís – Fundo Intendência Municipal. Data: 11/08/1892.

Anexo H

Mapa da cidade de São Paulo (1905) e a relação trabalho e moradia da época.
 Descrição: As áreas e endereços dos cortiços foram baseados nos Relatórios dos Cortiços
 dos bairros: Sé, Santa Efigênia, Consolação e Brás (Rua Carneiro Leão) – 1892/1893.
 Criação: Thais Souza

Mapa da Cidade de São Paulo (1905)

Anexo I

Desenhos feitos por crianças ex-moradoras de cortiços (2015 e 2016)

Organização e criação: Thais Souza.

LIMPA O BANHEIRO

NÃO PODE JOGAR PAPELO
NO XÃO

Organização e criação: Thais Souza.

Buena Vista

Família

uma
re

Joaquiel 12 anos

Antes
Quando

↓
Sem amigo

Um

OHU

Depois

Amigos muito amigos

de eu Bringham era em lugar nenhum

Organização e criação: Thais Souza.

1 / 1

EVG1 XN 9 areas

Organização e criação: Thais Souza.

Anexo J

Mapa da cidade de São Paulo (2017) e a relação trabalho e moradia

Criação: Thais Souza e Claudia Muniz.